Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



Luiz Fernando Balduino da Rocha

OS ESPAÇOS INFANTIS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Espaços coletivos de lazer do empreendimento Ismael Silva – Zé Keti, no bairro do Estácio, Rio de janeiro

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Maíra Machado Martins

Rio de Janeiro,
Abril de 2022

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



Luiz Fernando Balduino da Rocha

OS ESPAÇOS INFANTIS NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Espaços coletivos de lazer do empreendimento Ismael Silva – Zé Keti, no bairro do Estácio, Rio de janeiro

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da PUC-Rio.
Aprovado pela comissão examinadora abaixo:

Profa. Maíra Machado Martins
Orientadora
Departamento de Arquitetura e urbanismo – (Urbanismo / PUC-Rio)

Profa. Maria Cristina Monteiro Pereira de Carvalho
Departamento de educação – (Educação / PUC-Rio)

Prof. Fernando Espósito Galarce
Departamento de Arquitetura e urbanismo – (Urbanismo / PUC-Rio)

Profa. Giselle Arteiro Nielsen Azevedo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROARQ-FAU/UFRJ

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2022

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Luiz Fernando Balduino da Rocha
Graduou-se em Direito pela Universidade Estácio de Sá em 2010, posteriormente em 2017, graduou-se em Arquitetura e urbanismo pela mesma instituição. Especialista em Política e planejamento urbano e regional pelo IPPUR-UFRJ. Pós-graduando em Ergonomia pela Universidade Única e técnico em Design de interiores pelo SENAC-RIO.

Ficha Catalográfica

Rocha, Luiz Fernando Balduino da

Os espaços infantis no Programa Minha Casa Minha Vida : espaços coletivos de lazer do empreendimento Ismael Silva – Zé Keti, no bairro do Estácio, Rio de janeiro / Luiz Fernando Balduino da Rocha ; orientadora: Maíra Machado Martins. – 2022.

140 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2022.

Inclui bibliografia

1. Arquitetura e Urbanismo – Teses. 2. Habitação. 3. Espacialidade infantil. 4. Espaços de lazer coletivo. 5. Empreendimento Ismael Silva – Zé Keti. 6. Programa Minha Casa Minha Vida. I. Martins, Maíra Machado. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD: 720

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Aos meus amados pais
Por sempre acreditarem em mim.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço aos meus pais, Marilza Rocha e Antonio Rocha, que ao longo de minha trajetória confiaram e lutaram para me proporcionar a melhor educação e suporte familiar, necessários para a conclusão de mais essa etapa da minha vida.

A minha amada irmã, por sempre me mostrar a importância da trajetória educacional em minha vida. Aos meus sobrinhos, que me ensinaram que as crianças devem ser acolhidas e compreendidas pela arquitetura.

A todos meus amigos que me acompanharam durante essa jornada pandêmica e reforçaram minha dedicação, sempre torcendo por mim.

Sou grato a minha orientadora, professora Maíra Martins, por cada orientação durante o desenvolvimento desta pesquisa, estando presente em cada fase, em cada decisão. Além de mostrar novos caminhos para pesquisar durante uma crise pandêmica mundial, soube compreender minhas limitações e mostrou-me a importância desta pesquisa para a comunidade.

Agradeço o apoio do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-RIO e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), como também os professores Rachel Coutinho e Fernando Espósito, por me concederem a grande oportunidade e responsabilidade de pesquisar num momento tão complexo para a pesquisa em nosso país.

A Deus, por toda força que tive, por todas as pessoas que estiveram ao meu redor, por cada caminho que passei e, ainda, por essa oportunidade de me tornar pesquisador quando todas as possibilidades eram nulas; por facilitar toda minha jornada e por transformar todos os desafios em oportunidades de encontrar novos caminhos em meu destino.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Resumo

Rocha, Luiz Fernando Balduino da. Machado-Martins, Maíra. **Os espaços infantis no Programa Minha casa. Minha vida: Os espaços coletivos de lazer do empreendimento Ismael Silva – Zé Keti, no bairro do Estácio, Rio de janeiro.** Rio de Janeiro, 2021. 140p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nesta dissertação, indaga-se qual seria o nível de qualidade objetiva dos espaços de lazer disponíveis ao público infantil nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, localizados na zona central da cidade do Rio de janeiro. O objetivo deste trabalho é identificar, analisar e qualificar estes espaços conforme a sua qualidade objetiva, observando os possíveis efeitos subjetivos no comportamento e desenvolvimento infantil. O empreendimento Ismael Silva e Zé Keti é utilizado como estudo de caso. Este caracteriza-se como um empreendimento entregue pelo PMCMV durante a vigência da portaria MC 465/11, que assegura a existência de áreas de lazer infantil nos empreendimentos do PMCMV. A metodologia utilizada é composta por um sistema de análise qualitativa, desenvolvido por Müller (2015), que torna possível analisar a qualidade construtiva, baseando-se em diretrizes de qualidade lúdica. Além disso, a metodologia é complementada pela revisão bibliográfica e documental, análise, observação do uso e pós-ocupação do conjunto edificado. O resultado obtido confirmou os desdobramentos da hipótese desenvolvida ao longo do trabalho: os espaços de lazer infantil disponibilizados pelo PMCMV não fazem uso de projetos com estratégias específicas de estímulo às habilidades infantis, muito menos considera os possíveis efeitos do ambiente edificado no desenvolvimento e comportamento infantil. Por fim compreendeu-se que o processo de apropriação espacial infantil não se limita apenas a espaços de lazer programados, mas distribui-se pelos espaços livres disponibilizados, convergindo com a maior permanência infantil nas cidades, ratificando que a qualidade construtiva influencia no comportamento e desenvolvimento infantil.

Palavras-chave

Habitação; Espacialidade infantil; Espaços de lazer coletivo; Empreendimento Ismael Silva – Zé Keti; Programa Minha Casa Minha Vida.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Résumé

Rocha, Luiz Fernando Balduino da. Machado-Martins, Maíra (Conseiller). **Les espaces enfants dans le programme Minha casa Minha vida: Les espaces collectifs de loisir de la résidence Ismael Silva – Zé Keti, dans le quartier d'Estácio, à Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2021. 140p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Dans cette dissertation, on se demande quel serait le niveau de qualité objective des espaces de loisir disponibles au public enfantin des résidences du programme Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, localisés en zone centrale de la ville de Rio de Janeiro. L'objectif de ce travail est d'identifier, d'analyser et de qualifier ces espaces selon leur qualité objective, tout en observant les possibles effets subjectifs dans le comportement et le développement enfantin. Le complexe de résidences Ismael Silva e Zé Keti, utilisé comme cas d'étude, se caractérise par des bâtiments livrés par PMCMV pendant la durée de l'ordonnance MC 465/11 qui assure l'existence des espaces de loisir enfantin dans les résidences de PMCMV. La méthodologie utilisée est composée par un système d'analyse qualitative, développé par Müller (2015), qui rend possible d'analyser la qualité constructive, se basant sur les directives de qualité ludique. En outre, la méthodologie est complémentée par la révision bibliographique et documentale, l'analyse, l'observation de l'usage et la post-occupation des résidences bâties. Le résultat obtenu a confirmé les déploiements de l'hypothèse développée tout au long de ce travail, les espaces de loisir enfantin disponibilisés par PMCMV ne se servent ni de projets contenant des stratégies spécifiques de stimulation des habiletés enfantines ni considère les possibles effets de l'environnement édifié dans le développement et le comportement enfantin. Finalement, on a compris que le procès d'apropriation spatiale enfantine ne se limite pas aux espaces de loisir programmés, au contraire, il se distribue par les espaces libres disponibilisés convergeant dans une plus grande permanence enfantine dans les villes, ratifiant que la qualité constructive influence le comportement et le développement enfantin.

Mots clés

Logement ; La spatialité de l'enfant ; Espaces de loisirs collectifs ; Projet Ismael Silva – Zé Keti; le programme Minha casa Minha vida.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Sumário

1. Introdução 7

2. O espaço edificado e a criança 23

2.1. Influência ambiental do espaço construído 23

2.2. Qualidades lúdicas 29

2.3. Espaço edificado condutor do lugar social da criança 40

3. Habitar, brincar e apropriar-se 47

3.1. As ruas, espaços das externalidades e coletividades 47

3.2. Os enclaves urbanos, a recreação infantil entre iguais 52

3.3. O lazer infantil nos empreendimentos do PMCMV 55

3.3.1. O programa Minha casa, minha vida 55

3.3.2. Os espaços de lazer infantil no PMCMV 60

4. Estudo de caso: Empreendimento Ismael Silva – Zé Keti 68

4.1. Contextualização 68

4.2. Espaços de lazer infantil projetados 78

4.3. Ferramenta de avaliação dos espaços de lazer infantil projetados no empreendimento Ismael Silva – Zé Keti 84

4.4. Espaços analisados 91

4.4.1. Quadras poliesportivas 92

4.4.2. Espaços de convivência 98

4.4.3. Parques infantis 105

4.5. Alternativas para a prática do lazer infantil no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti 114

5. Considerações finais 121

6. Bibliografia 127

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Lista de ilustrações

Quadro 01 – Quadro síntese da portaria 465/2011

Quadro 02 – Quadro síntese da pesquisa.

Quadro 03 – Quadro organização aporte teórico.

Quadro 04 – Quadro explicativo dos agentes envolvidos e suas funções na aprovação de projetos de arquitetura da faixa 1 no PMCMV.

Quadro 05 – Quadro descritivo dos empreendimentos analisados neste capítulo.

Quadro 06 – Equipamentos de lazer entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti

Quadro 07/26- Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti

Quadro 27 – Quadro com as alternativas equipamentos de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti

Quadro 28 – Quadro com os resultados obtidos pela pesquisa.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Lista de figuras

Figura 01 – Atributos dos espaços infantis desafiadores aplicados em projeto.
Projeto de parque infantil – Oikotie arquitetas.
Figura 02 – Atributos desejáveis para parques infantis.
Projeto Village in the Schoolyard - MUNTOPIA
Figura 03 - Princípios das cidades receptivas ao público infantil.
Projeto Escadarias do Parque Ângela - SP.
Figura 04 - Princípios das cidades receptivas ao público infantil.
Projeto Escadarias do Parque Ângela - SP.
Figura 05 – Imagens da área infantil do residencial Jardim campo grande.
Figura 06 – Imagem da área infantil do empreendimento Parque Valdoriosa I, II e III.
Figura 07 – Contexto bairro Estácio.
Figura 08 – Vista aérea da implantação do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Figura 09 – Arranjo de vista aéreas onde é possível ver o Complexo Penitenciário da Frei Caneca e sua progressão no tempo, a sua desativação
e demolição executadas em fases coordenadas pelos agentes públicos. As imagens mais recentes mostram a implantação do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Figura 10 – Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro com anúncio do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Figura 11 – Vista aérea da implantação do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti com sinalização da definição dos quarteirões e eixos de arruamentos.
Figura 12 – Implantação do condomínio Ismael Silva
Figura 13 – Vista isométrica de um dos blocos privativos do empreendimento Ismael Silva Zé Keti, ênfase na volumetria H.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Figura 14 – Equipamentos de lazer implantados no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Figura 15 – Áreas livres implantadas no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Figura 16 – Arranjo de imagens das quadras do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Figura 17 – Arranjo de imagens que mostra a modificação na estrutura das quadras do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Figura 18 – Ilustração com os principais entraves das quadras do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Figura 19 – Arranjo de imagens que mostram as alterações no espaço de convivência.
Figura 20 – Espaço de convivência em evento social no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Figura 21- Salão do condomínio Zé Keti, em dia de festa. O tecido utilizado durante as festas para “fechar” o salão é retirado ao fim da festa. Fonte: acervo Trotta (2019).
Figura 22- Ilustração que mostra os entraves espaciais do salão do condomínio Zé Keti.
Figura 23 – Vista área da área do extinto parque infantil.
Figura 24- Vista superior do extinto parque infantil do condomínio Zé Keti.
Figura 25 - Arranjo de imagens que mostram os equipamentos utilizados no parque infantil do condomínio Zé Keti.
Figura 26 – Arranjo de fotos que mostra o parque infantil do condomínio Zé Keti.
Figura 27 – Ilustração que mostra os entraves especiais do parque infantil do condomínio Zé Keti.
Figura 28 – Vista das vias internas do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Figura 29 – Arranjo de imagens que ilustram as áreas intermediárias e jardins.
Figura 30 – Arranjo de imagens que ilustram as áreas privativas e crianças brincando.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Figura 31 – Recorte com a planta baixa de uma unidade privativa do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Figura 32 – Praça central que serve de eixo de integração entre o bairro do Estácio e o empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Figura 33 – Mapa comportamental com as alternativas aos equipamentos de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Lista de abreviaturas

APAC - Áreas de Proteção Ambiental e Cultural.

AP1 - Área de planejamento 1.

ATI - Atividade da terceira idade.

BRS - bus rapid system.

CEF - Caixa Econômica Federal.

CEHAB-RJ - Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro.

DPE - Defensoria Pública do Estado.

IDH - índice de Desenvolvimento Humano.

IPPUR/UFRJ - Instituto de Pesquisa e planejamento urbano e regional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MCID – Ministério das cidades.

TCU – Tribunal de Contas da União.

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.

PMRJ – Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

PCD - Pessoas Com Deficiência.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

"Foi-se a tristeza
Veio a alegria
Tinha certeza
De ser feliz algum dia"
Ismael SILVA

1
Introdução

A relação infantil com o espaço edificado pode ser considerada um fenômeno que comporta a ampla análise e investigação de diversas disciplinas: a arquitetura, o urbanismo, a psicologia ambiental, o planejamento urbano. Dentre outras, estas ocupam-se essencialmente com as relações ser humano – ambiente. (CAVALCANTE e NOBREGA, 2017). Ao considerarmos os estudos de Piaget (1967, 2008), Papalia (2013) e Tuan (1974), é possível observar que a infância é vista como uma fase sob grande influência do ambiente em que se vive, logo, a alimentação, os cuidados afetivos, o lazer e os estímulos do ambiente edificado exercem forte atuação na vivência infantil (PAPALIA, 2013). O lazer surge como uma atividade com potencial enriquecedor, visto que se trata de uma atividade lúdica que colabora para complementação dos demais processos alcançados nas múltiplas dimensões do desenvolvimento humano (VYGOTSKY, 1993). A capacidade imaginativa infantil possibilita que essa atividade seja realizada através dos diversos jogos e brincadeiras, por intermédio dos equipamentos de lazer, de sua família, professores, amigos e animais de estimação (FROST, 1993; VYGOTSKY, 2012).

Segundo Muchow (2012) e Ferreira Neto (1995), como citado em Müller (2015), os espaços mais apropriados para o lazer infantil seriam aqueles inseridos nas zonas de maior domínio espacial das crianças, ou seja, onde as crianças estabelecem vínculos de afinidade. Para Lopes (2017), tais espaços podem ser conhecidos como as *aldeias infantis*, as zonas de maior familiaridade infantil, aquelas que são intensamente exploradas. Incluem-se nessas os espaços de lazer no entorno das casas, escolas e demais espaços infantis disponíveis nas cidades ao longo do país (LOPES, 2017). Porém, a qualidade física e espacial desses espaços esbarra em questões estruturais como o baixo investimento governamental, a desigualdade social e as rupturas territoriais (CONCEIÇÃO, 2016).

A motivação desta pesquisa se encontra exatamente no questionamento desta problemática, o que nos leva a uma reflexão sobre a distribuição desigual de espaços de lazer infantil, considerando o entorno dos núcleos residenciais, em especial os espaços inseridos nos empreendimentos executados através do Programa Minha Casa Minha vida - PMCMV. Tal especificidade surgiu a partir da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

experiência profissional do autor ao cursar a pós-graduação *lato sensu* em Política e planejamento urbano e regional no Instituto de Pesquisa e planejamento urbano e regional - IPPUR/UFRJ, no ano de 2018, onde teve maior contato com o funcionamento das políticas públicas de habitação executadas na última década. Outro ponto a considerar é baseado na vivência do autor como residente no contexto urbano socialmente desigual da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, onde, desde sua infância, esteve inserido numa escassa oferta de espaços coletivos de lazer infantil no entorno das habitações. Diante desse cenário, nasceu o interesse em correlacionar a qualidade do ambiente edificado entregue pelo PMCMV e sua influência no desenvolvimento cognitivo, comportamental e social das crianças.

A temática apresentada pode ser ilustrada ao nos aprofundarmos na análise das evidências colhidas pelo autor, em que é notória a omissão governamental na oferta dos espaços de lazer distribuídos nos empreendimentos do PMCMV. O problema tornou-se conhecido a partir da leitura das inúmeras análises de qualidade física e morfológica realizadas pelo Tribunal de Contas da União, ao longo dos anos, em especial a análise[1] realizada em 2016, que demostra de forma clara o produto entregue pelo PMCMV. O parecer final destaca a necessidade de reconfigurar as propostas arquitetônicas dos empreendimentos, com destaque para a qualidade arquitetônica das unidades privativas, espaços livres, comuns e de lazer. Da mesma maneira, mais uma evidência pode ser encontrada na etnografia produzida por Kopper[2], em que se reforça tal problemática, visto que foi realizada em um dos escritórios de arquitetura contratados para a concepção do PMCMV. Kopper (2016) observa que durante a produção dos projetos de arquitetura dos empreendimentos, a economia na produção das unidades é priorizada com uma técnica construtiva eficiente e barata, voltada principalmente para o aumento do lucro que cada unidade pode gerar a empresa construtora. Tal processo reflete na oferta de dos espaços coletivos de lazer.

De forma complementar, os dados socioeconômicos do PMCMV apontam que no âmbito nacional, no intervalo dos anos de 2009 a 2014[3], verificou-se a

[1] Acórdão do Tribunal de Contas da União no. 016.801/2015-6
[2] KOPPER, Moisés. “MINHA CASA, MINHA VIDA”: EXPERTS, SENTIDOS DE CLASSE E A INVENÇÃO DO “MERCADO” DA CASA PRÓPRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. 2016
3 BRASIL. Ministério das Cidades/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida/editado por Fernando Garcia de Freitas e Érica Negreiros de Camargo – Brasília, DF: MCIDADES; IPEA, 2014

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

presença de pelo menos uma criança nos núcleos familiares (51,06%), bem como existem famílias com três crianças ou mais (16,90%). Fica claro que o público infantil compõe uma faixa considerável dentro do PMCMV, exigindo maior cuidado com sua forma de apropriação espacial, apontando a urgência por espaços que auxiliem as crianças nas práticas, jogos e brincadeiras.

Por consequência dessa narrativa, a realização deste estudo é imprescindível por sua colaboração na melhor compreensão das qualidades objetivas dos espaços de lazer infantil, presentes nos empreendimentos do PMCMV. Seguidamente, torna possível a identificação de pontos frágeis no escopo dos espaços livres e de lazer dedicados às crianças, sendo possível sustentar uma maior qualidade física destes espaços. Será possível colaborar de forma a demostrar a necessidade da inclusão infantil e suas necessidades básicas num programa de habitação social, refletindo positivamente nas políticas públicas vindouras. A imprescindibilidade deste estudo também pode ser compreendia por outra perspectiva, visto que é extremamente importante darmos continuidade as pesquisas voltadas à verificação da potencialidade do ambiente construído, correlacionado com o desenvolvimento das crianças, assim como o posicionamento infantil no processo de desenvolvimento de projetos de arquitetura. Não é de se estranhar que esta temática esteja intrinsecamente ligada às bases do desenvolvimento infantil, principalmente quando atrelado ao questionamento da influência ambiental no desenvolvimento físico, cognitivo, e social infantil.

Nesse sentido, o objeto de estudo desta pesquisa encontra-se definido na identificação da qualidade objetiva dos espaços de lazer infantil inseridos nos empreendimentos realizados pelo PMCMV, como também nos possíveis reflexos no desenvolvimento cognitivo, físico e social. Há de se considerar o questionamento sobre a importância dada ao público infantil durante a concepção desses espaços e, de forma geral, no escopo no PMCMV. Através desta investigação, será possível conhecermos como os espaços infantis foram planejados e inseridos no programa de necessidade dos empreendimentos produzidos por essa política pública. Além disso, busca-se compreender melhor como esses espaços refletem o papel da criança na cidade e sociedade (ARAÚJO, 2016).

De acordo com este cenário, observamos que a escolha de um caso de estudo é essencial para a sustentação e fundamentação desta pesquisa (YIN, 2001). Logo, observamos que a região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a partir da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

região central da cidade do Rio de Janeiro, possui um empreendimento emblemático, produzido pelo PMCMV e edificado na área que compreendia o antigo Complexo Penitenciário da Frei Caneca, considerada uma área de extenso desentendimento político que se arrastou ao longo do tempo. Apenas em 2011, após a demolição do presídio, o empreendimento Ismael Silva e Zé Keti foi erguido (AMOEDO, 2019). Este se encontra inserido num entorno diverso, possui núcleos residenciais, comerciais, corporativos e alguns equipamentos de uso público e turístico. Contudo, possui uma deficiência quanto a existência de equipamentos de lazer infantil em seu entorno. A sua localização é estratégica, distinta do padrão dos demais empreendimentos do PMCMV. Portanto, este empreendimento torna possível a observação da escala ideal para acompanhar a vivência infantil e conhecer melhor a qualidade de seus espaços.

Além destas características, o empreendimento foi escolhido por mostrar-se apto para a realização desta avaliação, visto que além de possuir os espaços físicos necessários para esta pesquisa, abrange uma boa escala de diversidade entre áreas destinadas ao lazer coletivo, como quadra poliesportiva, salão de festas e *playground*[4].

Para tanto, o *objetivo geral* desta pesquisa é investigar se efetivamente foram projetados espaços especialmente dedicados para o lazer infantil através do PMCMV, verificando e analisando se a adequação física atende as necessidades dos jogos e brincadeiras infantis. Desse modo, questiona-se como os espaços coletivos de lazer infantil produzidos nos empreendimentos do PMCMV foram preparados e estruturados para acomodar a realidade da criança contemporânea.

Os *objetivos específicos*, por sua vez, seguem estruturados de forma a investigar três pontos específicos e suas possíveis consequências nas premissas anteriormente estabelecidas. O *primeiro ponto* analisará se o formato proposto para os espaços de lazer infantil, nos empreendimentos do PMCMV, são apropriados, possuem atributos estimulantes, de qualidade e de resistência para se adequar aos seus usuários, de forma a investigar se os espaços fornecidos são constituídos de estrutura física especializada para o público infantil, como também conhecer as alternativas que as crianças buscam na ausência ou inadequação dos espaços

4 Espaços mínimos exigidos pela portaria 465/2011 do Ministério das cidades que estabelece especificações técnicas mínimas das unidades habitacionais e especificações urbanísticas dos empreendimentos do PMCMV.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

projetados. O *segundo ponto* investigará se a portaria Nº. 465/2011, estabelecida à época pelo extinto Ministério das cidades, assegurou um conjunto de ferramentas suficientes para o lazer infantil. Uma vez que descreve as especificações técnicas necessárias para o planejamento das áreas coletivas de lazer nos empreendimentos do PMCMV. É possível ilustrar suas exigências votadas ao lazer através do *quadro 01,* localizado abaixo:

EXIGÊNCIAS PORTARIA 465/2011

O empreendimento deverá conter equipamentos de uso comum, no mínimo de 1% (um por cento) do valor da edificação e infraestrutura, obrigatoriamente na seguinte ordem.	1 - Espaço coberto para uso comunitário. 2 - Espaço descoberto para lazer e recreação infantil. 3 - Quadra de esportes.
Exceções	É facultado, à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, autorizar casos excepcionais a partir de solicitação fundamentada da Instituição Financeira Oficial Federal acompanhada de análise técnica conclusiva.

Quadro 01 – Quadro síntese da portaria 465/2011
Fonte: Elaboração do autor.

O *terceiro* e último ponto busca investigar se o *layout* padronizado de espaços coletivos e o formato condominial, amplamente utilizados nos empreendimentos do PMCMV, podem ser considerados como elementos de influência no comportamento, no desenvolvimento e na construção do papel social infantil.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Nossa *hipótese inicial* assemelha-se à realidade de muitos espaços infantis implantados na cidade do Rio de Janeiro - muitos deles são projetados ou planejados sem o compromisso de atender as necessidades infantis, fazendo uso apenas dos equipamentos e *layouts* padronizados, sem haver a preocupação dos efeitos ambientais decorrentes da vivência no espaço edificado.

QUADRO SÍNTESE

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÉTODO CONCEITOS	MÉTODO REFERÊNCIAS
Investigar se foram projetados espaços dedicados para o lazer infantil através do PMCMV.	1- Analisar se o formato proposto para os espaços de lazer infantil nos empreendimentos do PMCMV é bem implantado, possui atributos estimulantes, de qualidade e de resistência, para se adequar aos seus usuários.	Experiência, espacialidade, percepção.	Norberg-Schulz (1966), Merleau-Ponty (1945), Bachelard (1993), Tuan (1974), Pallasmaa e (2011) Montaner (2017).
	2 - Investigar se a portaria Nº. 465/2011, estabelecida à época pelo extinto Ministério das cidades, assegurou um conjunto de ferramentas suficientes para o lazer infantil.	Apropriação, adequação espacial, ergonomia.	Frost (1993), Gehl (2013), Montaner (2017), Tuan (1974), Neufert (2013), Muller (2015), NBR Portarias
	3 - Investigar se o *layout* padronizado dos espaços coletivos de lazer e o formato condominial podem ser considerados como elementos influência no comportamento, no desenvolvimento e na construção do papel social infantil.	Lugar; lugar social e segregação territorial.	Araújo (2016), Santos (1988, 2006), Lopes e Fernandes (2018), Serpa (1995), Mello, Vogel e Mollica (2017)

Quadro 02 – Quadro síntese da pesquisa.
Fonte: Elaboração do autor.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

A hipótese ainda se desdobra na possibilidade de que os espaços padronizados e o formato condominial impõem ao público infantil um modelo de infância que rompe com o entorno urbano existente, ou seja, distinto da realidade vivida anteriormente (MOSER, 2018). O público infantil é induzido a realizar seus jogos e brincadeiras em espaços com baixa qualidade de projeto, ou até mesmo dentro da unidade privativa que reside, rompendo completamente com a sociabilidade infantil. De forma que tal formato acaba por servir como um molde comportamental imposto pelo Estado (CONCEIÇÃO, 2016), resultando em conflitos e transgressão devido a inconformidade com as regras impostas pela vida em condomínio (MOSER, 2018). Diante dessa realidade, as conclusões presentes na obra de Benetti, Pecly e Andreolli (2017) convergem ao verificar que a qualidade dos espaços fornecidos para moradia e lazer não consideram muitos parâmetros urbanísticos os na concepção do projeto.

De acordo com estas premissas, a presente dissertação propõe dar continuidade às investigações que avaliam a qualidade física e subjetiva dos espaços livres e de lazer presentes em empreendimentos do PMCMV, assim como as pesquisas voltadas para a análise da sua influência ambiental no comportamento e nas relações crianças-espaço edificado. Acompanhamos as análises de Müller (2015) e Borges (2008). Müller (2015) analisou a existência, a influência ambiental, e a qualidade física dos espaços infantis nos empreendimentos do PMCMV, localizados em Belém/Pará. A análise de Borges (2008) nos traz uma reflexão sobre o papel dos parques infantis na vida infantil, avaliando diversos *playgrounds* existentes no Estado do Rio grande do Sul, resultando numa base com diretrizes dos elementos essenciais para compor espaços coletivos de lazer infantil.

Com este plano de fundo, nossa investigação constrói a análise através das perspectivas fenomenológica e topológica, que acompanham a concepção sobre o fenômeno da *experiência* demostrada por Montaner (2017), que a classifica como a capacidade de viver, experimentar e comunicar os espaços edificados, associando-a outras perspectivas desenvolvidas por Bachelard (1993), Tuan (1974) e Pallasmaa (2011). Da mesma maneira, a base teórica desta pesquisa segue vinculada aos conceitos da *percepção*, *espacialidade* e *lugar,* compreendidos na visão de Mèredieu (2006), Piaget (1967, 2008), Montessori (1961), Pallasmaa (2011), Tuan (1974), Vogel (1995), Mello, Vogel e Mollica (2015, 2017), Araújo (2016), Moser (2018) e Conceição (2016).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

O trabalho de Mèredieu (2006) abordou a *espacialidade* infantil através da análise da representação gráfica. Os desenhos infantis foram capazes de capturar a visão infantil do espaço. Com os resultados, Mèredieu (2006) correlacionou a *espacialidade* com a *percepção* espacial infantil. Afirma-se que, desde o primeiro estágio de desenvolvimento cognitivo, a *percepção* infantil se mostra como uma espécie natural, o senso de direção não é tão apurado. A autora logo considera que a forma infantil de perceber o espaço difere da *percepção* espacial do adulto, visto que o adulto tem consciência e conhecimento das leis que regem a espacialidade, está consciente de toda a materialidade que compõe o espaço, sabe vê-las apenas como matéria física.

Para Piaget (1967, 2008), a forma como a criança percebe o espaço edificado indica que há uma forte relação de proximidade com seu entorno. O espaço edificado é interpretado como um objeto, estando integralmente em pé de igualdade com a perspectiva do ego infantil, ou seja, os objetos são interpretados na mesma categoria que a criança se enxerga - ele está ali pois a criança se vê como o centro do espaço edificado. Por isso, os objetos inicialmente são reconhecidos como seres viventes, similares a si. A visão espacial infantil é limitada, reconhece os objetos conforme são vistos, desaparecendo ao sair do seu ângulo de visão do qual, para elas, deixa de existir presencialmente. Quando inserida num ambiente, a criança reconhece como conscientes todos os objetos que estejam em atividade, até mesmo os objetos fixos. Essa forma de olhar o mundo evolui conforme o desenvolvimento cognitivo avança. Nos demais estágios de desenvolvimento, a criança reconhece que somente os objetos móveis possuem consciência. Diante dessa consciência é reservada apenas aqueles que possuem movimentos autônomos (Piaget, 1967, 2008).

Por tal razão, o conceito da *espacialidade,* desenvolvido por Montessori (1961) em seu método pedagógico, ilustra que a vivência no espaço da criança deve ser consideravelmente estimulante, instigando-a exercer atividades que lhe auxiliam no desenvolvimento cognitivo, ou seja, auxiliando-a a progressivamente atingir outros níveis de percepção espacial. Montessori (1961) ainda diz que a forma como vivenciamos o espaço, durante a infância, nos acompanha até a vida adulta, refletindo na maneira como percebemos o espaço edificado. Hertzberger (1999) reforça essa perspectiva, uma vez que esclarece que os espaços e ambiências criados pelos arquitetos são capazes de influenciar as formas como o desenvolvimento

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

cognitivo se estabelece nas relações sociais. A arquitetura seria formada a partir do conjunto dos pequenos detalhes de todos os aspectos, tendo êxito em trazer as sensações desejadas, estimulando o sujeito a criar associações com o espaço edificado. A arquitetura deve proporcionar uma forma de ligação entre o sujeito e o ambiente edificado.

Da mesma forma, Pallasmaa (2011) diz que a arquitetura não deve se concentrar apenas nos nossos estímulos visuais, visto que o ser humano é dotado de vários sentidos capazes de vivenciar o espaço. Corroborando com essa visão, Tuan (1974) descreve que as crianças possuem uma forma específica de compreender o espaço. Elas não utilizam apenas o sentido da visão, mas fazem uso de todos os instrumentos corporais disponíveis. De maneira similar a Montessori (1961) e Tuan (1974), consideram que a capacidade espacial desenvolvida na infância corresponde à *experiência* espacial a ser vivida futuramente como adulto. Essa definição retorna à qualidade do espaço edificado. Tuan (1974) descreve que o espaço edificado fornece um meio ambiente capaz de refletir nos comportamentos dos seus usuários. O espaço edificado é capaz de aperfeiçoar a capacidade do sujeito sentir e perceber os ambientes.

Por outro lado, também compreendemos a existência da relação da qualidade dos espaços edificados com o *lugar* da criança, proposto nos empreendimentos do PMCMV. Este lugar viabiliza a construção social da infância contemporânea, baseada nos valores reconhecidos pela sociedade (LOPES, FERNANDES, 2018). Araújo (2016) observa que o espaço edificado pode ser interpretado pelo papel que exerce na construção social da infância; esses espaços resultam no *lugar* em que o sujeito se torna capaz de guardar seus significados e valores, como também a interpretação de seu lugar social. A brilhante visão de Conceição (2016), observa que o modelo de habitação oferecido pelo Estado, através do PMCMV, faz parte de um projeto disciplinador que é capaz de utilizar instrumentos físicos do *lugar* para moldar comportamentos, incluindo as crianças como parte significativa desta realidade social. É preciso investigar as condições sociais da infância produzida nesses lugares, visto que esses valores influenciam a forma como a criança se insere na cidade, na habitação e na sociedade.

De forma a sistematizar todos os conceitos destacados, o aporte teórico desta pesquisa segue organizado em três frentes conceituais: a *primeira* é voltada para a correlação de conceitos sobre a *experiência*, *espacialidade, percepção e o lugar.*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Seguimos os trabalhos de Meredieu (2006), Piaget (1967, 2008), Montessori (1961), Pallasmaa (2011), Tuan (1974), Vogel (1995), Mello, Vogel e Mollica (2015, 2017) e Jacobs (2011). *A segunda* frente é composta pelos trabalhos científicos de grandes mestres da psicologia com foco nas abordagens desenvolvidas na psicologia ambiental e do desenvolvimento, concentrando-se na relação espaço - ser humano. A *percepção, a espacialidade e o lugar* infantil, desta forma, seguem analisados a partir do campo da psicologia ambiental. Os autores, Vygotsky (1993), Piaget (1967, 2008) e Montesori (1961), articulam as propriedades do espaço edificado com seu poder de influenciar o comportamento e desenvolvimento do ser humano. Os autores Amore (2015) e Cardoso (2012), compõem a *terceira* frente conceitual, uma vez que analisaram a forma como o PMCMV operou na criação e distribuição dos espaços de habitação no Brasil. De forma complementar, abordam a qualidade física e subjetiva dos empreendimentos entregues.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

APORTE TEÓRICO

CAMPO DE PESQUISA	AUTOR
Arquitetura	Pallasmaa (2011, 2014), Tuan (1974), Mello, Vogel e Mollica (2017), Jacobs (2011), Frost (1993), Gehl (2013)
Planejamento urbano/Geografia Ou Qualidade do PMCMV	Cardoso (2012), Conceição (2016), Müller (2015) e Santos (1988, 2006).
Psicologia ambiental, de desenvolvimento e pedagogia	Meredieu (2006), Piaget (1967, 2008), Montessori (1961), Vygotsky (1993, 2012), Papalia et al (2013).

Quadro 03 – Quadro organização aporte teórico.
Fonte: Elaboração do autor.

Esta pesquisa fez uso da abordagem qualitativa, onde é possível estruturar e articular os conceitos relacionados com a vivência infantil, tal como conhecer, analisar e classificar os espaços coletivos de lazer existentes no estudo de caso. O desenvolvimento desta pesquisa se deu imerso na imprevisibilidade do contexto pandêmico do vírus Sars-Cov2. Não foi possível realizar uma etnografia que observasse a vivência infantil no estudo de caso. Foram feitas adaptações e novas delimitações para que fosse possível, analisar o objeto de estudo partindo de dados já processados e interpretados. Dessa maneira, este estudo contou com a colaboração metodológica e documental do LOBEHAB, fazendo uso da etnografia produzida por Trotta (2019) no mesmo estudo de caso, conferindo embasamento a esta pesquisa. As análises, verificações dos objetivos gerais, específicos e construção conceitual tiveram seu ponto inicial na problematização encontrada na revisão bibliográfica, complementada pela revisão documental, a leitura do projeto arquitetônico do estudo de caso, assim como a distribuição dos espaços edificados e a análise gráfica de seus atributos espaciais, sensoriais e visuais. Por fim, aborda-se a análise de mapas comportamentais e entrevistas estruturadas obtidas a partir das pesquisas *in loco* de Trotta (2019) e Amoedo (2019).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

1- Revisão bibliográfica

A revisão bibliográfica constitui importante elemento desta pesquisa, através dela foi possível construir o referencial teórico metodológico que sustenta toda as análises executadas adiante. Essa técnica nos auxiliou a correlacionar os conceitos da relação espaço edificado – ser humano, como a e*xperiência*, *espacialidade, percepção e o lugar* à toda a estrutura da pesquisa, sendo aplicada na estruturação e embasamento de todos os capítulos. Da mesma forma, a revisão bibliográfica nos possibilitou averiguar as bases e características da habitação social brasileira, desde o movimento moderno até os dias atuais, com foco no PMCMV, sendo elemento direcionador do capítulo 3. Finalizando, todo o embasamento extraído da bibliografia selecionada, nos permitiu encontrar os melhores métodos de análise aos espaços de lazer infantil, como nos guiou ao encontro de toda a revisão documental a seguir. Todas as obras utilizadas seguem descritas na bibliografia da pesquisa.

2- Revisão documental

A revisão documental foi realizada a partir da investigação e análise de documentos que incluem: regras do funcionamento administrativo do PMCMV elaborados pela Caixa Econômica Federal - CEF, acórdãos sobre a qualidade física dos empreendimentos do PMCMV, emitidos, a partir de 2014, pelo Tribunal de Contas da união, normas técnicas da ABNT que versam sobre *layout*, segurança e equipamentos para parques infantis, como a NBR 14350 -BR e NBR 16071-BR, os dispositivos legais que abordam a regulamentação do PMCMV no nível Federal, Estadual e Municipal, vigentes à época do planejamento do empreendimento utilizado como caso de estudo, principalmente os dispositivos voltados para a qualidade física dos espaços infantis. Foram analisados fotos, vídeos e demais recursos audiovisuais produzidos à época do projeto, que permitiram identificar as diretrizes do PMCMV, embasando as demais análises a serem executadas a seguir, legando a verificação do cumprimento dos requisitos legais exigidos para aprovação de um projeto do PMCMV. Toda a análise foi essencial para a construção da lógica do capítulo 3 e a análise do caso de estudo no capítulo 4.

3- Estudo de caso, análise do projeto arquitetônico e espaço edificado

A escolha do caso de estudo trouxe o peso necessário para esta pesquisa, permitindo realizar a pesquisa direcionada a todo conjunto gráfico do projeto executivo de arquitetura, do memorial executivo e dos mapas aéreos do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti. Este material foi utilizado para conhecermos as principais características e toda amplitude do empreendimento, de forma a quantificarmos e qualificarmos os espaços livres, os espaços privativos, espaços públicos, equipamentos de lazer, implantação geral, equipamento públicos externos e demais itens ligados ao lazer infantil, produzidos e entregues no caso de estudos. Através desta análise, foram alimentados todos os capítulos desta dissertação, graças ao grau informativo dos elementos analisados no caso de estudo e casos semelhantes existentes em outros empreendimentos do PMCMV, inseridos no Rio de Janeiro. As informações coletadas foram essenciais, especialmente, para construção do quarto capítulo, dedicado a verificação do caso de estudo. A análise qualitativa utilizou o método científico identificado a partir das pesquisas já

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

realizadas a respeito do objeto de pesquisa, tendo como base o trabalho de Muller (2015). A metodologia de avaliação de Muller (2015) tem como cerne a avaliação da estrutura disponível, voltando-se para sua qualidade objetiva; a autora utilizou a pesquisa científica de Borges (2008) que, por sua vez, forneceu importantes diretrizes de projetos de *playgrounds* infantis, nos levando a identificar se os espaços analisados atendem a esses aspectos básicos.

O método de Muller (2015) tem como foco a qualidade física dos espaços de lazer, fazendo uma verificação do cumprimento dos elementos básicos de um projeto de parque infantil em que cada elemento elencado corresponde a um tipo de questão a ser verificada. Esse método se baseia nas diretrizes de projeto construídas por Borges (2008) e volta-se para verificação de elementos da qualidade espacial dos espaços de lazer infantil. Todos os métodos apresentados foram devidamente adaptados e interpretados à luz do aporte teórico utilizado nesta pesquisa. A aplicação destes considerou a forma como as categorias analisadas estão articuladas conforme seu nível de acessibilidade, classificando conforme sua disposição e ocupação física.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

4- Análise gráfica projeto arquitetônico

O conjunto gráfico do projeto de arquitetura do caso de estudo foi analisado e apresentado graficamente, incluindo os resultados, através da elaboração de colagens, croquis, plantas, perspectivas 3D e diagramas explicativos, trabalhando conjuntamente com a avaliação dos espaços edificados no caso de estudo, possibilitando a compreensão dos elementos, aspectos e diretrizes da análise. Este método de análise está intrinsecamente associado à avaliação do espaço edificado que complementa a metodologia de avaliação de Muller (2015) e auxiliou na compreensão da espacialidade planejada para o empreendimento.

5- Utilização e interpretação de entrevistas abertas e estruturadas

As entrevistas abertas e estruturadas serão utilizadas, analisadas e interpretadas com o foco direcionado à qualidade dos espaços de lazer, onde os beneficiários residentes no caso de estudo fornecem suas questões e opiniões. Nesse caso, foram utilizadas entrevistas estruturadas e abertas produzidas *in loco* pelas

pesquisas das autoras Amoedo (2019) e Trotta (2019), servindo como embasamento dos capítulos três e quatro.

6- Interpretação de mapas comportamentais

Os mapas comportamentais foram utilizados como método para avaliar a presença das crianças no caso de estudo. Auxiliaram na identificação de alternativas encontradas para os jogos e brincadeiras, nos casos em que houve inadequação ou inexistência dos espaços de lazer infantil implantados no empreendimento caso de estudo. As análises comportamentais produzidas nas pesquisas de Amoedo (2019), Trotta (2019) foram utilizadas.

A dissertação segue estruturada em três capítulos chave, o *capítulo 2* foi construído com o apoio bibliográfico de pesquisas realizadas pelos autores como Meredieu (2006), Piaget (1967, 2008), Montessori (1961), Pallasmaa (2011), Tuan (1974), Mello, Vogel e Mollica (2015, 2017), Jacobs (2011), Moser (2018), Hall (1977), Frost (1993), Weinstein e David (1987) e Rasmussen (1959). *O capítulo 2* dá início à investigação sobre a relação infantil com o espaço edificado. Neste capítulo, a investigação se desdobra em três eixos de análise para conhecermos como se dá a relação do espaço edificado com as crianças, a partir da experiência, da vivência e do papel social do espaço, ou seja, abordaremos as teorias que analisam como o espaço edificado pode influenciar o desenvolvimento e comportamento infantil. No primeiro eixo, será feito uma análise sobre como o espaço edificado é experienciado pelas crianças na infância, a forma como a criança lê, experimenta e se desenvolve no espaço a sua volta. No segundo eixo, o espaço será analisado como elemento físico que acompanha a presença das crianças na cidade; foram apresentados os espaços comuns onde se dá a vivência infantil e sua possível influência no desenvolvimento. Finaliza-se a investigação com a discussão sobre o espaço edificado como um elemento que representa o lugar da criança na sociedade, o espaço visto como um elemento que viabiliza a construção social da infância. Em razão da melhor conexão entre os elementos de influência comportamental, aborda-se a relação espaço edificado com o ser humano a partir de duas leituras - o espaço edificado influenciando o homem e o homem influenciando o espaço que melhor será compreendido na estrutura deste capítulo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

No capítulo 3, faz-se uma análise sobre a relação infantil com os espaços de lazer disponíveis nas cidades, considerando a escala das ruas e dos enclaves fortificados, analisando seu impacto na produção da infância contemporânea. O capítulo é finalizado com uma correlação entre a perspectiva do lazer produzido nas ruas e o lazer produzido nos espaços privados, interligando a produção da infância oriunda da vivência nos empreendimentos do PMCMV. Com o devido apoio dos trabalhos de Vogel (1995), Mello, Vogel e Mollica (2015, 2017), Caldeira (2000), Bittencourt (201), Cardoso (2012) e Conceição (2016). Este capítulo nos auxiliará a compreender como o lazer se especializa na cidade e nos empreendimentos do PMCMV.

No *capítulo 4*, faz-se uma avaliação do espaço edificado no caso de estudo, conhecendo melhor suas características socioeconômicas, físicas e morfológicas. Nos aprofundamos na análise dos espaços coletivos que são oferecidos, tendo uma visão global de todo o empreendimento. Paralelamente, correlacionamos as conclusões dos capítulos anteriores com os resultados colhidos na análise, nos encaminhando para a conclusão das questões de pesquisa.

Por fim, nas *considerações finais*, apresenta-se a síntese de todos os capítulos, discorrendo sobre as características necessárias aos espaços infantis, os espaços dedicados às crianças nas cidades, como a criança se relaciona com o espaço, como se dá a relação espaço - ser humano, demostrando as características dos espaços produzido no PMCMV, seu papel na representação do lugar da criança na sociedade -, correlacionando os conceitos utilizados durante toda a pesquisa com os resultados da análise de qualidade do caso de estudo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

2
O espaço edificado e a criança

Este capítulo opera como o ato inicial na compreensão da relação infantil com o espaço edificado, em especial os espaços de lazer infantil distribuídos nas cidades. Seu fundamento reside em apontar e compreender, através da contribuição de conceitos como *percepção, experiência, qualidades lúdicas e a construção social da infância*, a maneira que os espaços físicos podem contribuir positivamente no desenvolvimento e comportamento infantil. Incialmente, de forma ampla, será abordado a influência do espaço construído na vivência espacial infantil. Em seguida, serão analisadas uma série de necessidades básicas que os espaços de lazer devem atender quando são destinados ao público infantil, em paralelo serão abordadas as características físicas desejáveis para contribuírem positivamente no processo de desenvolvimento infantil, como também na promoção e garantia do lugar social da criança na sociedade contemporânea.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

2.1
Influência ambiental do espaço construído

A relação do espaço edificado com a criança, dada sua complexidade, pode ser analisada de maneira multidisciplinar, integrando o campo de pesquisa de todas as disciplinas que buscam compreender as relações espaciais do ser humano, como a arquitetura, psicologia ambiental, geografia, antropologia, dentre outras (CAVALCANTE e NOBREGA, 2017). A arquitetura, por sua natureza em se antecipar, pensar, planejar, modelar e remodelar o espaço edificado, domina esse campo com a profundidade necessária para esta análise (MOSER, 2018, MONTANER, 2017).

Quando refletimos sobre a relação espacial da criança com o espaço edificado, a princípio, utilizamos como unidade de análise a relação espacial existente entre o espaço edificado e o ser humano, de um modo geral. Logo estaremos diante de uma relação marcada pela forte conexão interdependente, posto que existem forças de influência de ambos os polos. Para melhor compreendê-la,

torna-se essencial adotarmos uma abordagem sistêmica[5], ou seja, devemos fazê-la considerando todo o sistema de fatores (CAVALCANTE e NOBREGA, 2017). Dessa forma, a relação ser humano e espaço edificado pode ser elucidada a partir de duas vias de entendimento, a partir do *espaço físico criado* pelo homem e a partir da *influência ambiental* originada do espaço anteriormente criado.

A primeira via de entendimento considera o homem como um agente ativo, modificando o espaço. Com seus objetivos delimitados, este altera o espaço natural, outrora conceituado por Santos[6] como o *espaço geográfico*, onde:

> A presença do homem na face da Terra muda o sistema do mundo. Torna-se, o homem, centro da Terra, do Universo, imprimindo-lhe uma nova realidade com sua simples presença. O homem é um dado da valorização dos elementos naturais, físicos, porque é capaz de ação. Usa suas forças intelectuais e físicas contra um conjunto de objetos naturais que seleciona como indispensável para se manter enquanto grupo. Assim, o homem é sujeito, enquanto a terra é objeto. E em torno do homem que o sistema da natureza conhece uma nova valorização e, por conseguinte, um novo significado.

Por sua vez, para Pallasmaa (2011), o ser humano, ao praticar a arquitetura, vem a dominar o chamado *espaço infindável*, impõe limites, usos e o entrelaça com o tempo, manipulando o espaço, transformando-o num ambiente edificado (PALLASMAA, 2011, p.17).

A segunda via de interpretação é justamente inversa, ela parte da *influência ambiental* do espaço edificado criado pelo homem. O espaço edificado passa a agir como elemento de influência externa ao comportamento do usuário, vez que ele passa a se relacionar com este (MOSER, 2018). Rapoport (1990) reforça este entendimento ao ilustrar que esta relação deve ser interpretada considerando o que vem a ser puramente o ambiente estabelecido pelo conjunto de elementos existentes. Nele, ocorrem determinadas relações entre objetos fixos, móveis e o ser humano. Entende-se que os *objetos físicos* correspondem a todos os elementos fisicamente estruturados num ambiente, dentre eles, chão, teto, paredes e arranjo estrutural. Os *objetos móveis* englobam todo o mobiliário que pode ser facilmente movido pelos usuários. O *ser humano* é entendido como um elemento completamente livre que interage com os dois objetos anteriormente especificados.

5 Abordagem sistêmica é conhecida pela análise conjunta dos elementos de uma relação.
6 SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo, Editora Hucitec, 1988.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Para o autor, o espaço construído estabelece uma ordem nessas relações, posto que não estamos falando de elementos puramente amontoados ou vistos como uma colcha de retalhos. Todos estão inseridos numa organização espacial estabelecida pelo arquiteto (RAPOPORT, 1990).

As duas vias de interpretação identificam o espaço edificado como recurso de suporte à vida humana. Considerando novamente a interdependência espacial do ser humano, as autoras Cavalcante & Nobrega (2017) observam a forte dependência do ser humano para com o espaço edificado. De forma imprescindível, o ser humano vê o espaço, puramente o espaço, como base da sua vivência física, social e psíquica, tornando possível todos os processos que ocorrem na vida em sociedade. As autoras também observam que diversos teóricos, como Lewin (1930), Gibson (1986), Barker (1965) e Bronfenbrenner (1977) abordaram como o espaço edificado está inserido como base da vida do ser humano.

Correlacionado com a visão Rapoport (1990), o posicionamento de Cavalcante & Nobrega (2017) reforça a necessária atenção à qualidade da produção desses espaços físicos, uma vez que essas condições viabilizam as alterações comportamentais do ser humano. Podemos utilizar essas premissas como ponto de partida para analisarmos a sua interligação com os conceitos anteriormente delineados. A *experiência, percepção, espacialidade e lugar* tornam-se unidades de análises complexas para compreender a correlação da qualidade física do espaço edificado com a forma como o ser humano é influenciado. Estar inserido no espaço edificado produzido pelo ser humano é um fator indispensável para a interpretação dessa influência espacial. Pallasmaa (2014), em seu texto *Space, Place, and Atmosphere: Peripheral Perception in Existential Experience,* parte da obra *Architectural Atmospheres*, fala sobre essa troca existente entre as características físicas do espaço e o usuário. Ele destaca a influência entre objeto físico e sujeito. A melhor forma de percebê-la é analisar a experiência perceptiva do ser humano, posto que todas as experiências ocorridas no espaço edificado estão correlacionadas ao funcionamento dos nossos sentidos. Ou seja, para que o espaço edificado seja analisado por dentre suas caraterísticas físicas, é necessário observar o ser humano e seus comportamentos inerentes.

Toda esta conceituação é observada de forma similar na espacialidade infantil, onde seus desenvolvimentos cognitivo, físico, social e mental estão ligados às possibilidades recebidas da influência ambiental do espaço edificado, seja em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

espaços programados, especializados ou no viver urbano das cidades (RAPOPORT, 1990). Ao nos aprofundarmos na especificidade da relação existente entre o espaço edificado e a criança, devemos observar que a *percepção* e a *espacialidade* infantil são rodeadas por uma sensibilidade nata. De forma instintiva, a criança utiliza todos os seus sentidos para sentir-se inserida em qualquer ambiente. A descoberta espacial faz parte da experiência infantil no espaço, essa visão da *experiência espacial* pode ser vista na maneira que a criança utiliza as características do espaço nos seus jogos e brincadeiras, ou quando a criança passa a utilizar os objetos para explorar o espaço, algo característico da infância, como diz Rasmussen (1959).

Hall (1977) descreve que as crianças primeiramente utilizam o tato como fonte sensorial para experimentar a espacialidade ao seu redor. Tudo tocam, tudo colocam na boca - ele destaca como somos condicionados a esse intercambio entre sentidos. Rasmussen (1959) concorda com esta afirmação ao falar que a descoberta infantil do espaço ocorre através do uso de todas suas ferramentas sensoriais. Montaner (2017), no entanto, explica que essas atividades caracterizam o fenômeno da *experiênci*a, utilizando a *percepção* para alcançar os caminhos cognitivos da criança. Ao ter contato com o espaço, ao compreender suas características, a criança guarda essas informações através do fenômeno da *experiência* (RAPOPORT, 1990). Hall (1977) retorna fundamentando essa afirmação, esclarece que o uso dos nossos sentidos é extremamente importante para termos uma *percepção espacial* completa, através deles podemos perceber as nuances existentes no mundo físico. O autor vai além, ao dizer que a espacialidade humana pode ser compreendida quando nos aprofundarmos no funcionamento de nosso sistema sensorial.

Logo, é possível compreender que a relação da *percepção e o espaço edificado* constitui um elemento de grande influência comportamental na vivência infantil. Cientes disto, quando associamos a criança aos espaços de lazer existentes nas cidades, lembramos que ela desenvolve as suas habilidades relacionando-se diretamente com a qualidade objetiva e subjetiva do espaço edificado. Vygotsky (1933), psicólogo, pesquisador e observador bielorrusso, voz proeminente em sua época, deixou como legado abordagens que orientam as pesquisas sobre o universo infantil. Seu entendimento é que o desenvolvimento infantil se dá pelas interações sociais e com o ambiente externo. Ele definiu que as atividades de exploração do ambiente realizadas pelas crianças são meios de aprendizado e desenvolvimento cognitivo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

As descobertas de Vygotsky (1993) sobre o funcionamento orgânico infantil nos ensinam que o lazer, representado pelos *jogos e brincadeiras*, é fonte do impulso que direciona a criança a desenvolver todo o conjunto de habilidades, gerando o funcionamento sistêmico do desenvolvimento infantil. Para Serpa (1995), o lazer possui grande relevância na vida da criança, posto que estamos lidando com seres humanos em plena formação, justificando a necessidade de certo repertório estimulante para seu desenvolvimento. O espaço edificado produzido e planejado pelo ser humano age como elemento que estimula, direciona e complementa a rotina de lazer infantil.

Outro ponto bem destacado por Vygotsky (1993) fala sobre o poder da imaginação infantil, discorrendo sobre sua complexidade e profundidade. O lazer é constituído como atividade interligada ao poder imaginativo infantil, sua versatilidade se faz presente nos espaços coletivos privados e públicos espalhados pelas cidades. Isso torna a cidade o local mais apropriado para o lazer infantil, estando acessível a toda diversidade de valores sociais. Novamente, Serpa (1995) nos trás que esses aspectos representam um importante marco na determinação da apropriação infantil, principalmente tratando-se das derivações da periculosidade da rua, da ausência de rigidez e limites vistos pelos responsáveis.

A realidade brasileira mostra que a acessibilidade e a permanência infantil nos espaços de lazer especializados, ou nas ruas, não alcançam sua plenitude devido as desigualdades e rupturas territoriais e sociais encontradas em nosso tecido urbano. Não há equidade na oferta e na qualidade dos espaços disponíveis, submetendo as crianças a uma vivência desigual desde sua formação como ser humano. Por outro lado, não basta que tenhamos uma infinidade de espaços coletivos de lazer infantil democráticos e acessíveis, eles devem possuir as qualidades físicas necessárias para atingir as esferas do desenvolvimento infantil, ou seja, deve correlacionar os atributos ambientais, espaciais, físicos e sociais do espaço edificado com as demandas físicas, educacionais, cognitivas e de sociabilidade infantil (MARCELLINO, 1995a). Estas são mais bem compreendidas como as dimensões básicas do desenvolvimento infantil e inclui funções motoras, cognitivas, sociais, culturais e de linguagem.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA



DIMENSÕES BÁSICAS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Quadro 04 – Quadro de sistematização das dimensões básicas do desenvolvimento infantil. Fonte: Elaboração do autor a partir de Frost (1993).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

O *desenvolvimento motor* é evidenciado pelo contato com espaços que promovam as atividades físicas, como o movimento corporal livre e apropriação do espaço disponível. O *desenvolvimento cognitivo* pode ser estimulado através da diversidade na organização espacial, seja no formato, no mobiliário, na variedade de texturas utilizadas ou contato com a natureza, fortalecendo as conexões cognitivas do cérebro humano. O *desenvolvimento cultural e social* decorre exatamente dos laços sociais que o espaço edificado pode proporcionar aos seus usuários. Ressalta-se que o contato com a materialidade desses espaços pode influenciar as conexões e ordens sociais estabelecidas. Frost (1993) analisou os resultados das pesquisas de Nicholson[7], onde provou-se a hipótese de que a materialidade dos espaços influencia não só o desenvolvimento cognitivo, mas atua diretamente estimulando as relações sociais a serem desenvolvidas. De outra maneira, resta destacar que o desenvolvimento social está intimamente conectado ao desenvolvimento cognitivo (FROST, 1993). O contato com a qualidade física dos espaços também é capaz de auxiliar o desenvolvimento da linguagem, dada sua forte conexão com a capacidade física, motora e social infantil, estimulando a

7 Nicholson, S. (1971). How not to cheat children: The theory of loose parts. Landscape Architecture 62:30-34.

transmissão da fala. Essas dimensões encontram-se associadas à capacidade lúdica dos espaços de lazer infantil.

No próximo tópico, será analisado como a capacidade lúdica dos espaços de lazer infantil podem estimular e auxiliar os *jogos e brincadeiras* realizados, intimamente conectados ao desenvolvimento infantil.

2.2. Qualidades lúdicas

A maneira que a *percepção e a experiência* espacial se manifestam na vida infantil estão intimamente ligadas ao grau de refinamento da organização espacial dos ambientes que recepcionam o público infantil, exigindo que o conceito da *capacidade lúdica* nos espaços infantis seja introduzido e analisado. Para melhor aprofundamento, devemos, em primeiro lugar, compreender a proposição da ludicidade presente na vivência infantil, sua aplicabilidade, seus atributos e as formas que assume.

A ludicidade está associada ao termo de origem latina *ludus*, que pode ser interpretado como *atividade*, *jogos, brincadeiras, recreação e dramaticidade;* também pode ser vista como uma *ação, qualidade e sistema regras*. A ludicidade identificada como *ação* se refere a um fenômeno cultural, uma necessidade social e biológica realizada pelas crianças e adultos, com diversas funções, sendo constantemente associada ao lazer, à psiquê, à educação e ao desenvolvimento infantil (FIANS, 2015). Para Huizinga (1993) e Borges (2008), a ludicidade também pode ser observada como fundamento de todas as atividades praticadas pelo ser humano, como um impulso que move a civilização. De outro modo, quando esse conceito é visto como uma *qualidade*, pode ser verificado no mobiliário, brinquedos e outros meios físicos de suporte à vida infantil. Dentre esses, o espaço edificado e sua organização espacial. Ele demostra a capacidade do elemento físico promover a acessibilidade, a permanência e a criatividade dos *jogos e brincadeiras* infantis, de modo a estimular e facilitar a maneira como a criança explora o ambiente e suas dimensões básica de desenvolvimento. Brougère (1994) identifica que a ludicidade ainda pode ser compreendida como um sistema de regras que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

delimitam o propósito de cada atividade em que é aplicada, seja como jogo, terapia ou método de ensino (MASSA, 2015).

Por outro lado, os atributos assumidos pelas manifestações lúdicas são precisamente autônomos, imaginativos e com potencial socializador. A autonomia dessas manifestações se ilustrada pelo seu surgimento totalmente autônomo na vivência infantil, que toma partido da capacidade imaginativa ilimitada das crianças. Logo, a sociabilidade está associada a esse conjunto, como um ponto de partida para as trocas sociais e coletivas que ocorrem durante as práticas lúdicas.

Nesse ponto, identificamos que a ludicidade representa um conceito que é intrinsecamente qualificador quando aplicado aos espaços infantis, em especial nos espaços em que o lazer é praticado, ou seja, faz a ponte entre a *qualidade espacial dos espaços infantis, a percepção, as dimensões básicas do desenvolvimento infantil* e *a ação* realizada pela prática dos *jogos e brincadeiras* infantis. Por conseguinte, a *capacidade lúdica* mostra-se como um conceito capaz de qualificar e orientar a organização espacial do espaço construído a partir de suas formas assumidas e sua intercambialidade com a psique infantil.

Diante disso, a organização espacial dos espaços de lazer infantil apresenta-se como um suporte a uma ação *autônoma, imaginativa, socializadora* e corriqueira das crianças, porém pressupõe que seu foco é auxiliar e estimular a prática do brincar e sua experiência, para que possam refletir colaborando para o processo de desenvolvimento infantil (LIMA, 1989). Por sua vez, a organização espacial se vê enriquecida quando unifica o brincar espontâneo, o espaço edificado que a envolve e o estímulo à prática lúdica, sendo capaz de auxiliar o movimento das dimensões básicas do desenvolvimento infantil. Assim sendo, os *jogos e brincadeiras* podem ocorrer nas diversas escalas urbanas encontradas nas cidades, sejam elas as públicas, privadas, internas e externas com o suporte físico dos espaços de lazer, seja em ambientes programados com funções delimitadas, conhecidos neste estudo como ambientes programados, como também nos ambientes livres, sem delimitação de usos e que recepcionam as crianças de forma flexível, intuitiva e adaptável a sua capacidade imaginativa (LIMA, 1989).

Isso é materializado pela presença dos espaços de lazer infantis espalhados pelas cidades, ruas, escolas, creches, parques, hospitais e demais estruturas que possuem características e objetivos lúdicos próprios. As atividades lúdicas podem se manifestar em três ordens espaciais (FROST, 1993). A *primeira ordem,* como

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

descrita anteriormente, consiste no lúdico como prática do lazer *autônomo e imaginativo*, que é promovida pela percepção lúdica infantil, estimulada pelas peculiaridades do espaço edificado qualificado. A organização espacial foi definida para o estímulo dos jogos e brincadeiras; estas atividades podem ser observadas nas brinquedotecas e nos parques de lazer infantil projetados com primor lúdico. A *segunda ordem* corresponde ao lúdico que ocorre como parte do aprendizado nas atividades educacionais, e em tratamentos psicoterápicos com suporte do espaço qualificado. Como exemplos, temos as práticas que ocorrem nas escolas, nos consultórios médicos, nos hospitais infantis, que possuem a influência da organização espacial como fator ambiental estimulante, da mesma maneira. A *terceira ordem* revela que essas práticas surgem de forma despretensiosa em locais em que a ludicidade é auxiliada pela ação da coletividade. A sociabilidade atua como base conceitual, continuamente se apoiando na diversidade social e física. Podemos considerar como exemplo as práticas lúdicas realizadas nas recreações das ruas, das vilas residenciais e demais espaços públicos inseridos nas cidades (FIANS, 2015) (DUMAZEDIER, 1962 apud BORGES, 2008).

Weinstein e David (1987) reforçam que o espaço construído não é considerado o único elemento que colabora e influencia o bem-estar infantil e estimula a prática dos *jogos e brincadeiras*. Porém, de maneira oposta, afirmam que o sistema de processos de desenvolvimento físico, social e cognitivo pode ser facilmente influenciado pelas características físicas do espaço edificado. A complexidade da vida infantil necessariamente se entrelaça às qualidades físicas desses espaços (FARIA, 2014). Os espaços de lazer infantil que melhor acolhem as crianças são aqueles que compreendem a maneira que o público infantil se apropria dos espaços. Tais espaços estão submetidos às necessidades e caraterísticas dos seus usuários (WEINSTEIN; DAVID, 1987). Exatamente nesse ponto reside a necessidade da promoção da ludicidade associada a uma organização espacial adequada, quando dirigida ao público infantil.

Nesse caminho, os espaços de lazer infantil exigem maior proximidade entre arquiteto, planejador urbano, usuário, projeto, mobiliário, cidade e os sentidos sensoriais dada as necessidades infantis. Lima (1989) defende que o responsável pela concepção de projetos de arquitetura e mobiliário infantil deve ter como resultante o estímulo à iniciativa e a curiosidade infantil. Como já foi mencionado, Pallasmaa (2011) demostrou, ao longo de seus trabalhos, a necessidade de se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

explorar todos nossos sentidos na concepção arquitetônica, em contraponto ao uso prioritário dos sentidos facilmente capturados, da maneira como a visão é amplamente explorada atualmente (TUAN, 1974; PALLASMAA, 2011). A arquitetura, por sua natureza, tem como missão unir os sentidos humanos, sem predileção - algo de extrema importância para a vivência infantil. Gehl (2013), por sua vez, reflete que essas premissas devem possuir certa amplitude, não subsistindo apenas na escala primária. Deve atingir o cerne de qualquer cidade que se apresente; deve ser voltada para a mobilidade e os sentidos humanos.

No entrelaçamento entre os conceitos dessa pesquisa, a *capacidade lúdica* exige que os espaços infantis de lazer, sejam os parques infantis ou demais estruturas urbanas, mostrem-se desafiadores e suficientemente diversos no estímulo à ludicidade das práticas infantis, não importando a escala em que estejam inseridos ou a qualidade material disponível (WEINSTEIN; DAVID, 1987). As pesquisas realizadas nos anos 1970, por Frost (1977, 1985) e Campbell (1977, 1985), em parceria com o Estado e Universidade do Texas[8], demostraram que as complexidades materiais e espaciais[9] dos espaços infantis refletem diretamente na dinâmica dos *jogos e brincadeiras* infantis, atuando como elemento de influência comportamental. Os dados coletados ratificaram que a capacidade e os objetivos lúdicos de cada espaço infantil influenciam nos tipos de *jogos e brincadeiras* a serem realizados, que, por sua vez, fomentam o desenvolvimento de diferentes dimensões de desenvolvimento infantil. Logo, fica evidente a importância do planejamento e uso de estratégias espaciais na organização do espaço edificado programado.

A *capacidade lúdica* dos espaços infantis pode ser apoiada na preferência infantil por espaços que lhe despertem um maior impulso de descoberta no uso dos

8 Campbell, S., & Frost, J.L. (1985). The effects of playground type on the cognitive and social play behavior of grade two children. In (eds.), When Children Play, J.L. Frost & S.Sunderlin.Wheaton,MD: Association for Childhood Education International.
Frost, J.L., & Campbell, S. (1977). Play and Play Equipment Choices of Young Children on Two Types of Playgrounds. Unpublished ms., The University of Texas at Austin.
Frost, J.L., & Campbell, S.D. (1985). Equipment choices of primary age children on conventional and creative playgrounds. In (eds.). When Children Play, J.L. Frost & S. Sunderlin. Wheaton, MD: Association for Childhood Education International.

9 Entende-se que as complexidades materiais são decorrentes do planejamento da estrutura física do espaço edificado. A utilização de maior variação no uso de revestimentos, texturas, cores e demais atributos. A Complexidade espacial decorre da organização espacial explorada no projeto de arquitetura de um espaço infantil, lembrando da importância do posicionamento de circulações e equipamentos que refletem na qualidade espacial e na segurança física das crianças num ambiente programado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

espaços, ou seja, a qualidade destes não está unicamente ligada ao uso de equipamentos urbanos, mas à qualidade do planejamento espacial local, onde torna-se possível dar margem as práticas lúdicas infantis sem que se engesse a capacidade imaginativa das crianças. A aplicabilidade da *capacidade lúdica* em projeto de arquitetura tem foco na definição de usos do espaço. Ela pode ser alcançada na atenção à organização espacial das estruturas físicas fixas e móveis, no uso de materiais de texturas e cores estimulantes, dentre outros. Estes são capazes de fomentar a ludicidade, favorecendo a prática dos jogos e brincadeiras.

De forma a nos aprofundarmos na existência de estratégicas lúdicas que tornem os espaços infantis, programados ou flexíveis, mais desafiadores, estimulantes e receptivos, utilizamos como recurso as diretrizes de concepção de espaços coletivos programados criadas por Borges (2008) e Weinstein e David (1987), bem como as estratégias desenvolvidas por Gehl (2013), para tornar os espaços flexíveis das ruas mais acolhedores às necessidades infantis. A escala dos espaços de lazer programados é apresentada por Weinstein e David (1987) que, em seus trabalhos, citam *nove atributos* para a concepção e organização espacial destes espaços. A *primeira diretriz* de Weinstein e David (1987) mostra que é essencial que os espaços infantis promovam o senso de lugar nas crianças. Sua preocupação se dirige ao ambiente, às imagens e às sensações que serão apresentadas pelo lugar, ou seja, uma maior atenção com a atmosfera que será transmitida pelo espaço, priorizando uma maior conexão com o local que estão inseridos, em atenção às características físicas e ambientais locais, principalmente quando inseridas em espaços que compõem os limites privados ou coletivos de seu *habitat.* A *segunda diretriz* diz respeito às conexões entre os setores a serem criados e o mobiliário distribuído espacialmente. Esses setores devem estar estrategicamente conectados, como se estivessem entrelaçados em um sistema para que as crianças sejam capazes de explorar todos os espaços partindo de qualquer um desses pontos. Dessa forma, dá sentido à *terceira diretriz,* que fala sobre a criação de uma variedade de setores com diferentes usos e funções atribuídas, criando centralidades específicas, para que as crianças façam uso de diferentes tipologias, favorecendo sempre a descoberta de novos setores.

A *quarta diretriz,* por sua vez, fala que esses espaços devem estar conectados a espaços chave que guardem uma função central em todo o *layout* do parque, agindo como ponto central da localização espacial. Assim, torna-se viável

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

a *quinta diretriz,* que orienta a criação de sobreposições tridimensionais entre setores, favorecendo a formação de conexões inesperadas. A *sexta diretriz* fala a respeito da segurança física das crianças, mostra a importância no tratamento material do espaço como um todo, para que não haja grande impacto nas quedas que venham a ocorrer, como também a necessidade de prever espaços específicos para quedas e aterrisagens próximos a determinados tipos de mobiliário.

A *sétima diretriz* aconselha que existam espaços multiuso, de forma a comportar múltiplas atividades, do mesmo modo que favoreça a permanência dos brinquedos das próprias crianças ou lhes possibilitem atividades coletivas de educação e lazer. A *oitava diretriz* orienta que sejam utilizados materiais que promovam uma variedade de texturas e cores, para que o publico infantil seja estimulado visualmente e sensorialmente. Finalizando, a *nona diretriz* fala sobre a utilização de mobiliário que comporte complementação através de peças soltas e de encaixe para explorar a capacidade motora e intelectual das crianças.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA



Figura 01 – Atributos dos espaços infantis desafiadores aplicados em projeto.
Projeto de parque infantil – Oikotie arquitetas, localizado no Porto maravilha, Gamboa, Rio de janeiro.
Fonte: Escritório de arquitetura Oikotie.

De maneira similar, Borges (2008) elaborou um sistema de diretrizes baseado na literatura de seu trabalho científico, considerando as lições de Senda (1988), Alexander (1980), Bengstsson (1973) e Kwok (1999). Ela mostra um caminho lúdico para o planejamento de parques e espaços estimulantes para o

público infantil. Através das suas análises, a autora destaca em sua *primeira diretriz* que os espaços devem fornecer uma maior integração entre as crianças, não criando setorizações baseadas por gênero ou idade, favorecendo a integração social entre todos. A *segunda diretriz* orienta que os setores devem estar dispostos com integral permeabilidade, legibilidade visual, estímulo à motricidade infantil, acessibilidade e que não encontrem barreiras visuais, motoras e sociais de modo que os setores devem incluir atividades e espacialidades que incentivem as movimentações corporais. para que as crianças possam exercitar e desenvolver sua motricidade, como também facilitar a vigilância parental, elemento de extrema importância quando pensamos em espaços de lazer infantil.

A *terceira diretriz* fala sobre a presença de elementos naturais como terra, água, vegetação e animais, uma maneira de trabalhar com todos os sentidos da criança, aumentando suas possibilidades nas descobertas. Borges (2008), em sua *quarta diretriz,* diz que é desejável que os parques infantis sejam proporcionalmente acessíveis, de maneira a se encontrar na escala da criança, aumentando e facilitando a aproximação espacial destas. A autora, de maneira similar a Weinstein e David (1987), em sua *quinta diretriz*, diz que as estratégias espaciais devem promover caminhos para correr, com espaços complexos que utilizem uma variedade de texturas, cores e que comportem equipamentos e mobiliário convidativo aos jogos e brincadeiras.

Finalizando, a *sexta diretriz* orienta e torna facultativo o planejamento de ambientes complementares que auxiliem no processo de educação, desenvolvimento e saúde das crianças, como facilitar o acesso e a permanência dos responsáveis afetivos e educadores, de maneira a serem projetados espaços de apoio para demais atividades - banheiros, fraldários, salas de encontros, dentre outros.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

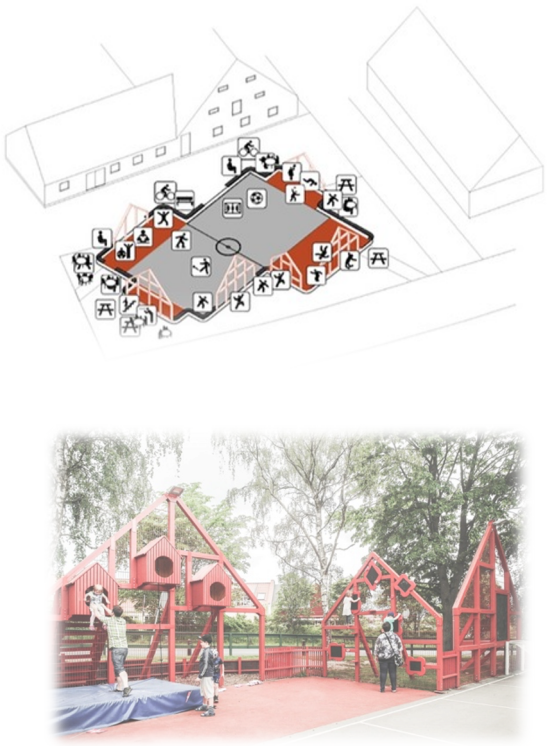


Figura 02 – Atributos desejáveis para parques infantis.
Projeto Village in the Schoolyard – MUTOPIA, localizado na cidade de Torup, Dinamarca.
Fonte: Muntopia Arch.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Quando nos voltamos para a escala das cidades e dos espaços flexíveis, imersos nestes contextos, para criar ambiências lúdicas nas cidades e torná-las mais receptivas para o público infantil, utilizamos o trabalho realizado pelo Instituto Gehl, Fundação Bernard van Leer e Gehl (2018), que resultou na publicação de um editorial em que foram detalhados dez princípios a serem aplicados nas cidades para torná-las abertas, lúdicas e amigáveis. Gehl (2018) destaca como *primeiro princípio* a visibilidade das crianças e seus cuidadores, a partir da qual os planejadores devem considerar as práticas cotidianas realizadas por estas e seus responsáveis afetivos na apropriação dos espaços de lazer, voltando-se para as suas necessidades e adequando a estrutura física para melhor recepcioná-los. Como exemplo, citamos o levantamento espacial e fotográfico sobre as preferências das crianças na apropriação do espaço, a maneira que se busca brincar, correr e se sentar, de forma a utilizar esses dados na concepção de estruturas que deem suporte a tais atividades,

construindo um canal de comunicação para receber as avaliações dos usuários do espaço público.

O *segundo princípio* diz respeito ao estímulo da curiosidade infantil. O espaço público deve ser concebido para estimular a curiosidade infantil, disponibilizando a organização espacial e programática para fomentar novas descobertas contando com elementos que garantam a sua segurança. Como exemplo, a concepção de ciclovias e passeios que fomentem o uso de bicicletas ou facilitem o trânsito de pedestres na interligação dos espaços infantis especializados. Por sua vez, o *terceiro princípio* fala sobre a necessidade em se deixar sujar, o contato sensorial com a materialidade que permita desenvolver os sentidos infantis, permitindo que se tenha margem para o processo de descoberta espacial. Um exemplo que podemos citar é a existência de fontes de água corrente nos parques, possibilitando contato com água ou o contato com demais materiais naturais.

O *quarto princípio* diz respeito ao aprimoramento e revitalização de áreas e estruturas de lazer contíguas às zonas residenciais, em compatibilidade com a versatilidade das práticas dos jogos e brincadeiras, considerando a sua autonomia, capacidade imaginativa e socializadora. Este princípio é facilmente observado nas cidades nas atividades de conservação de ruas, mobiliários urbanos, parques e demais estruturas de lazer infantil inseridos em zonas residenciais. O cerne deste é facilitar a permanência infantil nas cidades, oferecendo uma experiência recreativa facilmente alcançada nas proximidades do lar, de forma que não haja a fragmentação do espaço urbano, oferecendo novas oportunidades de lazer além dos programados. O *quinto princípio* fala sobre um assunto amplamente discutido no planejamento de espaços infantis nas cidades, que é trazer as crianças de volta para as ruas, assegurar que esses espaços sejam acessíveis e seguros, física e socialmente, de forma que seja um dos meios que garantam a presença infantil nas cidades. Considerando que as ruas não são apenas calçadas, passeios, ciclovias e faixas de rolamento destinadas aos veículos automotores, deve-se aplicar um olhar amplo em que o lazer se faça presente. Como continuidade ao anterior, o *sexto princípio* garante a responsabilidade coletiva pelas crianças, baseado no senso comum da comunidade que recepciona o público infantil, atuando de forma a assegurar a segurança coletiva.

O *sétimo princípio* fala sobre a cocriação comunitária no planejamento de conservação e revitalização do entorno residencial, dado o fomento à participação

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

da comunidade na criação e renovação de parques, mobiliário urbano, ruas e demais estruturas, colhendo seus anseios e necessidades. O *oitavo princípio* corresponde à criação de limites físicos; o planejador deve ter atenção na concepção de barreiras físicas que assegurem a segurança infantil, porém que sejam suficientemente sutis, que facilitem o trânsito livre das crianças entre os locais de recreação, garantindo a qualidade de calçamento e mobiliário urbano. O *nono princípio* orienta o trabalho constante na elaboração de projetos para as comunidades, utilizando projetos pilotos, colheitas de dados e usos, avaliação os projetos executados, tendo sempre atenção à apropriação de um espaço concedido para que mantenha constante facilitação do acesso pelas crianças. O *décimo princípio* volta-se para a colheita e valorização das melhores ideias da comunidade; o planejador deve manter uma forte conexão com a comunidade, sempre mantendo um canal aberto entre o usuário, colhendo e ouvindo suas proposições para os espaços públicos.

A partir dessa base conceitual, analisamos que a arquitetura, quando voltada para o público infantil, deve prioritariamente ser diversa, buscando sempre explorar as possibilidades disponíveis pela organização espacial dos ambientes. Rasmussen (1959) diz que a *experiência* na arquitetura envolve o uso das diversas possibilidades nas superfícies - a variedade de elementos deve fazer parte da experiência. Lembramos da importância do projeto de arquitetura para desenvolver e distribuir as atividades desejadas nesse tipo de espaço. Agora, mais do que nunca, fica claro que os espaços infantis demandam projetos específicos para cada ambiência que esteja inserido.



Figura 03 - Princípios das cidades receptivas ao público infantil.
Projeto escadarias do Jardim Ângela, São Paulo - SP.
Fonte: Coletivo Cidade Ativa - SP

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

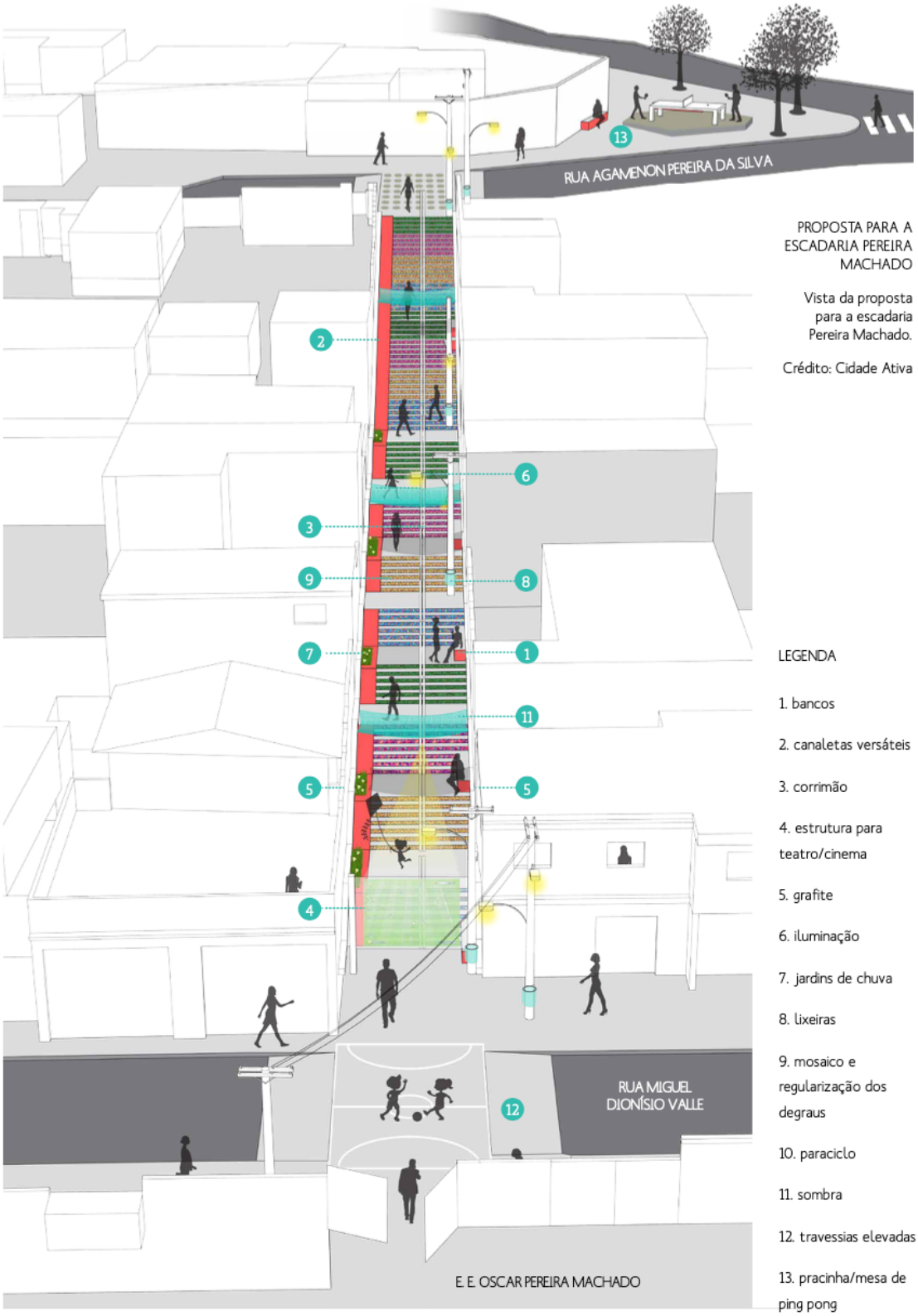


Figura 04 - Princípios das cidades receptivas ao público infantil.
Projeto escadarias do Jardim Ângela, São Paulo - SP.
Fonte: Coletivo Cidade Ativa - SP

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

2.3.
Espaço edificado condutor do lugar social da criança

A infância, ao longo dos séculos, teve sua definição aprimorada, acompanhando a evolução social e científica do ser humano. A partir disso, podemos considerar que a infância corresponde a uma *construção social* que traduz o papel da criança na sociedade e encontra no espaço edificado o suporte para que a formação da subjetividade na infância se concretize; da mesma maneira, a forma em que desenvolverá sua percepção espacial e social para toda sua vida se dá nesse momento da vida.

Dessa forma, o posicionamento e a permanência das crianças em espaços de lazer localizados nas cidades se consolidaram como essencial, utilizando-se de sua flexibilidade tipológica, influência lúdica e comportamental. Borges (2008) afirma que o surgimento desse entendimento coincide diretamente com a maturidade e desenvolvimento dos principais conceitos da psicologia, pedagogia moderna e as novas tipologias de lazer, ambas ancoradas na qualidade da relação espacial infantil com o espaço edificado.

Os espaços de lazer infantil passaram a ser abordados como espaços de convivência e desenvolvimento psicossocial, se tornando mais uma dimensão de desenvolvimento infantil, responsável por suprir as necessidades das crianças a partir do olhar científico e social. Lopes e Fernandes (2018) trouxeram certa assertividade a essa discussão, ao apresentar o conceito das *paisagens da infância,* resultante do uso de elementos físicos pelo grupo social dominante para materializar e difundir o seu conceito de infância. A existência dos diversos extratos de *paisagens da infância* no espaço urbano brasileiro é marcada pela extrema polarização de nossa sociedade. A narrativa de Bittencourt (2010) segue nessa direção, à medida que a autora esclarece como esses contrastes se apresentam em todos os núcleos sociais em que as crianças estão inseridas:

> As cidades contemporâneas apresentam configurações peculiares em que os espaços, organizados segundo a lógica do sistema de produção/ consumo, são marcados pelo intenso contraste entre riqueza e pobreza, pela segregação e pelo isolamento, cujas consequências atingem paradoxalmente não só os mais pobres, confinados em guetos, como as classes mais favorecidas, igualmente confinadas em espaços protegidos: os apartamentos, os condomínios, os shoppings centers, os carros com vidros fechados etc.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Lopes e Fernandes (2018) ilustram mais uma faceta das *paisagens da infância,* ao demostrar que paralelamente podem ser reconhecidas pela capacidade de demarcar espacialmente os *espaços da criança,* de forma que acabam por ilustrar o *lugar social* da criança em função dos espaços edificados voltados para o acolhimento do lazer infantil. O ato de demarcar o espaço possui certa ambivalência e sua atribuição física resultará na forma que os significados serão atribuídos nesses espaços. Portanto, dentre as diversas *paisagens da infância* existentes nas cidades, os espaços de lazer infantil acabam por assumir mais uma atribuição, tornam-se o instrumento lúdico que tem o papel de desenvolver os significados sobre o lugar, o modelo comportamental que deve ser assimilado e a forma que os preceitos sociais serão transmitidos. Faria (2014) garante que podemos confirmar tais afirmações quando compreendermos as evidências de que esta é uma forma de gerir elementos para vivência da infância:

> O lugar social ocupado pela criança pode ser compreendido a partir das condições sociais de se viver a infância. Como dito, possui estreitas relações com as interações sociais estabelecidas entre pares e com adultos, culminando na relação horizontal de identidade entre pares e vertical com os adultos, "constituindo concepções reais que possibilitam a vivência da sua infância não como se quer, mas como se pode dentro da lógica de organização social do grupo"

Da mesma maneira, Tuan (1974) aponta que este conceito pode ser visto como meio de materializar os preceitos socioculturais no espaço. Através da criação dos espaços físicos surgem múltiplas formas que tornam possível condicionar a leitura sensorial e espacial das crianças. O autor ressalta que nossa fisiologia garante que todo ser humano tenha em seu corpo os mesmos elementos sensoriais disponíveis para a leitura do espaço. Esta, porém, sofre a influência de nossas diferenças ambientais, culturais e sociais. As percepções podem ser formadas a partir do suporte dado pelo espaço edificado, onde seguem sustentados como forma de organização social e espacial, sendo um reflexo da outra. A arquitetura, como uma atividade formal e instruída, é vista como instrumento hábil a ser utilizado pelo ser humano para condicionar as experiências sociais infantis. Lopes e Vasconcellos (2006) reiteram que:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

> Existe, portanto, uma estreita ligação entre a vivência da infância e o local onde ela será vivida, pois cada grupo social não só elabora dimensões culturais que tornam possível a emergência de uma subjetividade infantil relativa ao lugar, mas também designa existência de locais no espaço físico que materializa essa condição. (p. 112).

O condicionamento da percepção infantil pode ser visto como resultado das delimitações espaciais decorrentes das condições físicas disponíveis. A partir da visão de Tuan (1974), podemos apresentar como exemplo a hipótese em que o ser humano é condicionado de forma sociocultural através do espaço edificado a valorizar um sentido básico em detrimento do outro. A experiência sociocultural vivida pelas crianças induz a preferência de um sentido com auxílio de outro como guia na percepção do espaço edificado. Podemos inferir que através das influências ambientais compostas pelo sistema de fatores do espaço social e edificado, a *percepção* pode desenvolver suas capacidades possibilitando a priorização de certas informações sensoriais em detrimento de outras. O espaço é vivenciado através do mesmo processo sensorial, porém o ser humano passa a perceber o espaço estimulado pelos diversos aspectos disponíveis. Isso também se dá pela sua diversidade de gênero, raça, idade, nacionalidade, dentre outros. Em outras palavras, o ser humano, ao nascer, possui uma *experiência* sensorial e social ampla. Entretanto, ela vai sendo condicionada no decorrer da vida, vai sofrendo influência conforme sua cultura e sua sociedade. Araújo (2016) diz que estas condições espaciais fornecidas pelos adultos às crianças representam a forma materialização de suas concepções e valores socialmente aceitos.

Moser (2018) explica que esses fenômenos ocorrem com maior intensidade quando assentados nas possibilidades oferecidas pelo espaço construído na escala do lazer infantil, uma vez que viabilizam o surgimento do *contexto ambiental*, um conceito sistêmico de interdependência que considera as relações existentes entre os sistemas físicos, representados pelo espaço edificado e os sistemas psicossociais e culturais. Estes se verificam nas relações sociais que ocorrem em função do arranjo sociocultural do espaço edificado e de sua influência comportamental como suporte ambiental. O *contexto ambiental* é considerado o lugar das experiências e percepções, que antecedem as atitudes e comportamentos (MOSER, 2018). Sob outra perspectiva, esta questão mostra-se diretamente conectada à *temporalidade*, uma vez que esses espaços moldam a experiência espacial que se fará presente por

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

toda a vida. Moldam também o espaço edificado, que apresenta uma atmosfera estendida no presente, passado e futuro, de geração em geração. Pode-se compreender a *temporalidade* a partir do exposto por Lopes e Fernandes (2018), que a descrevem como a forma encontrada socialmente para situar as múltiplas infâncias no tempo e no espaço para torná-las vivência infantil.

Quando analisamos a figura conceitual dos espaços de lazer infantil, verificamos que o seu *contexto ambiental* segue na construção dos núcleos socioculturais que a criança pertence, corresponde ao lugar que a criança ocupa e ocupará na árvore social, provendo o aprendizado espacial que refletirá em sua experiência no espaço através de sua percepção e forma de apropriação. Logo, a infância é vivida de acordo com o contexto, a sociabilidade e a interpretação concedidas pelos agentes sociais, por isso o espaço edificado assume um papel significativo. Lopes e Vasconcellos (2006) afirmam que as crianças refletem inconscientemente as diferenças, conflitos e desigualdades sociais - a qualidade espacial e física dos espaços de lazer infantil não está ligada apenas aos equipamentos, mobiliário e educação que podem oferecer, essa qualidade é descrita como a capacidade de oferecer diversidade, ludicidade, sociabilidade e surpresa, em oposição a espaços estáticos e limitadores. Tais elementos favorecem que as crianças desenvolvam a capacidade da leitura de seu pertencimento ao lugar (ARAÚJO, 2016).

Assim, Lopes acrescenta que:

> Nessa perspectiva, ao longo de sua história, os grupos sociais fixam em determinado espaços e os organizam, dão-lhes forma e também são formados por eles, por isso os fragmentos espaciais constituídos por cada agrupamento de pessoas, imbricam num conjunto de interações que fundem sujeitos e espaços e o transformam em lugar. A criação dos lugares possibilita a estruturação de uma identidade individual, uma vez que os objetos que compõem o espaço, sua organização, seus atributos passam a ter significados diferentes para cada ser humano a partir de sua história de vida. Isso torna-se possível pois os referenciais presentes no espaço físico fixam-se como materiais importantes de identificação entre os sujeitos, constituindo-se como elementos de formação, uma vez que "as relações do indivíduo com o espaço fazem parte dos primeiros aprendizados culturais e não cessam de se desenvolver" (Claval, 1999, p.189). Todo espaço é espaço de alguém. E ao lado dessa identidade individual há também a construção de uma identidade coletiva, ao se estabelecerem os corredores isotópicos (Blikstein, 1993) compartilhados por todos os sujeitos de um lugar, como está presente nas lembranças de Graciliano Ramos (1945) [...]

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Faria (2014) aponta que as condições ambientais oferecidas para a vivência da infância, o arranjo conjunto da qualidade física, espacial e social, são responsáveis pela formação do *contexto ambiental*. São as condições ambientais oferecidas para se viver a infância que estruturam a capacidade de estabelecer as relações sociais horizontais, existentes entre indivíduos de mesmo grupo como as crianças, como também as relações verticais, que são realizadas entre os adultos e as crianças, justamente nesses espaços concedidos e pré-programados.

Lopes e Vasconcelos (2006) ampliam essa discussão, ao reafirmarem que os espaços de lazer infantil não são considerados apenas por suas qualidades enquanto espaço físico lúdico, como também são espaços que proporcionam a produção da infância com base nos valores aceitos socialmente. São lugares que proporcionam a projeção de valores sociais e significados espaciais. Estamos lidando diretamente com espaços que favorecem as condições socioafetivas da infância.

Piaget (1967, 2008) por sua vez, ao longo dos seus estudos demostrou a forma com que a criança se relaciona com o espaço, estando aberta as influências socioculturais de seu núcleo familiar. A partir de seu entendimento, todo esse processo é viabilizado dado o fato da criança possuir uma leitura espacial ainda em construção - ao longo de seu desenvolvimento, ela se vê refletida no espaço, sente-se como parte dele. Rasmussen (1959) segue na mesma direção: ao assentir com essa afirmação, assevera que a criança se desenvolve organicamente ao ter seu contato inicial com o espaço edificado e suas dimensões socioculturais nas quais surge um movimento ascendente; ela passa cada vez mais a explorar o espaço e compreender suas complexidades.

A questão, em tela, curiosamente pode ser apreendida através de analogia à visão, apresentada por Pallasmaa (2011). Discorre-se sobre a maturidade da perspectiva gráfica infantil, uma forma interessante de interpretar o processo de influência e maturação socioespacial dos espaços de lazer infantil. A visão da perspectiva do espaço construído no olhar infantil não está completamente desenvolvida, correspondendo a um processo de desenvolvimento espacial progressivo. Uma vez que todo o processo comportamental deriva da *experiência e percepção espacial*, da mesma forma, é possível afirmar que desenvolvimento sociocultural, proporcionado pelo espaço construído, vem sendo construído paulatinamente e integra o hall de processos de desenvolvimento infantil.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

O espaço, o tempo e o lugar delimitam por completo a configuração da infância, concedem espaços que permitem o diálogo entre a fantasia e a vida real. As crianças estão presentes em todos os espaços físicos e sociais, porém a boa recepção na pode ser apenas nos lugares e nos formatos que lhes são propostos. A infância exige contato com a espacialidade da cidade, o contato com atmosfera urbana. O espaço físico confere identidade e sentido para quem está se relacionando com ele. O espaço é o lugar destinado a vivenciarmos a realidade (MOSER, 2018).

Os espaços de lazer infantil fazem parte do conjunto instrumentos urbanos da nova forma e cultura do viver em sociedade, atualmente inclui novos meios de inserção infantil e por conseguinte um movimento a atrelar a educação a um maior controle dos espaços sociais, mais uma vez a qualidade do espaço não se encontra atrelada somente as suas qualidades físicas, visto que estas qualidades refletem a forma que a sociedade expressa a sua necessidade de impor controle no modo comportamental a ser perpetuado nas próximas gerações (ARAÚJO, 2016).

Lima (1989) afirma que historicamente a criança utiliza os espaços coletivos das cidades como alternativa a ausência de espaço das suas casas. Contudo, a transformação da forma com que a criança se relaciona com o coletivo foi marcante nas últimas décadas, partindo de um sistema de lazer coletivo livre e diverso nas ruas, para um modelo de lazer coletivo privativo, numa espécie de conexão com os semelhantes que se submetem as mesmas regras propostas para aqueles lugares. Assim, vai se filtrando a diversidade desejada, existindo um maior controle dos contornos a serem seguidos no modelo atual de infância (CALDEIRA, 2000).

O papel disciplinador é um dos responsáveis afetivos, porém a sociedade impõe um modelo desejado de infância para a construção de um futuro promissor (ARAÚJO, 2016). Como Lopes e Vasconcellos (2006) nos falam, os conceitos de infância e lugar estão intrinsecamente interligados, uma vez que a sociedade direciona a infância a ser vivida em determinados lugares, sendo aceitáveis ou não. Assim como a experiência espacial vivida no espaço construído é proporcionada pelos valores sociais que tais lugares representam, podendo ser positiva ou negativa para seu papel como cidadão.

Nosso mundo real não é feito apenas de espaços infantis nos quais a criança pula de um para o outro, mas a sua amplitude deve receber a criança dentro do escopo de todos os espaços sociais. Weinstein e David (1987) dizem que essa questão influencia o comportamento infantil na transição de um espaço para o outro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

O lugar traz um significado e um simbolismo que é enviado por quem domina aquele espaço (WEINSTEIN; DAVID, 1987).

Em sua obra 'O declínio do homem público', Sennet (1974) fala sobre a necessidade da vida pública estar entrelaçada com a concepção arquitetônica. Isso fica evidente na vida infantil, na qual se faz necessário o entrelaçamento do espaço edificado com as estratégias sociais. Nos projetos onde não existem estratégias de estímulo a diversidade social, é possível observar o aumento consistente de espaços ermos, gerados a partir de espaços vazios de função. Sennet (1974) também fala sobre o espaço público sem função, que leva os usuários a buscar espaços onde possam suprir a espacialidade negada por um espaço vazio de função.

No próximo capítulo, discutiremos a dualidade existente entre a diversidade existente nos espaços urbanos, a partir da escala da rua associada ao lazer infantil, tanto quanto a escala de lazer existente nos *enclaves urbanos* surgidos desde a década de 1970, por influência do funcionalismo e o ideal moderno. Dessa forma, analisaremos se o PMCMV pode ser considerado um ponto de interseção entre essas duas escalas urbanas e se a qualidade física dos espaços de lazer infantil projetados representa essa visão.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

3.
Habitar, brincar e se apropriar

Neste capítulo, é discutido como a experiência do lazer infantil é impactada pelas formas de usufruto das terras urbanas. É identificada a dualidade da apropriação dos espaços de lazer infantil entre a escala da habitação inserida nas ruas públicas e a escala da habitação existente nos condomínios residenciais. Ao final, fazemos um paralelo entre a produção habitacional do PMCMV e a qualidade física dos espaços de lazer infantil; questionamos sua posição ao ser analisada perante as escalas do habitar na cidade. Busca-se analisar se o PMCMV seria um ponto de interseção entre as duas escalas de diversidade social urbana.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

3.1.
As ruas espaços das externalidades e coletividades

Os jogos e brincadeiras ocorridos no contexto urbano mostram-se influenciados pelo complexo sistema classificatório[10] construído pela polarização dos usos recreativos de espaços públicos e privados. Os tradicionais espaços recreativos conhecidos por sua forma de apropriação coletiva e igualitária tornam-se cada vez mais esvaziados face aos valores sociais atribuídos à realidade urbana brasileira, como também o surgimento de novas formas de experiência na infância. Contudo, a construção da subjetividade na infância encontra-se justamente nas condições dadas pela qualidade espacial vivenciada. A vivência infantil a partir da escala da coletividade expressa pelas ruas denota o encontro da diversidade lúdica, espacial e social que fundamentam as atividades de lazer infantil.

Bittencourt (2010) aponta que os novos rumos tomados pelas formas de apropriação espacial nas cidades tornaram as ruas, anteriormente conhecidas pela sua diversidade, em espaços de transição, espaços destinados aos deslocamentos diários, fadadas a função de interligar as chamadas *ilhas funcionais*, espaços

[10] A expressão 'sistema de valores' refere-se ao conceito proposto por Vogel et al. (1980), na obra *Quando a rua vira casa*. Seu significado está atrelado à forma de apropriação que um espaço privado ou público oferece.

privados e públicos que guardam usos específicos na vida contemporânea. Harloff, Lehnert e Eybisch (1998) apud Rabinovich (2019) aproximam esse fenômeno à infância, uma vez que, atualmente, nas cidades, os espaços que recebem usos significativos na vida da criança tendem a estar segmentados, fisicamente separados, o que as torna dependentes dos grandes deslocamentos para acessá-los. Para Lima (1989), o esvaziamento das funções lúdicas das ruas pode ser identificado desde as mudanças sociais estabelecidas pela cidade Vitoriana no século XIX. Novamente Bittencourt (2010), reforça esse entendimento ao considerar que esses fenômenos caracterizam as ruas como espaços despersonalizados; estas tornam-se unicamente espaços de passagem. Tal afirmação se vê cristalizada no pensamento abordado por Mello, Vogel e Mollica (2017): quando utilizada apenas como espaço de passagem, a rua é sem significados, está afastada dos aspectos da experiência urbana. A colocação de Rabinovich (2019) segue no mesmo sentido, uma vez que afirma que a vida:

> Nestas cidades, caleidoscópicas e polifônicas, as ruas tornaram-se locais de passagem para as crianças que se deslocam entre instituições de modo programado pelo adulto: seriam "alocadas", o que significa "ter um espaço designado e aí se manter, em certo sentido, encurralada" (Castro, 1998, p. 148).

A problemática em tela pode ser abordada ao observarmos três pontos centrais que permeiam nossa sociedade. O *primeiro ponto* reside no fato de que o avanço tecnológico reflete diretamente na formação dos laços da sociabilidade infantil, ou seja, tem trazido novos meios de interação, predominando as interações individuais quando pensadas pelo prisma físico. A coletividade mostra-se ainda mais distante dado o avanço nos meios virtuais. O *segundo ponto* encontra-se numa relação de interdependência com os processos resultantes do que foi abordado anteriormente, os avanços e novas formas de convivência coletiva agem intermediadas pelas transformações nos valores sociais e direitos da criança, acompanhados de novos prismas da construção conceitual da infância. Bittencourt (2010) diz que:

> Na ausência de espaços reais, os espaços virtuais proporcionados pela tecnologia parecem mais atraentes, fornecendo prazer imediato e sem esforço. O mercado fornece permanentemente brinquedos novos, descartáveis na primeira

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

> oportunidade de troca. Estas condições compensam a falta de espaço físico dos apartamentos ou mesmo dos playgrounds, assim como a quase total impossibilidade de brincar nos espaços comuns da rua. Algumas questões sobre a prática destas novas formas de brincar, e suas repercussões nos modos de ser, pensar e sentir se colocam a partir das falas das próprias crianças quando nos propomos a ouvi-las.

Podemos observar que o *terceiro ponto* se assenta diretamente na formação urbana brasileira, de modo que reflete diretamente na forma em que se dá a vivência urbana contemporânea, inclusive nos processos de apropriação das ruas, posto que deriva do rápido processo de urbanização das cidades brasileiras, resultando num cenário em que predomina a exclusão social, violência e segregação territorial.

As oportunidades recreativas aventadas pela apropriação infantil nos diferentes contextos presentes nos espaços coletivos públicos, em especial no espaço das ruas, passam a ser o centro de um processo de forças conflitantes, a segurança física e moral em oposição a diversidade indiscriminada. Essa questão vem sendo discutida desde as passagens sobre a diversidade social e a vitalidade das ruas defendidas por Jane Jacobs (2011), até as marcas da segregação territorial e a consequente violência que ocorre indiscriminadamente. O fundamento dessa polarização pode ser explicado quando se verifica a ausência de controle e filtragem sobre a segurança física e a qualidade moral em que as crianças estarão inseridas, resultando em distanciamento das trocas coletivas mais consistentes. Em contraponto Mello, Vogel e Mollica (2017) seguem na defesa das funções lúdicas e sociais das ruas. Esse contexto é nomeado como o lugar da novidade, também visto como o lugar das externalidades, do inesperado, que convergem com as características da vida urbana. As ruas poderiam ser consideradas como o lugar onde a vida social acontece inspirada pelas trocas coletivas, pelo contato direto com seu próximo.

A realidade urbana brasileira materializa essas afirmações quando observamos a influência desse fenômeno nos processos da construção da subjetividade nas crianças. A percepção e a apropriação espacial infantil são inseridas numa concepção distante das possibilidades oriundas das ruas. Quando observamos as crianças de classes mais favorecidas, localizadas nos bairros mais valorizados, aqueles em que predominam a variedade de espaços controlados de lazer privados e públicos, estas enxergam as ruas como um espaço indesejado que reflete o perigo e decadência da vida urbana. Tal perspectiva se mostra de forma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

distinta ao analisarmos os bairros que possuem uma escala mais aproximada das ruas. Mesmo com advento de novas formas de lazer, as crianças enxergam as oportunidades recreativas disponíveis nas ruas, reconhecem suas possibilidades e ameaças. Essa questão pode ser analisada a partir da pesquisa realizada por Bittencourt (2010), em que se conta com a participação infantil de crianças organizadas em dez grupos de seis participantes, cada um composto por meninas e meninos de dez anos, matriculados em escolas municipais e particulares, todos cursando o quinto ano do ensino fundamental. As crianças participantes viviam em realidades polarizadas na cidade do Rio de Janeiro. Os grupos incluíam crianças de classes mais favorecidas, residentes no bairro da Gávea, e crianças menos favorecidas, oriundas da favela da Rocinha. A investigação concluiu que as crianças mais favorecidas possuem uma representação realista, porém distante das possibilidades lúdicas oferecidas pelas ruas, resultando na construção da concepção do esvaziamento das ruas - os carros eram elementos presentes, porém os espaços da coletividade eram vazios. Essas crianças observavam as ruas da cidade apenas como meios de ligação entre os espaços comuns da vida infantil, possuíam uma visão negativa do viver nas ruas, associando-as a espaços de violência e perigo. O contraste é observado no grupo residente na favela da Rocinha, que demostrou possuir uma ligação afetiva com os espaços das ruas, representando-as como espaços movimentados, observando as possibilidades recreativas do seu entorno. De forma contínua, porém, representavam com grande realismo o cotidiano de conflitos e violência das favelas cariocas. Da mesma maneira, Rabinovich (2019) observa a relevância das ruas nos processos da construção da subjetividade na infância:

> A cidade que a criança percorre, ao sair da maternidade carregada pelos pais, ou não, ao engatinhar na porta da casa ou não, ao pegar o elevador ou não, ao ir à escola a pé, de ônibus, ao nunca sair a pé ou de ônibus, ao conhecer as árvores ou desconhecer o nome da própria rua, a cidade participa como ator fundante da relação criança-meio e sua constituição como subjetividade.

O fenômeno ilustrado mostra o impacto do contato direto ou não com as ruas na formação espacial da criança. A maneira que representaram a espacialidade urbana denota um modo peculiar de apropriação. Fica evidente a apropriação limitada aos espaços programados como um meio de defesa das limitações

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

dominantes na sociedade, divergindo dos usos propostos pelo planejador. De outra forma, quando observamos as ruas através de uma concepção despida das certezas do senso comum, seu grande potencial espacial é considerado, com destaque para a flexibilidade e atribuição de usos, se tornando o espaço dos acontecimentos e relações sociais.

Mello, Vogel e Mollica (2017) afirmam que os espaços das ruas transformam a essência da dimensão social, atribuindo seus significados. Essas relações manifestas entre sociedade e espaço edificado são conectadas a partir das relações materializadas nos pontos de interseção das escalas públicas e privadas. A rua é o suporte para as outras dimensões, confere poder à dualidade público-privado. A sua ligação com o lazer é consistente, visto que um complementa o outro. A usabilidade das ruas vai além da mera abordagem fundamentada no funcionalismo. As ruas não só delimitam o território das polarizações, como são reconhecidas por serem a base do viver cotidiano denotando o caráter do que é urbano, ao mesmo tempo que podem se fundir. As ruas proporcionam uma quantidade ilimitada de atividades, significados, e ainda serve como apoio para múltiplos eventos e relações caracterizados pelo seu fluxo constante. As ruas são espaços acolhidos pela função social e correspondem a um significante comum, dentro de sua amplitude de usos e valores surge como conector das escalas familiares existentes numa comunidade. Logo, as ruas são vistas como espaços onde os valores pessoais se desenvolvem. De outra forma, o contato com as ruas permite a construção das memórias urbanas surgidas a partir delas, uma experiência de vivência coletiva. Com esse apoio nascem os mapas cognitivos, que acarretam os significados que atingem o espaço.

Este tópico teve como objetivo discutir como os espaços públicos das cidades, representados pela versatilidade das ruas, são capazes de suprir por sua forma as necessidades infantis e contribuir para sua sociabilidade. O próximo tópico dará continuidade, discutindo como a experiência do lazer infantil é impactada pela escala espacial de vivência nos enclaves urbanos, popularmente conhecidos como condomínios residenciais e demais espaços seletos de lazer.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

3.2.
Os enclaves urbanos a recreação entre iguais

Para compreendermos como a experiência do lazer infantil vivido nas cidades pode ser impactado pelas novas formas de habitar, cada vez mais distanciada da ligação com a coletividade heterogênea, mergulharemos no modelo amplamente adotado nas principais capitais brasileiras. Seu surgimento se deu a partir da década de 1970, como forma de pacificar os espaços privados, criando certo distanciamento das variáveis de vivência urbana, conhecidas como as ameaças a segurança, moralidade e privacidade. É interessante ressaltar que esta narrativa toma nova amplitude quando os espaços do habitar passam a conjugar para si algumas das as funções recreativas bem desempenhadas pela diversidade dos espaços públicos urbanos. A sociabilidade infantil passa a se mostrar limitada, quando atrelada às delimitações físicas e socais proporcionados por essa forma de vivenciar o espaço edificado.

A expressão *enclave fortificado*[11]*,* utilizada originalmente por Caldeira (1997), refere-se ao fenômeno que traduz as novas formas de habitar e vivenciar a espacialidade das cidades. Sua fundamentação se realiza na possibilidade de planejar espaços exclusivos nas esferas privadas e semipúblicas, onde é possível normatizar comportamentos dentro dos moldes moralmente aceitos pelos grupos dominantes, garantindo apropriação espacial exclusiva e proteção física que se desdobra na segurança moral. Caldeira (1997) denomina esse fenômeno como uma forma de segregação socioespacial. Aparenta ser um novo movimento do bem viver, porém sua origem nasce como herança das velhas formas de *acumulação capitalista*, sua raiz encontra-se exatamente nos movimentos promovidos nas cidades pelo rápido processo de urbanização do Brasil, atrelado à elitização e valorização das melhores localidades nas cidades, somados a uma melhor oferta de equipamentos públicos com maior qualidade em seu entorno. Caldeira (1997) sabiamente fez uma delimitação conceitual desse fenômeno, analisando seu surgimento e suas consequências nas cidades:

[11] Expressão cunhada por Teresa Caldeira ao publicar o artigo Enclaves urbanos, a nova segregação urbana. Este artigo foi publicado originalmente em Public Culture, 8, 1996, pp. 303-328. Baseado na análise desenvolvida no livro *City of walls: Crime, segregation, and citizenship in São Paulo* (Berke- ley: University of California Press, no prelo).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

> Nas últimas décadas, a proliferação de enclaves fortificados vem criando um novo modelo de segregação espacial e transformando a qualidade da vida pública em muitas cidades ao redor do mundo. Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os "marginais" e os sem-teto.

A rápida multiplicação dos espaços privados e semipúblicos com funções especializadas, como amplamente discutido, não só impacta a urbanidade das cidades, já que resulta na segregação social e territorial, mas influi diretamente na fragmentação da experiência da infância contemporânea. Esse fenômeno pode ser observado como uma forma indireta de negar o espaço público e sua sociabilidade, na qual o modelo de apropriação espacial limitada traz às crianças novos valores sobre o viver na esfera pública refletindo apenas os padrões normatizados. O esvaziamento cada vez maior das áreas públicas de lazer infantil mostra a magnitude da dependência de espaços especializados que se apoiam e reforçam a homogeneidade social.

Bittencourt (2010) revela que a ausência de espaços públicos de recreação na vivência infantil aproxima este público de formas virtuais de interação social, acarretando num movimento que reflete em todo o desenvolvimento da criança, afetando sua saúde mental e física.

Acompanhando esse raciocínio, o habitar atualmente reconhecido como uma forma exclusiva de se inserir nas inseguras e movimentadas cidades, revelam-se em uma das formas institucionalizadas de isolamento frente à diversidade e imprevisibilidade movida pela urbanidade. De forma paralela, encontra-se intrinsecamente atrelada a formas mais limitadas de espacialização e da vivência infantil, ainda mais quando traz para si a ludicidade do lazer infantil. Dado o valor da terra e a alta demanda por espaços privados, as habitações tendem a se fracionar e se limitar, para realizarem uma maior acumulação do grupo dominante, resultando em formas de habitar cada vez mais multifacetadas e materializadas, de modo a aproveitar cada espaço disponível. De forma superficial, a criança entra nesse processo quando a concepção de sua vivência recreativa se torna um atrativo lucrativo na homogeneização social. As limitações físicas e programáticas desses espaços acarretam a limitação do desenvolvimento das capacidades infantis, posto

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

que os jogos e brincadeiras acabam por estar envolvidos numa atmosfera de limitação espacial, impactando nas esferas psíquicas.

Os processos da sociabilidade saem prejudicados na busca da exclusividade e maior controle de privacidade, um dos efeitos decorrentes da vivência social nos *enclaves fortificados*. O impacto é sentido diretamente nas dimensões da percepção e na solidificação do processo de identidade coletiva, uma vez que o coletivo se torna exceção. Os sujeitos, quando expostos, encontram-se entre agentes selecionados de forma homogênea. O espaço delimitado acaba por transferir estes valores para a identidade do individuo. Cavalcante (2018) fala sobre os efeitos da formação no espaço limitado dos *enclaves fortificados*, sendo impactado pela ausência de trocas sociais diversas.

> Além de sua qualificação como identidade pessoal, referente aos aspectos e atributos específicos de cada indivíduo, a identidade constitui-se também como identidade social, traduzindo o pertencimento do indivíduo a grupos ou categorias específicas, como, por exemplo: identidade étnica, identidade profissional, identidade feminina e tantas quantas afiliações a grupos específicos possamos imaginar.

Os espaços físicos oriundos da produção dos *enclaves fortificados* anseiam por usos bem definidos, imersos na padronização, para particularizar o espaço, apoiando-se na hierarquia de funções, acompanhados das regras sociais. Esses espaços, quando oferecidos como espaços infantis, tornam-se ambientes previsíveis; a homogeneidade buscada na seara social extrapola seus limites e pode ser vista infiltrada na padronização programática, representando um controle de qualidade espacial, limitando o público infantil ao modelo ambiental e comportamental aceito por seu núcleo familiar. Bittencourt (2010) avalia que esse fenômeno se torna um obstáculo nos processos de percepção infantil, principalmente quando voltado à percepção do outro, reflexo da ausência de diversidade social.

As questões debatidas retratam a capacidade da cidade ofertar diferentes dimensões de infância, em que parte das crianças estariam seguras longe do alcance das ameaças urbanas, vivendo numa filtragem socioespacial. Em paralelo, as demais crianças vivem uma maior comunicação com a cidade, inclusive na forma como a percebem, as oportunidades que enxergam ou o vazio que elas representam.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

O controle das conhecidas variáveis urbanas pode ser feito de diversas maneiras, apoiando-se nas próprias características inerentes da cidade, bem discutidas nas lições de Mello, Vogel e Mollica (2017), Jacobs (2011), Gehl (2013) e Speck (2016). A escolha do padrão de vivência espacial decorrente é um ato que está intrinsecamente ligado aos padrões socioafetivos que serão desenvolvidos e carregados por toda a vida. Acaba por resultar num modelo de infância diverso e social versus conceito de infância sob o modelo do controle, visto que o formato arquitetônico do espaço edificado gera certos recortes na apropriação infantil.

A perspectiva inicial, de compreendermos como a escolha de um modelo de infância controlado e segmentado face a um modelo livre e diverso das cidades pode impactar a experiência do lazer infantil, fez com que observássemos como a percepção e o processo de construção da identidade social está intimamente ligada com a capacidade da criança explorar o espaço. Montessori (1961) nos fornece a lição que a criança precisa estar inserida numa escala de igualdade a sua percepção socioespacial, algo que a pedagoga explorou fortemente no projeto pedagógico de suas escolas. Imaginamos que a criança imersa nessas características mais limitadas do espaço edificado necessita ainda mais de um suporte físico que esteja à altura do desenvolvimento de suas capacidades, agindo como elemento de estímulo das práticas da sociabilidade.

O próximo tópico introduz as bases do PMCMV, seu surgimento, desenvolvimento e estado atual. Finaliza fazendo um paralelo entre o modelo de infância proposto pelos enclaves urbanos e o modelo mais diverso das ruas. A mensagem inicial é que o PMCMV acaba por mesclar características dos dois modelos, porém não se aprofunda em nenhuma das dimensões existentes, resultando numa baixa oferta de equipamentos infantis e o isolamento territorial.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

3.3.
O lazer infantil nos empreendimentos do PMCMV

3.3.1
O Programa Minha casa minha vida

Quando delineamos um panorama das políticas públicas de habitação no Brasil, percebemos que a luta pelo direito ao habitar remonta aos primeiros anos do século XX (DUARTE, 2013), induzida pelo rápido processo de industrialização ao longo dos anos, sendo influenciada pelas estratégias de remodelação do território urbano (MARICATO, 2003). A habitação, até então, não era vista como uma das prioridades sociais dos governos passados, o povo esteve em desalento aproximadamente até a década de 30. A partir do governo Vargas, surgiram as primeiras tentativas na criação de políticas públicas de habitação, com forte apelo de sua agenda populista (AMORE, 2015).

Da redemocratização ocorrida na década de 1980, até a criação do PMCMV em 2009, o fomento governamental a habitação esteve voltado para as camadas mais privilegiadas da sociedade. Isso pode ser observado na estruturação dos fundos e políticas de habitação propostos pelo governo. O projeto de habitação criado pelo Banco Nacional de Habitação – BNH -, foi um exemplo do direcionamento e facilitação do direito ao habitar para a classe média brasileira, que de certo modo recebeu unidades de habitação coletiva carentes de qualidade de projeto (AMORE, 2015).

Em 2009, com o surgimento do PMCMV, o poder estatal mostrava o interesse em seguir um caminho até antes não explorado. O programa tornou-se amplamente conhecido por viabilizar o acesso ao direito de habitação para a população menos favorecida. Apesar desse enredo, Amore (2015) diz que, para compreendermos o PMCMV em sua integralidade, devemos analisar todo o contexto social, econômico e urbano vivido por nosso país àquela altura. O PMCMV apresenta parte considerável de sua fundamentação voltada para o desenvolvimento econômico nacional. Os seus princípios correspondem a elementos de uma política econômica anticíclica (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015); AMORE, 2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Dessa forma, estamos diante de uma política pública essencialmente econômica que tinha por objetivo manter o Brasil na contramão da crise econômica que assolava as grandes potências mundiais no final da década dos anos 2000 (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015). Tal fato pode ser corroborado ao observarmos o processo de criação da política pública. As estratégias surgiram a partir da união de esforços de dois ministérios de grande importância para o Governo Federal, no ano de 2009 - o ministério da Casa Civil e o ministério da economia, que deram vida ao PMCMV através da medida provisória 459 o PMCMV foi lançado.

A criação desse programa proporcionou uma maior movimentação econômica nos setores de maior importância para a economia nacional. O PMCMV desencadeou um melhor desenvolvimento de todos os braços da construção civil, proporcionou o surgimento de novos postos de trabalho, levando ao fortalecimento da mão de obra local, atingindo em cheio o mercado imobiliário, o mais afetado no contexto internacional. Além de todos esses fatores, o PMCMV foi de extrema importância na consolidação de infraestrutura urbana em locais até então desassistidos. É possível observar essa preocupação do legislador na concepção do dispositivo legal que deu corpo ao programa, a lei 11.977/09[12]. A partir de sua leitura, identificamos que a criação de novos empreendimentos estava atrelada à qualidade da infraestrutura urbana existente.

Apesar do êxito em proporcionar e consolidar o direito a habitar, o PMCMV não foi capaz de impactar suficientemente o déficit habitacional como se pretendia (MOREIRA; SILVEIRA; EUCLYDES, 2017). Sua meta inicial era produzir 7,2 milhões de habitações, porém 90% do déficit habitacional brasileiro era composto por pessoas com renda inferior a 3 salários-mínimos. Em contraste, a meta definida para alcançar essa faixa girava em torno de 40% do número total de habitações criadas. A demanda por habitação se mostrou crescente ao longo dos anos (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015).

Outro ponto que merece ser analisado diz respeito a estrutura de funcionamento do programa. A estrutura do PMCMV era viabilizada graças a integração e atuação de diversos agentes econômicos. A sociedade civil, o governo

[12] A lei 11.977/2009 teve como origem a medida provisória 459/2009, posteriormente convertida em lei pelo Congresso Nacional; estabeleceu as bases do PMCMV em âmbito nacional.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

federal, estadual, municipal e demais agentes, como bancos e agências de fomento. Todos estiveram trabalhando em conjunto para alcançar as metas anteriormente delineadas (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015).

Construtoras	Definem faixa de salarial; Definem terreno; Definem projeto de arquitetura;	Solicitam crédito da Caixa Econômica Federal para viabilizar construção; Solicitam aprovação do projeto de arquitetura para prefeituras e Caixa Econômica Federal;	
Prefeituras	Analisam o projeto de arquitetura; Fazem exigências ou aprovam diretamente;	Cadastram e Selecionam beneficiários;	
Beneficiários	Se inscrevem nos bancos de dados de habitação das prefeituras;		
Caixa Econômica Federal	Analisa o projeto de arquitetura; Faz exigências ou aprova diretamente;	Recebe os cadastros de beneficiários diretamente das prefeituras;	Aprova o crédito das construtoras e beneficiários;

Quadro 04 – Quadro explicativo dos agentes envolvidos e suas funções na aprovação de projetos de arquitetura da faixa 1 no PMCMV.
Fonte: Elaboração do autor a partir de Cardoso et al. (2015)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Cardoso, Mello e Jaenisch (2015) informam que o maior entrave do PMCMV, residiu nesse entrelaçamento de interesses, uma vez que diversos agentes deteriam o poder de articular os pontos principais de logística do programa. Desta decorreu uma série de problemas quanto a qualidade de projeto, escolha de terrenos, ausência de equidade na distribuição do programa entre entes federados e a consequente segregação territorial. Essa problemática se mostrou ainda mais agravada pelo uso reiterado do PMCMV como facilitador das demandas de desapropriação municipais e estaduais, com foco nas requalificações urbanas voltadas para a realização dos Jogos Olímpicos de verão de 2016 e a Copa do mundo de 2014. Tal fato pode ser verificado na leitura dos dados estatísticos referentes a destinação do PMCMV para a política de reassentamento na cidade do Rio de Janeiro. Parte das novas unidades de habitação não estavam voltadas para enfrentar o déficit habitacional, mas serviam como instrumento de transferência das obrigações do Estado (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015).

O PMCMV funcionou de forma em que as construtoras deveriam responder às demandas por novas habitações dos governos, oferecendo desde a escolha do terreno, a faixa salarial dos beneficiários, o projeto de arquitetura correspondente ao empreendimento e a facilitação de toda a operação financeira. O agente governamental e a CEF ficavam responsáveis pela aprovação do projeto de arquitetura, em consonância aos requisitos mínimos estabelecidos, a distribuição e seleção dos beneficiários conforme a sua faixa de renda correspondente. Existia ainda a possibilidade dos empreendimentos possuírem demanda fechada, ou seja, já ter um grupamento de beneficiários pré-selecionados ou não (AMORE, 2015). Durante o processo de aprovação, os projetos de arquitetura contam com a avaliação de dois órgãos distintos com o poder de verificar e instaurar exigências quanto a qualidade de projeto dos empreendimentos. São eles: as secretarias de habitação municipais e a CEF (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015).

Assim como outras políticas públicas, atualmente o PMCMV encontra-se com nova roupagem, novas regras e novo nome. O dispositivo legal, lei 14.118/ 2021[13] alterou o programa, passando a chamá-lo como Programa Casa verde e amarela, tornando-se menos acessível às faixas menos favorecidas.

13 Dispositivo legal que instituí o Programa Casa Verde e Amarela, substituto do PMCMV, que tem como finalidade promover o direito à moradia a famílias residentes em áreas urbanas com renda mensal de até R$ 7.000,00 (sete mil reais) e a famílias residentes em áreas rurais com renda

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

O PMCMV entregou um novo modo de habitar para milhares de famílias, trazendo novos hábitos, inserindo-as nos moldes delineados pelo Estado. Até o presente momento, o PMCMV tem sido amplamente analisado e conta com diversas investigações multidisciplinares. Muito se abordou a respeito do funcionamento do programa, da efetividade da redução do déficit habitacional, da qualidade do espaço edificado e como se dá a influência comportamental desta arquitetura na vida dos benificiários (MOREIRA; SILVEIRA; EUCLYDES, 2017). Dessa forma, no próximo tópico abordaremos a qualidade da produção dos espaços de lazer infantil no PMCMV e como ele foi assegurado pelo governo Federal.

3.3.2.
Os espaços de lazer infantil no PMCMV

Durante sua vigência, o PMCMV teve como característica marcante a produção de habitações em larga escala e alcançou as metas governamentais para a produção e entrega de unidades habitacionais contratadas. Esse processo revela um esquema produtivo viabilizado pelo uso de novas de tecnologias construtivas, o capital privado investido e as formas universais de habitar. Essa lógica facilitou a entrega dos empreendimentos habitacionais por todo o país (KOPPER, 2016).

O mecanismo de funcionamento do PMCMV colabora para que os projetos de arquitetura propostos para os empreendimentos habitacionais possuam um caráter abstrato, sobretudo quando pensamos nas diversas dimensões que envolvem o ato de projetar, considerando as individualidades, necessidades, regionalidades e configurações familiares contemporâneas. A forma universal de habitar encontra seu fundamento nesse mecanismo. Os beneficiários passam a vivenciar um novo modelo de vida que muita das vezes não considera a sua convivência social e cultural (RIBEIRO, 2016).

Como abordado anteriormente, Cardoso, Mello e Jaenisch (2015) observam que o modelo adotado para a proposição dos projetos de arquitetura no PMCMV confere grande parte do poder decisório às construtoras, que se tornam responsáveis

anual de até R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), se mantendo como base do desenvolvimento econômico, à geração de trabalho e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população urbana e rural.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

pelas principais decisões de projeto. Essa especificidade facilita o andamento de aprovação dos projetos, porém reflete diretamente na qualidade física presente nas áreas privativas, coletivas, livres e de lazer. Em suma, a estrutura logística do PMCMV, reconhecida por sua mecanização e produção em escala industrial das unidades habitacionais, fez com que tivéssemos ambientes e espaços livres, distantes das necessidades coletivas e individuais de cada grupamento de beneficiários. Esse reflexo se torna mais evidente ao nos voltarmos para as áreas coletivas infantis, visto que após toda a execução dos processos construtivos, estas são tratadas de forma secundária. Na maioria dos casos sem um projeto específico, sem estratégias de estímulo aos *jogos e brincadeiras*, não considerando os seus papéis aplicados no bem-estar dos usuários.

Por outro lado, a análise de Lay e Reis (2005) aborda que um dos motivos para que esses espaços sejam produzidos de forma universal reside no vazio de informações que os arquitetos e demais projetistas recebem para aplicar na concepção dos espaços, pensando os espaços para um ser humano abstrato que pode se encaixar em qualquer projeto de empreendimento proposto pelo Estado. Lay e Reis (2005) observam que esse fenômeno é recorrente nos projetos de conjuntos habitacionais em nosso país; essas limitações refletem na forma que o ser humano se espacializa, como também refletem em seu comportamento. Conceição (2016) corrobora essa questão ao concluir que estamos diante da imposição de um novo modelo de espacialização urbana, parte dos instrumentos de controle do Estado, propondo um novo caminho para a vida social desejada e que demande menos esforços para efetivar o controle social, o que reflete no modelo de infância a ser explorado.

Tal questão se torna clarificada ao observarmos que os espaços coletivos de lazer infantil entregues nos empreendimentos produzidos pelo PMCMV guardam forte ligação com o poder de influência dos agentes públicos e a iniciativa privada. Como visto anteriormente, o quadro 04 mostrou que um projeto destinado ao PMCMV passa por no mínimo duas instâncias de avaliação, sendo passível de exigências que garantam a qualidade exigida para os espaços do viver coletivo (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015).

A consolidação dos requisitos mínimos para espaços livres e de lazer surgiu a partir da criação de dispositivos legais do extinto Ministério das Cidades. Tal iniciativa foi criada apenas na segunda fase do PMCMV, ou seja, a partir de 2011,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

quando foram incluídas normas para garantir a acessibilidade e o acesso universal ao lazer infantil (AMORE, 2015). Parte desses instrumentos legais podem ser vistos através das portarias ministeriais que regulavam e davam norte aos detalhes técnicos do PMCMV: eram emitidos a partir do extinto Ministério das cidades, na figura de seu ministro de Estado. A portaria ministerial voltada para a qualidade e existência dos espaços livres surgiu a partir da edição da portaria 465/2011. Contudo, a existência desses espaços está completamente ligada a pura interpretação do que está assegurado pelo conjunto de instrumentos legais que regem o PMCMV, respeitando o que lhes é exigido. A portaria não dá ênfase a qualidade de projeto ou mesmo a qualidade da materialidade aplicada nesses espaços. Posteriormente, em 2013, foi aprimorada, sendo novamente alterada em 2016. Alteraram-se alguns pontos relacionados aos equipamentos de uso infantil obrigatório. Abaixo destacamos as diretrizes propostas:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

> Portaria 465/2011, posteriormente alterada pela portaria 168/2013 e logo depois pela portaria 660/2016.
> 2. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS
> Os projetos deverão atender às seguintes diretrizes:
> 2.6 Os empreendimentos na forma de condomínio, com mais de sessenta unidades habitacionais, deverão conter equipamentos de uso comum, no mínimo de 1% do valor da edificação e infraestrutura, obrigatoriamente na seguinte ordem:
> a) espaço coberto para uso comunitário,
> b) espaço descoberto para lazer e recreação infantil,
> c) quadra de esportes;
> 2.6.1 É facultado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades autorizar casos excepcionais, a partir de solicitação fundamentada da Instituição Financeira Oficial Federal, acompanhada de análise técnica conclusiva. (Subitem acrescentado pela Portaria MCid no 14, de 10.01.2012, DOU 11.01.2012).

A portaria 465/2011, e suas subsequentes atualizações, garantiram a existência de áreas dedicadas ao lazer infantil, visto o seu caráter condicional, porém não foram capazes de instituir diretrizes mais profundas e consistentes que regulassem a qualidade espacial e de projeto dos espaços de lazer coletivo e infantil. Não existe qualquer entrave ou requisito que exigisse um projeto de arquitetura digno e estimulante para os espaços destinados ao público infantil. A partir disso, podemos observar que houve um descuido do Governo Federal quanto a concepção temporal dos espaços de lazer, posto que não consideraram a durabilidade, a

necessidade de que se mantivessem ativos e a sua constante manutenção. Por outro lado, as características materiais propostas exigem um vínculo comunitário mais consistente, o que não poderia garantir o poder coletivo de cuidado das áreas de lazer infantil. Amoedo (2019) demostrou que essa noção é distorcida quando analisada a partir do ponto de vista dos beneficiários. Não é reconhecido o dever de garantir a manutenção e a proteção aos danos aos espaços livres e seus equipamentos. Não existe, nos beneficiários, um senso de responsabilidade coletiva a respeito de tais áreas, apesar de estarem expressas nas convenções de cada empreendimento.

O conceito do lazer infantil construído no PMCMV é sustentado por um ponto de vista frágil. Ao apenas delimitar a definição dos espaços descobertos, nos descortina uma série de proposições, formas, escalas e equipamentos que podem ser utilizados. Não há qualquer ligação com as necessidades infantis que irão sustentar, ou sua capacidade lúdica. As portarias governamentais que resguardam a existência do lazer infantil não o visualizaram como uma ferramenta ampla, de várias frentes. Os espaços de lazer infantil tornaram-se resumidos a uma espécie genérica de espaços, ficando o planejador completamente livre para o que será proposto aos usuários. Carvalho, Patrício e Schuett (2014) observam que, na maioria das vezes, isso resulta na proposição de espaços infantis em áreas residuais como recuos de terrenos e áreas de sobra da implantação de blocos privativos.

Dentre os espaços programados exigidos, as quadras poliesportivas são vistas como os equipamentos que melhor se sustentam quanto a sua delimitação programática. Observamos, porém, que esses espaços também não recebem o devido cuidado ou uma especificação de projeto de arquitetura. Em suma, voltamos ao ponto em que o modelo universal de habitar mostra-se como um padrão genérico aplicado em qualquer ambiência, sem se pensar na individualidade de cada público ou lugar.

Observamos que uma parcela considerável dos empreendimentos do PMCMV possui espaços de lazer desativados ou em péssimas condições de uso. Tal fato clarifica a abordagem de Jacobs (2011), em que os espaços programados para o lazer são expostos a transitoriedade do tempo, constância de uso, valores culturais e a importância dada pela comunidade em que está inserido. Esse processo se consolida pela relação afetiva existente entre a comunidade e o equipamento de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

lazer, estando o mesmo sujeito a desativação, a migração para outras áreas, dentre outros.

Durante o processo de pesquisa deste trabalho, foi possível conhecer alguns exemplares de empreendimentos do PMCMV que mantinham uma frágil relação entre os beneficiários, a qualidade da materialidade dos equipamentos e os espaços de lazer infantil. Em cada empreendimento, observou-se um fenômeno que se consolidou em três cenários descritos a seguir. Podem ser observados nos espaços de lazer presentes nos empreendimentos *Ismael Silva e Zé Keti*, localizado no bairro Estácio, inseridos na cidade do Rio de Janeiro, no empreendimento *Jardim Campo Grande*, localizado no município de Ananindeua, inserido na região metropolitana de Belém e nos empreendimentos *Parque Valdariosa I, II e III*, localizados na cidade de Queimados, na região metropolitana do Estado do Rio de janeiro.

Empreendimentos	1- Residencial Jardim Campo Grande	2 - Condomínio Ismael Silva e Zé Keti	3 - Condomínio Parque Valdariosa I, II e III
Localização	Município de Ananindeua/PA	Município da Cidade de Rio de Janeiro/RJ	Município da Cidade de Queimados/RJ
Tipologia	Condomínio vertical	Condomínio vertical	Condomínio vertical
Entrega	2014	2014	2011
Áreas de lazer	Playground e quadra poliesportiva	Playground e quadra poliesportiva	Playground e quadra poliesportiva

Quadro 05 – Quadro descritivo dos empreendimentos analisados neste capítulo.
Fonte: Elaboração do autor.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

O *primeiro cenário* pode ser observado no residencial Jardim Campo Grande, avaliado por de Müller (2015), nos empreendimentos Parque Valdariosa I, II e III, avaliados por Cardoso e Lago (2015), Carvalho, Patrício e Schuett (2014) e no empreendimento Ismael Silva Zé Keti que compõe o estudo de caso desta pesquisa. Esse cenário se mostrou marcado pela ausência de projeto de arquitetura específico para a concepção dos espaços de lazer infantil. A sua inexistência fez com que a transitoriedade das relações em comunidade ficasse ainda mais exposta, como detalhou Jacobs (2011). Foi possível constatar que os espaços de lazer infantil se mantinham apoiados na existência dos equipamentos de lazer infantil aleatoriamente posicionados. A baixa qualidade material destes resultou no perecimento ao longo do tempo - com o seu desaparecimento, o espaço, como um todo, se foi. Não houve qualquer estratégia de projeto que torne legível a identificação das áreas como espaços de lazer, sendo, por conseguinte desativadas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA



Figura 05 – Imagens da área infantil do residencial Jardim campo grande.
Fonte: Müller (2015).





Figura 06 – Imagem da área infantil do empreendimento Parque Valdoriosa I, II e III.
Fonte: Carvalho, Patrício e Schuett (2014) e Google Streetview acessado em 10/03/2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

O *segundo cenário* foi observado no empreendimento Ismael Silva e Zé Kéti, surgiu como complementação das atividades sociais e educacionais infantis. A ausência material e de legibilidade dos espaços de lazer infantil entregues possibilitaram a atribuição de novos usos de caráter educacional. Observou-se que a ausência de estratégias de projeto que considerassem o lazer em toda sua amplitude fez com que a união comunitária somasse forças para a adoção de novos usos nos espaços das quadras poliesportivas e dos espaços de convivência, tornando-os espaços flexíveis para receber aulas de ballet e zumba.

O *terceiro cenário* é novamente observado nos três empreendimentos. As crianças que vivem a espacialidade dos empreendimentos do PMCMV não se apropriam de forma redutiva, mas ampliam os limites existentes nos espaços programados para o lazer. Mesmo na ausência de equipamentos de lazer, sem a proposição de estratégias de um projeto de arquitetura, eles atuam de forma intuitiva, guiados pela capacidade lúdica dos espaços coletivos, como as ruas, espaços residuais e de transição, referendando a visão de Jacobs (2011), que exalta a vitalidade das ruas como alternativas aos parques infantis de grande porte.

Bem sabemos que o conceito da ludicidade, quando aplicado a um projeto de arquitetura, remete a capacidade de criar espaços que estimulem e facilitem a prática de jogos e brincadeiras. Porém, estes não se bastam nos espaços programados dada a sua naturalidade de escala e processo adaptativo. Cardoso (2012) define o brincar como uma expressão natural humana, ou seja, intuitiva, cercada de uma grande variedade de possibilidades.

A ludicidade observada nos espaços de lazer descritos é voltada para uma escala reducionista, os *jogos e brincadeiras* são reduzidos aos equipamentos de lazer universais, sem qualquer individualização ou atendimento a regras de normatização de projeto como as normas ABNT que delimitam o escopo físico destes espaços.

Novamente, a ausência de projetos de arquitetura voltados para esses espaços encontra sua força nas portarias do extinto Ministério das Cidades, como a mencionada Portaria 465/2011. Pensou-se na existência de áreas mínimas para o lazer, porém não foram estabelecidos, de forma detalhada, os requisitos da composição desses espaços, ficando a cargo do planejador a definição ou não desses espaços. Estes seriam aproveitados em sua integralidade, caso existisse uma conexão com os conceitos de ludicidade, não limitando-os a espaços programados, mas também contando e prevendo a naturalidade da espacialização infantil, reconhecendo as diversas escalas do lazer infantil.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

4
Estudo de caso: Empreendimento Ismael Silva – Zé Keti

Neste capítulo, é feita a avaliação dos espaços infantis de lazer implantados no caso de estudo. Foram avaliados todos os espaços programados pelo arquiteto responsável, como também as possibilidades espaciais encontradas pelo publico infantil para suprir sua demanda pelos *jogos e brincadeiras.*

4.1.
Contextualização

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

O bairro do Estácio é considerado o berço do samba carioca, muitas canções foram compostas nas cercanias do bairro. Faz limite entre os bairros Cidade Nova, Catumbi, Praça da bandeira, Tijuca e Rio comprido. Sendo incorporado à área de planejamento 1 – AP1 da PMRJ, que compreende a área central da cidade. As áreas de planejamento são compostas por regiões administrativas, onde o bairro do Estácio insere-se na 3ª região administrativa. Dentro desta é o 3ª bairro com maior densidade e área construída por pessoa, antecedido pelo bairro Rio Comprido e Cidade Nova. Uma de suas características de maior destaque refere-se ao posicionamento no índice de desenvolvimento humano - IDH do Munícipio do Rio de janeiro - atrás de bairros como Madureira, Pilares e Tanque, localizado na 70ª posição que corresponde a 0,829 pontos. A expectativa de vida ao nascer é de 73,71 anos, sua taxa bruta de frequência escolar encontra-se em 80,82%, inserido num município que possui evasão escolar em 4,3 no ensino fundamental publico. A região administrativa que está inserido é conhecida pela maior oferta de empregos e serviços quando comparado com as demais regiões da cidade.

Em uma década, a zona central teve um crescimento populacional de 10,5%. É considerada uma área de planejamento com baixo desenvolvimento de capacidade construtiva, refletindo a necessidade de requalificar as áreas urbanas abandonadas, tornando-as uma área extremamente adensada, o que corresponde ao pequeno crescimento construtivo ao longo dos anos. Encontra-se em uma das zonas

mais densas da cidade do Rio de Janeiro, seu processo de urbanização é dado como completo. Conforme assinala a PMRJ (2016), a zona central possui o valor de terra elevado, o que leva ao processo de verticalização e compactação da cidade.

Para conhecermos a essência do bairro, é necessário resgatarmos algumas camadas de sua história. Durante o século XIX, o seu território era cercado por chácaras, para, então, na era Pereira Passos, consolidar-se como um bairro proletário composto por uma vila operária. Até a década de 1970 abrigava cortiços que deram lugar a requalificação da Cidade nova, onde o bairro foi fragmentado na criação de novos bairros. Na década de 1980, durante a implantação de novos modais de transporte na cidade, recebeu a estação do metrô Estácio. Nessa mesma época, em suas cercanias, foi implantado o Sambódromo da Marques de Sapucaí, projeto emblemático concebido por Oscar Niemeyer.

O empreendimento Ismael Silva e Zé Keti encontra-se entre duas Áreas de Proteção Ambiental e Cultural - APAC, a da Vila operária Cidade nova/ Catumbi e da Igreja do divino Espírito santo. Existe uma boa oferta de espaços comerciais e corporativos, como também conta com uma boa distribuição de modais de transporte público. aAlém da estação do metrô, o bairro possui faixas de *bus rapid system* - BRS[14]. O entorno é composto pelo conjunto de 6 escolas e creches municipais, contando com duas unidades de saúde.

O empreendimento escolhido como estudo de caso neste trabalho foi produzido e entregue através do PMCMV. Ele é constituído por dois condomínios chamados respetivamente Ismael Silva e Zé Keti, ambos receberam nomes de famosos compositores cariocas que se dedicavam ao samba. Os condomínios Ismael Silva e Zé Keti são popularmente conhecidos como *predinhos da Frei Caneca*[15] e se encontram inseridos na zona central da cidade do Rio de Janeiro.

14 *Bus rapid system* corresponde a faixas exclusivas ou preferenciais para a circulação de ônibus municipais e intermunicipais. Foi implantada na cidade do Rio de Janeiro em 2011 de forma a otimizar a circulação deste modal.

15 O empreendimento Ismael Silva e Zé Keti encontra-se localizado na rua Frei Caneca, rua de interligação entre zona central e norte.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

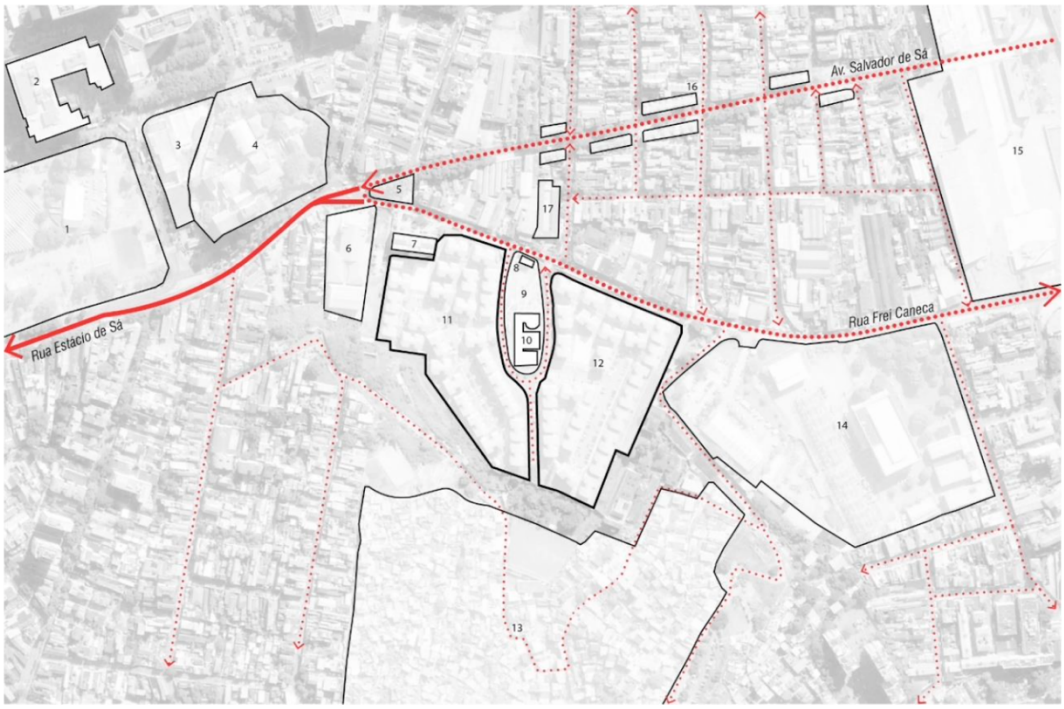


Figura 07 – 1 - Praça do Estácio 2- Centro Administrativo Cidade Nova 3 - Clube do Servidor Municipal do Rio de Janeiro | 4. Hospital Central da Polícia Militar | 5. Praça do compositor Ismael Silva | 6. Igreja Batista | 7. Instituto de Identificação Felix Pacheco | 8. Portal do Antigo presidio Frei Caneca | 9. Praça | 10. Clínica da Saúde | 11. Condomínio Ismael Silva | 12. Condomínio Zé Keti |13. Complexo do Morro de São Carlos | 14. Subestação da Light | 15. Sambódromo | 16. Vila Operária Salvador de Sá | 17. Subsecretaria de Infraestrutura
Fonte: Amoedo (2019).



Figura 08 – Vista aérea da implantação do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Fonte: Google Earth, acesso em 07 de julho de 2021.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

O empreendimento foi erguido no terreno que anteriormente abrigava o *Complexo Penitenciário da Frei Caneca*, criado em 1850. Foi considerado a primeira prisão construída no país, inaugurado por Dom Pedro II; na época chamava-se Casa da correção da corte (AMOEDO, 2019). Essa instituição abrigou de presos políticos, durante a ditadura militar, à figuras ilustres, como Graciliano Ramos, Olga Benário, Mário Lago, dentre outros (RIBEIRO, 2016).

A reutilização da área do Complexo Penitenciário foi permeada por incertezas durante um longo tempo. Foram discutidas algumas possibilidades, como a construção de um parque ou Batalhão da polícia militar (TROTTA, 2019). De acordo com Trotta (2019), existiam ao menos dois projetos habitacionais desenvolvidos para a área do empreendimento: um deles desenvolvido pela PMRJ e o outro desenvolvido pela Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro - CEHAB-RJ, sob cuidados da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Obras.

O primeiro projeto foi desenvolvido através de convênio estabelecido pela PMRJ e o governo estadual. A demolição foi iniciada em junho de 2003; era previsto que o complexo fosse completamente desativado e implodido em um ano. A PMRJ, como responsável pelo projeto, tinha a expectativa de construir um conjunto residencial com 700 habitações com prioridade para os profissionais de segurança pública. Neste havia certa preocupação com o lazer e a educação infantil, com previsão para a construção de áreas de lazer infantil, creche, escola, cinema, teatro, como também outros usos comerciais como bancos, mercados e farmácias (AGÊNCIA ESTADO, 2003). O projeto desenvolvido pela CEHAB-RJ também possuía as diretrizes de uso misto das áreas habitacionais, de lazer, institucional e comercial. Além disso, se preocupava com a possibilidade de reaproveitamento de parte da estrutura remanescente do Complexo Penitenciário. (GUILLÉN, 2013 apud TROTTA, 2019).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA



2000 *2021*

Figura 09 – Arranjo de vista aéreas onde é possível ver o Complexo Penitenciário da Frei Caneca e sua progressão no tempo, a sua desativação e demolição executadas em fases coordenadas pelos agentes públicos. As imagens mais recentes mostram a implantação do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Fonte: Elaboração do autor a partir de Google Earth, acesso em 07 de julho de 2021.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Os projetos anteriores não lograram êxito devido a contendas entre os agentes políticos envolvidos no convênio para o reuso da área. Segundo Amoedo (2019), o Complexo penitenciário foi completamente desativado em 2006, tendo sua implosão ocorrida em março de 2010. Novamente, foi realizado um novo acordo entre a PMRJ, o Governo Estadual e Federal que viabilizou o projeto inicial para a construção de 2.500 unidades habitacionais, enquadrando-se no PMCMV. A partir do relato de Guillén, Trotta (2019) descreve que a escolha da faixa salarial de destinação do empreendimento esteve ligada a decisões puramente políticas, onde o ex-governador Sérgio Cabral fez questão de definir o empreendimento como destinado a faixa 1, ou seja destinado, ao público que tem renda de até R$1800,00. Guillén ainda relata a grande preocupação dos entes públicos com a qualidade de projeto do empreendimento dada sua visibilidade política (TROTA, 2019).

O empreendimento foi entregue em 2014. A entrega aos beneficiários foi realizada numa grande cerimônia com a presença da ex-presidente Dilma Rousseff, o ex-governador Sérgio Cabral e o atual prefeito da PMRJ que se encontrava no

cumprimento de seu segundo mandato. O discurso da ex-presidente[16] destacou a maneira que o empreendimento serviria como guinada na qualidade de vida dos beneficiários, descrevendo-o como um salto na vida social, refletindo principalmente no processo de criação de seus filhos e na independência financeira da mulher. Muito se falou sobre a qualidade que o empreendimento forneceria para a criação das crianças, ressaltando a criação de equipamentos públicos de educação e saúde. Na figura 10, podemos observar a divulgação do projeto no Diário oficial do Estado; são destacados os equipamentos de lazer infantil que seriam construídos.

O empreendimento, ao ser entregue, era composto por famílias cadastradas nos bancos de dados da secretaria de habitação da PMRJ. Parte dos beneficiários era oriunda de comunidades desabrigadas pelas chuvas ocorridas na cidade do Rio de janeiro em 2010, englobando a Rocinha, em São Conrado; Prazeres, em Santa Teresa; Turano, no Rio Comprido; Santos Rodrigues e Azevedo Lima, do Complexo do São Carlos, no Estácio (65%). Os demais beneficiários foram selecionados a partir do banco de dados da Defensoria Pública do Estado – DPE (35%), dentre eles existiam 20 famílias indígenas da comunidade Sinimbu, que viviam num prédio do Governo Federal próximo ao Morro da Mangueira, na comunidade do Cajueirinho, como também famílias da ocupação Mem de Sá.

[16] BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Secretaria de governo). Brasil. Discurso da cerimônia de entrega do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti. Intérprete: Dilma Rousseff. Rio de janeiro - RJ: [s. n.], 2014.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA



ESTA PARTE É EDITADA ELETRONICAMENTE DESDE 3 DE MARÇO DE 2008

DIÁRIO OFICIAL

PARTE I
PODER EXECUTIVO

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO XXXIX - Nº 141
SEXTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2013

www.imprensaoficial.rj.gov.br

2

Região Norte recebe Feira do Rio Genética

Evento promove o melhoramento genético do rebanho fluminense

FIA forma 480 jovens para o mercado de trabalho

Programa também acompanha início da vida profissional de adolescentes

3

Recurso tecnológico ajuda pacientes do Hospital da Criança

Visita virtual une doadores e pequenos transplantados no pós-operatório

Bancos de leite promovem atividades de conscientização

Objetivo das ações é ampliar o número de doadoras

4

Multinacional vai gerar 500 empregos diretos na Zona Oeste

Fábrica vai produzir equipamentos para o setor de petróleo e gás

Cresce a oferta de viagens de barca para Paquetá

Operação das novas embarcações começa amanhã

Fotos de Marcelo Horn

Área do antigo presídio, no Centro, receberá os conjuntos Zé Keti e Ismael Silva: ao todo, são 998 apartamentos, distribuídos em 50 blocos de cinco pavimentos cada um

Obras estruturais do conjunto da Frei Caneca chegam a 90%

Previsão é de que unidades habitacionais estejam concluídas em dezembro

DANIELLE MOITAS

• Com 90% da estrutura concluída e 65% do acabamento pronto, os conjuntos Zé Keti e Ismael Silva, erguidos no terreno do antigo Presídio da Frei Caneca, no centro do Rio, têm previsão de conclusão para dezembro. A expectativa é de que os prédios sejam inaugurados antes do carnaval de 2014.

Apartamentos contam com dois quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço

As 998 unidades habitacionais são construídas por intermédio do programa Minha Casa Minha Vida. São 48 blocos de cinco pavimentos, com 20 apartamentos cada um, e mais dois blocos de cinco pavimentos, cada um com 19 unidades. As unidades contam com dois quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço, com 47 metros quadrados.

Todos os apartamentos serão entregues com acabamento completo, como pisos, pias, tomadas, tanque e quadro de luz com instalações independentes. As tubulações de água e gás são externas para evitar obras em caso de necessidade de consertos.

De acordo com o presidente da Cehab (Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro), José Geraldo Machado, depois do fim das obras civis, começa a etapa de licenciamentos.

– Qualquer obra depende do clima. Mas com tudo correndo bem, a parte física estará concluída até dezembro. Então, temos a segunda fase, que é a documental, de homologação, do Habite-se concedido pela Prefeitura do Rio e dos licenciamentos. A partir de fevereiro, poderemos iniciar a entrega – explicou José Geraldo Machado.

Todas as unidades serão entregues com acabamento completo, como pisos e pias

Lazer para os moradores

Destinados a famílias com renda de zero a três salários mínimos, os apartamentos serão distribuídos por sorteio, entre os cadastrados pela Cehab. Os moradores contarão ainda com quadras poliesportivas, salão de festas e ciclovias. Também haverá um espaço de 200 m² para uma horta comunitária.

– As ruas são largas, e o espaço entre os blocos é de seis metros para que as áreas sejam mais arejadas e iluminadas – disse Machado.

O governo federal investiu R$ 62,8 milhões, e o Governo do Estado doou o terreno, implodiu o presídio, limpou o espaço e injetou R$ 11,3 milhões para obras de infraestrutura, como a instalação da rede de água e de esgotamento sanitário, drenagem, iluminação, pavimentação e paisagismo.

Figura 10 – Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro com anúncio do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Fonte: Riberio (2016).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

A implantação do empreendimento Ismael Silva – Zé Keti é feita de forma a obter o melhor aproveitamento da extensão disponível no terreno. *Gustavo de Oliveira Souto*, arquiteto responsável pela concepção arquitetônica do empreendimento, confirma esta questão ao afirmar, em entrevista para Trotta (2019), que a implantação dos blocos privativos e a definição dos arruamentos tiveram como objetivo tirar melhor proveito de toda a extensão edificável do terreno, respeitando a legislação urbanística vigente a época. O arquiteto destaca que o formato e a topografia se tornaram forças norteadoras para a concepção de todo o projeto. É ressaltado que foram necessárias diversas alterações para que os beneficiários tivessem uma melhor qualidade espacial nas unidades privativas.

Nossa análise aponta que a implantação do empreendimento tem a intenção de fechar-se em *enclaves urbanos*, de acordo com o modelo extensamente replicado nos demais empreendimentos do PMCMV. Quando consideramos a escala do bairro, é possível perceber que os limites físicos dos quarteirões limítrofes ao empreendimento coincidem com as linhas de força que delimitam o empreendimento. Na figura 09, visualizamos que as linhas de força decorrentes do quarteirão 1 criam um eixo imaginário que secciona o terreno do empreendimento, coincidindo com a delimitação da área referente ao condomínio Zé Keti. De forma contínua, esse eixo possibilita a visualização dos limites do condomínio Ismael Silva, como também os arruamentos que dão forma ao espaço que contêm a praça, o antigo portal do complexo penitenciário e a clínica da família. Dando seguimento, o antigo portal se torna um ponto referencial que simboliza a entrada na zona espacial do empreendimento. Além disso, esse elemento arquitetônico demostra ser um elemento que guiou toda a definição de usos existentes nessa área.

A existência da praça como possível ponto centralizador de equipamentos públicos é uma das características que diferenciam o empreendimento Ismael Silva – Zé Keti dos demais empreendimentos em formato de condomínio edilício construídos via PMCMV. Seu potencial pode ser visto por estar fora dos limites dos condomínios. Ele torna possível um ponto de convergência social dos moradores dos condomínios e os moradores da comunidade local. Contudo, a praça atualmente não utiliza todo o seu potencial como equipamento público, não havendo uma definição tão clara dos possíveis usos. Anos após a entrega do empreendimento, foram inseridos equipamentos para ginastica destinados aos idosos do programa de Atividade da terceira idade – ATI, desenvolvido pela Secretaria municipal do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

envelhecimento saudável e qualidade de vida. Não houve qualquer equipamento urbano ou estratégia de projeto destinado ao público infantil. O terreno em que a praça está inserida foi entregue sem a presença da atual Clínica da família Medalhista Olímpico Ricardo Lucarelli Souza, posteriormente construída. Através da leitura da figura 12, concebida para a divulgação do projeto do empreendimento, é possível ver que havia uma previsão de construção de uma escola municipal ao invés da atual clínica da família.



Figura 11 – Vista aérea da implantação do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti com sinalização da definição dos quarteirões e eixos de arruamentos.
Fonte: Elaboração do autor a partir de Google Earth, acesso em 07 de julho de 2021.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA



Figura 12 – Implantação do condomínio Ismael Silva
Fonte: Ribeiro (2016)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Na escala individual do empreendimento, observamos que existe o uso reiterado de *cul de sac*, ou seja, ruas sem saída, sem conexões com os demais limites do bairro, o que reforça o gesto de criar enclaves, se conectando com o entorno de forma controlada apenas para as ligações essenciais. É curioso observar que a tipologia condominial utilizada tende a criar zonas de lazer infantil que fogem dos limites propostos por áreas programadas, como no caso do parque infantil e a quadra poliesportiva, fazendo surgir o lazer infantil guiado pelo instinto lúdico dos *jogos e brincadeiras.*

O empreendimento é formado por 24 blocos de apartamentos de cinco andares cada, incluindo as unidades destinadas aos idosos e as Pessoas Com Deficiência – PCD, todos igualmente distribuídos nos dois condomínios. A unidade individual tem 43,23 metros quadrados, é composta por dois quartos, sala, banheiro e cozinha.

A volumetria dos blocos privativos mantém o padrão H largamente utilizado na configuração de conjuntos habitacionais brasileiros, devido sua facilidade em aproveitar a área útil do pavimento inferior. A sua volumetria é gerada a partir da

junção das unidades individuais espelhadas. A volumetria H inserida no terreno propicia a formação de áreas intermediárias que possuem forte ligação com a identidade do lugar. Em geral, essas áreas são apropriadas pelos moradores, de forma que acabam se tornando uma extensão das práticas sociais locais (AMOEDO; TROTTA, 2019; RIBEIRO, 2016). Lay e Reis (2005) complementam que o formato utilizado e o layout das edificações em conjuntos habitacionais são elementos essenciais para a formação das relações sociais entre os moradores.

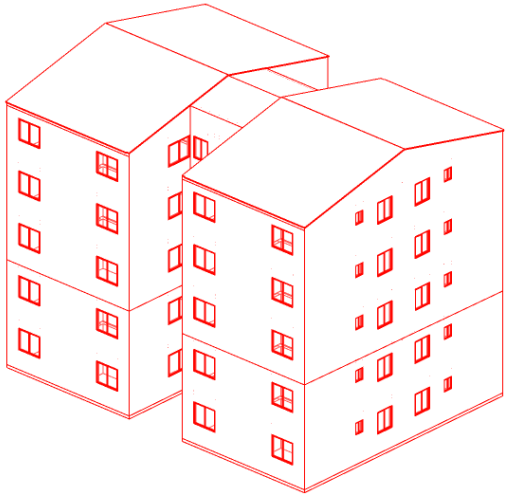


Figura 13 – Vista isométrica de um dos blocos privativos do empreendimento Ismael Silva Zé Keti, ênfase na volumetria H.
Fonte: Elaboração do autor.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

4.2. Espaços de lazer infantil projetados no empreendimento Ismael Silva – Zé Keti

O projeto do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti conta com duas quadras poliesportivas, um parque infantil e dois espaços comunitários. O espaço considerado parque infantil foi sendo deteriorado ao longo do tempo, além do material ser de baixa resistência, conforme entrevista e a percepção de Amoedo (2019). Isso é reforçado pela análise de Muller (2015), que demostra que o problema é recorrente e pode ser observado na qualidade de equipamentos utilizados nos residenciais Jardim Campo grande e Jardim dos Pardais.

Nas entrevistas realizadas por Amoedo (2019), foi possível concluir que o público infantil possui certa dificuldade em se adaptar à espacialidade oferecida pela modalidade condominial, vez que boa parte dos beneficiários são oriundos de reassentamentos, onde estiveram inseridos numa espacialidade completamente diferente, principalmente a vivida nas comunidades cariocas. O modelo condominial, aliado a uma infraestrutura de lazer de qualidade, poderia atuar como alternativa a facilitação da sociabilidade infantil homogênea, mesmo que menos diversa que nas ruas. Estamos inseridos numa problemática onde as crianças são ambientadas nesse formato de espacialidade, porém não lhe são fornecidas ferramentas de lazer suficientes para que o desenvolvimento de suas capacidades.

Apesar dessa situação, as crianças utilizam os espaços existentes através do processo de apropriação infantil. A partir de tal ponto, na qualidade atual, o espaço não estimula ou cria uma conexão afetiva, uma vez que se trata de um espaço estéril, sem identidade. O empreendimento Ismael Silva – Zé Keti conta com 998 unidades com uma das mais altas densidades por condomínio do PMCMV, o que nos faz pensar que uma alta densidade de pessoas convivendo num modelo de espacialidade com o mínimo do lazer. Deveria haver uma previsão mais encorpada de equipamentos de lazer coletivo.

Os espaços de lazer presentes no empreendimento estão dispostos de forma que a vigilância parental ou os olhos da rua[17] somente ocorre ao acessar os ambientes mais reservados do lar como os destinados ao descanso. Indicando que não há qualquer correlação entre o projeto de arquitetura dos espaços privativos com os espaços livres e de lazer, não fomentando uma vigilância constante. De forma que indica que os espaços abertos são fruto de um produto residual, visto a ausência de conexão e justificativa para o seu posicionamento.

Por não terem suas funções programadas bem delimitadas, os espaços são utilizados para demais atividades físicas do condomínio. Conforme registro, é possível ver que em sua totalidade são utilizados para aulas de dança, principalmente pelo projeto social chamado Prática Rio[18], em parceria com a

[17] A expressão “olhos da rua” nasceu da concepção de Janes Jacobs, em seu livro *Morte e vida das cidades*, publicado originalmente em 1961.
[18] O projeto Prática Rio desenvolvido em conjunto pela Secretaria Nacional de Esportes e Ministério da Cidadania tem como objetivo “Tornar democrático a toda população fluminense, o acesso às práticas das atividades físicas e esportivas de lazer e de cunho educacional, bem como assegurar a valorização dos talentos desportivos, estimulando seu desenvolvimento integral”.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e ONGS. Dentre os espaços de lazer coletivos existentes, podemos relacioná-los a partir do quadro 06 onde é destacado a existência ou não destes espaços.

Os espaços de lazer coletivo direcionados ao publico infantil não recebem a mesma atenção e identificação dos moradores, como observado nos espaços intermediários ajardinados localizados nas entradas de cada bloco de apartamentos. Amoedo (2019) e Trotta (2019) demostram que tais espaços estão localizados numa zona de proximidade afetiva dos moradores.

De uma maneira geral, as crianças estão localizadas num território em que boa parte das suas atividades de lazer são vistas como atividades negativas, até mesmo destrutivas por parte dos moradores. Parte do lazer infantil acontece exatamente nas redondezas ou nos espaços intermediários. Tal ponto demostra que esses espaços, mesmo que não programados, exercem um grande passo no desenvolvimento espacial das crianças. Mesmo que impossibilitadas de desenvolverem suas habilidades sociais num ambiente diverso e heterogêneo das ruas, Spencer e Blades (2005), ao analisarem pesquisas realizadas com crianças na década de 80, demostram que estas possuem uma maior autonomia no deslocamento para suas atividades educacionais e um maior domínio espacial do seu entorno afetivo. De forma paralela, é possível observar que as crianças que exploram todas reentrâncias e vielas proporcionadas pela implantação dos blocos privativos possuem certo domínio no ambiente cotidiano, que pode lhe proporcionar novas descobertas diárias. Novamente, Spencer e Blades (2005) declaram que o fato dessas experiências ocorrerem diariamente tornam as crianças mais expostas capazes de construir um repertório espacial que lhe auxiliará nas demais esferas espaciais, ou seja, as experiências fora do perímetro do condomínio.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

EQUIPAMENTOS DE LAZER ENTREGUES PELO PMCMV

Equipamento	Espaço de convivência (Salão de festas)	Quadras poliesportivas	Parque infantil
Situação atual	Sim	Existente, foram feitas algumas alterações de projeto.	Em condições de uso. Porém o projeto não atende adequadamente o público.
Estado de conservação	Sim	Existente, foram feitas alterações no projeto.	Precária
	Sim, parcialmente	Foi deteriorado com o passar dos anos e desativado.	Inexistente

Quadro 06 – Equipamentos de lazer entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado pelo autor.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA



Figura 14 – Equipamentos de lazer implantados no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Fonte: Amoedo (2019).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA



Figura 15 – Áreas livres implantadas no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Fonte: Amoedo (2019).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

4.3.
Ferramenta de avaliação dos espaços de lazer infantil projetados no empreendimento Ismael Silva – Zé Keti

A metodologia de avaliação construída por Muller (2015) é resultante de seu trabalho na análise da qualidade dos espaços infantis nos empreendimentos do PMCMV de Belém. A metodologia utilizou como fonte a revisão bibliográfica combinada com o conjunto de diretrizes para projetos de parques infantis criados por Borges (2008). Conforme esta, a coleta de dados mandatoriamente deveria ser feita a partir da observação de aspectos da estrutura física disponível no estudo de caso. Contudo, considerando o contexto em que esta pesquisa foi produzida, utilizamos como fonte a análise documental através da revisão do conjunto gráfico, imagens, filmes e pesquisas anteriormente realizadas no caso de estudo. De forma a amplificar a qualidade da pesquisa e a compreensão da vivência infantil nos espaços avaliados, somou-se a metodologia a descrição dos principais entraves espaciais identificados na avaliação dos aspectos e diretrizes. Para melhor compreendermos a vivência nesses espaços, utilizaremos, de forma adicional, recursos gráficos como colagens, diagramas e croquis para ilustrarmos os aspectos espaciais avaliados.

Abaixo, detalhamos como a metodologia criada por Muller (2015) será aplicada. A avaliação terá como foco 4 aspectos espaciais. Iremos avaliar a localização, a configuração, os equipamentos e elementos ambientais presentes no caso de estudo, como também sinalizaremos os principais entraves espaciais encontrados no entorno.

1. Localização

Um dos aspectos essenciais a serem analisados leva em consideração a localização dos equipamentos de lazer perante as unidades privativas do empreendimento. Borges (2008) afirma que o potencial de um parque infantil pode ser amplificado, dado a sua proximidade de centralidades residenciais no desenho urbano. Caso esteja nas proximidades dos núcleos habitacionais, poderá ofertar de forma igualitária os equipamentos de lazer para um número maior de usuários,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

garantindo o acesso equitativo ao lazer. Portanto, será analisado tanto a *proximidade* como a *centralidade* desses espaços. O próximo ponto está interligado aos anteriores. Analisaremos a *facilidade de acesso* dos espaços de lazer quando pensarmos em todo o percurso a ser percorrido pelos seus usuários, analisando como seu posicionamento influencia nesse aspecto, de forma a identificar quaisquer *obstáculos físicos ou sociais existentes*. Ademais, outro fator que merece destaque nesta análise diz respeito sobre o fomento a *vigilância natural*, ou seja, será analisado se o espaço de lazer confere elementos que promovam a vigilância parental ante o uso dos equipamentos pelas crianças. Como defende Jacbos (2011) apud Muller (2015), a vigilância dos cuidadores nos espaços de lazer confere maior segurança às práticas lúdicas a serem realizadas.

Localização	Proximidade (Fica próximo das residências?)
	Vigilância natural (Existem aberturas, circulação de pessoas?)
	Centralidade (É localizado numa região central do residencial?)
	Facilidade de acesso (É de fácil acesso?)

Quadro 07 - Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

2. Configuração

Este aspecto concentra-se na avaliação das *configurações de layout*, *de materialidade e de organização espacial* dos espaços de lazer coletivos inseridos no caso de estudo. Portanto, serão avaliados como esses espaços fazem uso dos *aspectos materiais* ligados ao desenvolvimento das habilidades físicas, motoras, mentais e sociais. Através deste, conheceremos a aplicação de cores, texturas e usos. Por outro lado, avaliaremos os elementos da distribuição espacial.

Jacobs (2011) complementa que a configuração de um parque público bem qualificado e atrativo se concentra na capacidade de oferecer um certo grau de *variedade visual*, de materiais com diferentes padrões e de diferentes usos. Um espaço dedicado ao lazer e contemplação deve ser tão complexo que não seja possível identificá-lo por completo, fazendo contato visual primário. Weinstein e David (1987) complementam, afirmando que um ambiente variado pode ser entendido como um ambiente que seja capaz de estimular o movimento e os sentidos de uma criança, possuindo variação de escalas, formas, cores, materiais, paisagem e gradações da luz artificial e solar. Muito se aproxima do posicionamento de Pallasmaa (2017), que prega que a arquitetura não deve ser dirigida apenas aos nossos sentidos visuais. Deve ser possível experimentá-la através das demais dimensões.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Configuração	Complexidade visual (Possui complexidade visual?)
	Materiais, texturas variadas (Tem materiais e texturas variadas?)
	Espaço para correr, brincar e para recreação livre (Possui espaço para recreação livre/correr?

Quadro 08 – Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

3. Equipamentos

A partir deste aspecto, preliminarmente, analisaremos se os espaços de lazer infantil do caso de estudo fazem uso de alguma espécie de mobiliário de lazer infantil. Caso a existência seja confirmada, prosseguiremos na investigação das qualidades físicas dos equipamentos em uso; caso a existência não seja confirmada,

prosseguiremos discutindo como o potencial desses espaços poderiam ser maximizados para beneficiar as crianças residentes.

Neste sentido, Capon (1991) apud Borges (2008) discorrem que um ambiente projetado para o público infantil deve conter certo nível de personalização que favoreça os estímulos sensoriais. Bengtsson (1973) apud Borges (2008) ponderam que esse objetivo pode ser alcançado como o auxílio dos equipamentos e mobiliários, posto que são instrumentos que promovem as práticas lúdicas, atingindo de forma sistemática todos os sistemas sensoriais e a imaginação infantil. Por sua vez, Weinstein e David (1987) afirmam que a função do mobiliário infantil é justamente essa: apoiar a ocorrência dos jogos e brincadeiras. Tais espaços devem ser equipados por mobiliário especializado que ofereça a oportunidade da criança se movimentar livremente pelo espaço, capazes de oferecer certa gradação e tipos variados de movimentos. Contudo, são elementos coadjuvantes, uma vez que a ludicidade no espaço construído pode ser promovida através do planejamento de outros elementos físicos.

Igualmente, Borges (2008) mostra que dentre as necessidades infantis, os desenvolvimentos motor e espacial encontram apoio nesses espaços, dada a possibilidade de superar-se, inserindo e desenvolvendo seus movimentos. Por esta razão, Frost (1993) assinala que o mobiliário de lazer infantil deve ser composto por estruturas complexas, que ofereçam múltiplos usos em suporte aos jogos e brincadeiras.

Dessa forma, Frost (1993), Weinstein e David (1987) e Borges (2008) recomendam a utilização de mobiliário que possua variedade na sua composição estrutural, ou seja, que possua partes móveis, fixas e interativas. Por tal razão, o primeiro ponto da análise dos equipamentos utilizados observará a *variedade em design e conceito* presente em cada mobiliário.

Para a elaboração do segundo ponto desta avaliação, é utilizado o parecer de Frost (1993) que aponta que os equipamentos utilizados num espaço de lazer infantil. Além de sua multiplicidade de usos, devem possuir variação em seu formato e escala, sendo recomendada a escolha de equipamentos em três escalas, a escala miniatura, a escala da criança e escala colossal ou a escala utilizada pelos adultos. Portanto, verificaremos as *formas, tamanhos e uso*s diversificados dos equipamentos utilizados no *layout* dos espaços de lazer inseridos no caso de estudo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Novamente, as afirmações de Frost (1993) assinalam que a *segurança física* das crianças compõe elemento de extrema importância numa avaliação sobre a qualidade física de equipamentos destinados ao lazer infantil, dado a provável ocorrência de acidentes a partir do uso destes equipamentos, como quanto a sua resistência física face os usos diários. Complementando, Müller (2015), Borges (2008), Weinstein e David (1987) destacam que o mobiliário de espaços infantis deve seguir uma série de regras presentes em seu design e materialidade, as normas redigidas pela ABNT, na forma da NBR – 16071 e NBR – 14350.

Equipamentos	Elementos móveis, fixos e/ ou interativos (Existem elementos móveis e interativos?)
	Aparelhos de formas, tamanhos e usos diversos. (Existem brinquedos variados?)
	Segurança dos brinquedos (Os brinquedos existentes são seguros?)

Quadro 09 - Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

4. Ambientais

Os aspectos ambientais dos espaços de lazer infantil, do caso de estudo, serão avaliados a partir dos elementos metodológicos desenvolvidos por Müller (2015), Borges (2008), Neufert (2013), Weinstein e David (1987), Frost (1993) e Montesori (1961). Por conseguinte, avaliaremos as zonas de sol e sombra, a iluminação artificial e os elementos naturais utilizados no projeto, com ênfase na análise das questões relacionadas ao conforto ambiental local.

No primeiro ponto de avaliação destes espaços, verificaremos a existência de *zonas de sol, sombra e equipamentos de proteção solar*. Conforme, Neufert (2013) apud Muller (2015), assim como a norma ABNT – NBR 16071-5, sugerem que os espaços de lazer destinados ao publico infantil e inseridos em conjuntos habitacionais devem seguir um padrão quanto ao seu posicionamento na implantação geral, em razão da insolação presente em sua região que afetará o uso

local, como o deslocamento até o espaço. Dessa forma, torna-se necessário a escolha de um local arejado que receba a insolação matinal, protegido das correntes de vento e que faça uso de elementos de proteção solar nas áreas de maior incidência. Quanto ao reflexo da insolação nos espaços, Weinstein e David (1987) assinalam que a insolação pode influenciar o uso e permanência, como a busca por um local mais quente ou melhor ventilado dada sua condição climática.

De outra forma, no segundo ponto, avaliaremos se esses espaços possuem *concepção luminotécnica* suficiente para garantir seu uso em horários em que a luz solar não esteja presente, de forma que analisaremos a existência de iluminação artificial direcionada e específica para os espaços de lazer infantil. Weinstein e David (1987) classificam o contato com a iluminação como um grande trunfo. A luz pode oferecer uma variação entre claro e escuro, quente e frio, ficar exposto ao sol ou abrigar-se dele. Ou seja, estamos lidando com uma ferramenta que garante a segurança e a integridade física de seus usuários.

O último ponto a ser avaliado diz respeito a utilização de *elementos naturais e paisagísticos* nos espaços de lazer. Serão considerados o uso e contato com espécies arbóreas, arbustivas e demais padrões paisagísticos. Borges (2008), Weinstein e David (1987) e Frost (1993) revelam que a ludicidade dos espaços de lazer pode ser potencializada pelo contexto externo e o contato com elementos naturais, visto que tal composição tem o poder de estimular todos os sistemas sensoriais infantis.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Ambientais	Zonas de sol e sombra (Existem zona de sol e sombra?)
	Iluminação artificial (Existe iluminação artificial?)
	Contato com vegetação (Possibilita contato com vegetação?)

Quadro 10 – Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

ASPECTOS	ELEMENTOS A OBSERVAR NOS ESPAÇOS DE LAZER DO CASO DE ESTUDO
Localização	Proximidade *(Fica próximo das residências?)*
	Vigilância natural (*Existem aberturas, circulação de pessoas?)*
	Centralidade *(É localizado numa região central do residencial?)*
	Facilidade de acesso *(É de fácil acesso?)*
Configuração	Complexidade visual *(Possui complexidade visual?)*
	Materiais, texturas variadas *(Tem materiais e texturas variadas?)*
	Espaço para correr, brincar e para recreação livre *(Possui espaço para recreação livre/correr?)*
	Acesso ao jogo *(Existe campo para jogos?)*
Equipamentos	Elementos móveis, fixos e/ ou interativos *(Existem elementos móveis e interativos?)*
	Aparelhos de formas, tamanhos e usos diversos. *(Existem brinquedos variados?)*
	Segurança dos brinquedos *(Os brinquedos existentes são seguros?)*
Ambientais	Zonas de sol e sombra *(Existem zona de sol e sombra?)*
	Iluminação artificial *(Existe iluminação artificial?)*
	Contato com vegetação *(Possibilita contato com vegetação?)*

Quadro 11 – Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

4.4.
Espaços analisados

Os espaços de lazer do empreendimento Ismael Silva e – Zé Keti, identificados em seu projeto, são compostos por três espaços programados, ou seja, possuem usos definidos em projeto. São eles, *a quadra poliesportiva, espaço de convivência e parque infantil.* Em seu estado atual os três espaços encontram-se modificados. As quadras poliesportivas, do condomínio Ismael Silva e Zé Keti, foram concretadas pela PMRJ em 2019 e não possuem os equipamentos esportivos e muito menos a proteção do alambrado que se deterioraram ao longo dos anos. De maneira similar, os espaços de convivência dos dois condomínios sofreram pequenas alterações. Ambos os condomínios receberam equipamentos de lazer infantil implantados de forma a compor um parque infantil, conforme as etnografias de Trotta (2019) e Amoedo (2019). Os equipamentos foram entregues em perfeitas condições de uso, porém, dada a ausência de manutenção, deterioraram-se ao longo dos anos. Os fatos colhidos na investigação apontam que este espaço foi construído apenas no condomínio Zé Kéti, porém a etnografia de Amoedo (2019) mostra que um parque infantil de mesmas proporções foi entregue no condomínio Ismael Silva. Sua materialidade, porém, pereceu de forma mais acelerada que o localizado no condomínio Zé Keti. Não foram encontrados registros de sua real existência ou planejamento. O espaço localizado no condomínio Zé Keti foi chamado informalmente como *parque infantil*, constituído a partir de um espaço residual existente entre os blocos 1 e 6. Era composto por apenas dois equipamentos de lazer infantil. Atualmente, a área do parque permanece remanescente e é constantemente utilizada pelo público infantil. Esse espaço é composto por chão de terra batida mesclado com o gramado que carece de cuidados especiais. As informações analisadas apontam que os espaços de lazer infantil não possuem projeto de arquitetura ou execução de quaisquer layouts definidos para o lazer infantil, conforme fotos feitas na época da entrega dos empreendimentos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

4.4.1.
Quadras poliesportivas

As quadras poliesportivas foram entregues em chão de terra batida e cercadas por alambrados. Atualmente mantêm-se como dois espaços em formato retangular, cada um em seu respectivo condomínio. O chão de terra batida deu lugar ao piso concretado, através de uma intervenção da PMRJ. Nas etnografias de Amoedo (2019) e Trotta (2019), foi possível observar que os espaços foram entregues em condições mínimas para seu uso, mas que os materiais aplicados não resistiram ao tempo. Um ponto deve ser observado: o síndico Davi relata que as traves de futebol que resistiram ao tempo foram retiradas para que as crianças não utilizassem a quadra devido a toda movimentação causada pelas atividades de lazer, visto que incomodavam os moradores e foram motivos de contendas. Ao serem reformadas, não receberam quaisquer equipamento ou sinalização da função que o espaço oferece para os moradores. Fica subentendido que os espaços se referem as quadras, dado que era sabido que ali é um espaço de lazer, porém não há qualquer legibilidade sobre o que aquele espaço representa.



Figura 16 – Arranjo de imagens das quadras do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Google Maps acesso em 07/07/2021.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

1. Localização

A sua **localização** e proximidade das unidades privativas é desigual, sendo próximo de alguns blocos e distante de outros. A *vigilância natural* referente a circulação de pessoas se dá pelas aberturas e falta de delineamento do perímetro de uso. A circulação de pessoas é habitual devido ao posicionamento entre os blocos de apartamentos, e o acesso de algumas unidades é feito diretamente pelas calçadas paralelas as quadras. Para a *centralidade,* podemos observar que as quadras podem ser vistas como espaços implantados nas áreas remanescentes do posicionamento dos blocos privados. Sua localização se dá de forma periférica no terreno, não são implantadas de maneira central nos dois condomínios. Quanto a *facilidade de acesso*, as quadras possuem acessos a partir de todos os pontos dos seus perímetros.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Localização		
	Proximidade (Fica próximo das residências?)	Parcialmente. Próximo de alguns blocos e muito distante de outros.
	Vigilância natural (Existem aberturas, circulação de pessoas?)	Sim, existem aberturas pois o fechamento foi destruído com o tempo, a circulação de pessoas é habitual devido ao posicionamento entre os blocos de apartamentos.
	Centralidade (É localizado numa região central do residencial?)	Não, é localizado de forma periférica no terreno, preenchendo espaço residual da implantação dos edifícios.
	Facilidade de acesso (É de fácil acesso?)	Sim, de fácil acesso devido ser completamente aberto.

Quadro 12 – Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

2. Configuração

Quando falamos sobre a **configuração** das quadras, em especial sobre sua *complexidade visual*, observamos que os espaços possuem baixa complexidade visual, não exploram os elementos de atratividade visual ou informações que

estimulem as crianças a explorar todo o perímetro local. Atualmente são apenas retângulos de concreto, apenas na cor cinza. Podemos considerar que quanto a *materiais e texturas variadas,* as quadras não exploram nenhum tipo de materialidade, a não ser aqueles que não são decorrentes de escolha de projeto, como a materialidade do concreto presente no piso das quadras. A presença de *espaço para correr, brincar e para recreação livre* é vista a partir da flexibilidade de layout, trazendo certa liberdade e esforço imaginativo pelas crianças que utilizam estes espaços. O *acesso ao jogo* pode ser considerado como o propósito desses espaços, visto que foram programados justamente para isso.

Configuração	Complexidade visual (Possui complexidade visual?)	Não, foi entregue como um campo de terra com gradeamento.
	Materiais, texturas variadas (Tem materiais e texturas variadas?)	
	Espaço para correr, brincar e para recreação livre (Possui espaço para recreação livre/correr?	Sim, possui espaço suficiente para a realização de atividades de lazer no espaço a depender da autorização dos adultos.
	Acesso ao jogo (Existe espaço para jogos?)	Sim, seu propósito é este.

Quadro 13– Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

3. Equipamentos

Quanto aos **equipamentos** utilizados nesses espaços, foi observado que não foram utilizados quaisquer tipos de equipamento ou mobiliário, apenas a localização de balizas referentes a delimitação para jogo de futebol.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Equipamentos	Elementos móveis, fixos e/ ou interativos (Existem elementos móveis e interativos?)	Não, foi entregue como um campo de terra com gradeamento. Foram instaladas traves de futebol e basquete que se deterioraram.
	Aparelhos de formas, tamanhos e usos diversos. (Existem brinquedos variados?)	
	Segurança dos brinquedos (Os brinquedos existentes são seguros?)	

Quadro 14 – Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

4. Ambientais

Os **elementos ambientais** representam um grande agravante para os espaços, uma vez que não há qualquer tipo de proteção solar e de intempéries. As *zonas de sol* podem ser consideradas como todo o perímetro exposto a exposição solar, ou seja, todo o perímetro das quadras fora do sombreamento dos blocos privados. As *zonas de sombra* referem-se às sombras provocadas pelo sombreamento dos blocos privados no entorno. A *iluminação artificial* existente é destinada aos pontos de circulação de pessoas. Nas quadras, não existe qualquer ponto de iluminação artificial direcionada. O *contato com a vegetação* é nulo, uma vez que o único elemento paisagístico existente inclui o gramado que cerca o espaço, podendo se estender a vegetação dos blocos privados, cuja responsabilidade pela manutenção recai sobre os moradores de cada bloco.



Figura 17 – Arranjo de imagens que mostra a modificação na estrutura das quadras do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Amoedo (2019).

Ambientais	Zonas de sol e sombra (Existem zona de sol e sombra?)	O campo está disposto de forma que recebe sombra/sol em determinados períodos do dia.
	Iluminação artificial (Existe iluminação artificial?)	Sim, destinada a iluminação geral. É possível observar que a iluminação não é direcionada para as quadras, o uso noturno está sujeito a um ambiente mais escurecido.
	Contato com vegetação (Possibilita contato com vegetação?)	Contato com a grama e terra existentes

Quadro 15 – Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

5. Principais entraves espaciais

Entraves espaciais	1 - Diferenças de níveis	Existem diferenças de níveis na quadra e nos seus acessos.
	2 - Ausência de materialidade Estimulante e sinalização espacial	Não há uso de materialidade diversa além do concreto.
	3 - Ausência de iluminação dedicada	Não há iluminação exclusiva.

Quadro 16 – Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015)

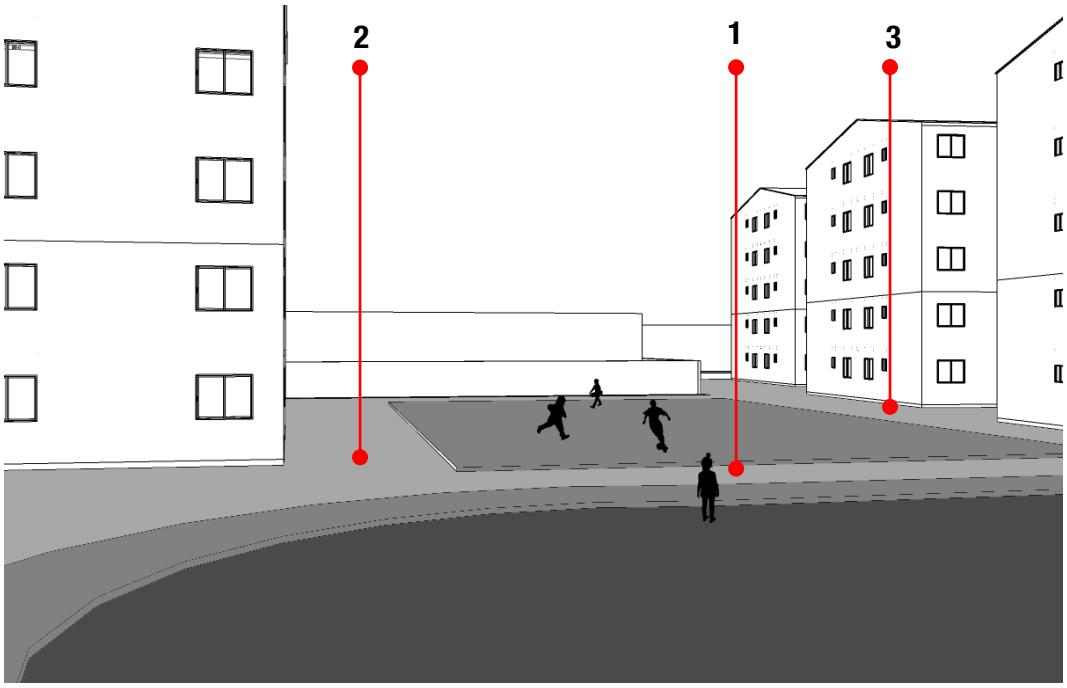


Figura 18 – Ilustração com os principais entraves das quadras do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

4.4.2.
Espaços de convivência – Salões de festas

O empreendimento Ismael Silva – Zé Keti, como os demais empreendimentos produzidos via PMCMV, possui características físicas que estimulam a repetição de certos gestos de apropriação coletiva. Preliminarmente, devido a escassez de espaços programados para o lazer infantil, a avaliação passa a se estender aos centros comunitários devido sua flexibilidade na propagação do lazer nas suas diversas formas. Dessa forma, avaliaremos conjuntamente os espaços incluídos no rol de espaços de lazer global.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA



Figura 19 – Arranjo de imagens que mostram as alterações no espaço de convivência.
Fonte: Amoedo (2019).

1. Localização

O espaço de convivência, popularmente conhecido como salão de festas, equipa ambos os condomínios e possuem o mesmo projeto de arquitetura. Ao longo do tempo, foram realizadas melhorias estruturais pelos moradores. A **localização** e *proximidade*, da mesma maneira que as quadras poliesportivas, é desigual. Os espaços de convivência mantêm certa proximidade de alguns blocos privativos e mostram-se distantes de outros, algo a ser considerado em relação ao baixo isolamento acústico, razão de certa problemática na realização de festas privadas. Por ser *flexível*, programado para acomodar múltiplos usos, esse espaço mantém a *vigilância natural* como uma característica a ser considerada, visto que suas aberturas proporcionam uma visão geral ao que é realizado nesses espaços. Contudo, essa caraterística é considerada um ponto fraco quando inserida no contexto de festas privadas, onde não confere privacidade aos eventos. A vigilância parental encontra-se facilitada, porém não estimulada, por não haver mobiliário próprio para isso. A vigilância geral proporcionada pela circulação de pessoas no entorno desses espaços mostra-se maior no condomínio Zé Keti, dado que se encontra implantado num ponto de grande movimento do condomínio, enquanto no condomínio Ismael Silva é restrita aos blocos privativos nas proximidades. Quanto à *centralidade*, foi possível observar que estes espaços foram implantados nas áreas remanescentes da implantação dos blocos privados, de forma idêntica, em ambos os condomínios. Quanto à *facilidade de acesso*, os espaços de convivência possuem acessos físicos por toda a sua área útil, porém não se encontram em conformidade com as especificações de acessibilidade descritas na norma NBR - 9050, que trata da acessibilidade aplicada aos projetos de arquitetura. Isso pode ser comprovado ao analisarmos os desníveis presentes nos acessos e a total ausência de sinalização.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Localização	Proximidade (Fica próximo das residências?)	Parcialmente. Próximo de alguns blocos e muito distante de outros.
	Vigilância natural (Existem aberturas, circulação de pessoas?)	Sim, existem aberturas para acesso e ventilação natural.
	Centralidade (É localizado numa região central do residencial?)	Não, é localizado de forma periférica no terreno, preenchendo os espaços residuais da implantação dos edifícios.
	Facilidade de acesso (É de fácil acesso?)	Parcialmente, seu acesso é facilitado dada a existência de múltiplas aberturas, porém encontra-se fora dos requisitos de acessibilidade da NBR 9050. Seu uso é controlado mediante pagamento.

Quadro 17 – Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

2. Configuração

A **configuração** dos espaços de convivência, quando vista através da *complexidade visual*, mostra um baixo padrão visual, idêntico as quadras poliesportivas. Não há quaisquer diferenciações do padrão estético adotado nas demais áreas externas do condomínio. Faz-se uso de revestimentos e acabamentos que remetem a uma continuidade do visual existente. Esse espaço transmite a mensagem de que é um espaço como todos os outros, não há qualquer diferenciação material ou visual, muito menos voltada para crianças. Quanto aos *materiais e texturas variadas,* não há qualquer material construtivo com uso diferenciado, apenas materiais padronizados utilizados em outras áreas do condomínio como revestimento cerâmico e mesmo acabamento nas paredes externas e internas. A presença de *espaço para correr, brincar e para recreação livre* pode ser considerado, visto que o espaço possui um layout que possibilita atividades de recreação, como também brincadeiras, um contraste com a realidade relatada pelos moradores que não desejam que as crianças utilizem os espaços para jogos e

brincadeiras desacompanhadas. De forma a ratificar nossa avaliação, o *acesso ao jogo* se faz presente devido a flexibilidade de layout.

Configuração	Complexidade visual (Possui complexidade visual?)	Não.
	Materiais, texturas variadas (Tem materiais e texturas variadas?)	Não, material padrão.
	Espaço para correr, brincar e para recreação livre (Possui espaço para recreação livre/correr?	Sim, possui espaço suficiente para a realização de atividades de lazer no espaço a depender da autorização dos adultos.
	Acesso ao jogo (Existe espaço para jogos?)	Sim, é um espaço flexível, porém no ISZK não é utilizado com outro fim além de salão de festas ou aulas coletivas.

Quadro 18 – Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

3. Equipamentos

Em razão da flexibilidade de layout, os espaços não possuem mobiliário dedicado ao lazer coletivo, muito menos infantil. Durante as festas privadas, os moradores costumam alugar mesas e cadeiras para todos seus convidados como também brinquedos para as crianças.

Equipamentos	Elementos móveis, fixos e/ ou interativos (Existem elementos móveis e interativos?)	Não.
	Aparelhos de formas, tamanhos e usos diversos. (Existem brinquedos variados?)	
	Segurança dos brinquedos (Os brinquedos existentes são seguros?)	Não possui equipamentos infantis.

Quadro 19 – Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

4. Ambientais

Quanto aos **elementos ambientais** dos espaços de convivência, oferecem boa condição de ventilação, visto que é composto por 3 grandes aberturas. O seu telhamento transmite boa parte do aquecimento ocasionado pela insolação ao espaço central. Quanto as *zonas de sol*, toda a área central do espaço de convivência é protegida da insolação e intempéries pelo seu telhamento. As *zonas de sombra* são resultantes apenas da variação solar; não há nenhum elemento externo que tenha objetivo de aumentar as áreas de sombreamento. A *iluminação artificial* é caracterizada pela presença de luminárias do tipo padrão, oferecendo iluminação suficiente nos horários noturnos e durante o dia é utilizada a iluminação natural. O *contato com a vegetação* é inexistente, apenas é possível visualizar as áreas com intervenções paisagísticas no entorno, não dirigidas para este espaço.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Ambientais	Zonas de sol e sombra (Existem zona de sol e sombra?)	O espaço está disposto de forma que recebe sombra/sol em determinados períodos do dia.
	Iluminação artificial (Existe iluminação artificial?)	Sim, destinada a iluminação geral.
	Contato com vegetação (Possibilita contato com vegetação?)	Contato com a grama e terra nas áreas externas.

Quadro 20 – Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).



Figura 20 – Espaço de convivência em evento social no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: GoogleMaps acessado em 07/07/2021.



Figura 21- Salão do condomínio Zé Keti, em dia de festa. O tecido utilizado durante as festas para “fechar” o salão é retirado ao fim da festa.
Fonte: acervo Trotta (2019).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

5. Principais entraves espaciais

Entraves espaciais	1 - Diferenças de níveis	Existem diferenças de níveis nos acessos ao espaço.
	2 - Ausência de materialidade Estimulante e sinalização espacial	O espaço utiliza a materialidade existente nos demais espaços do empreendimento.

Quadro 21 – Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

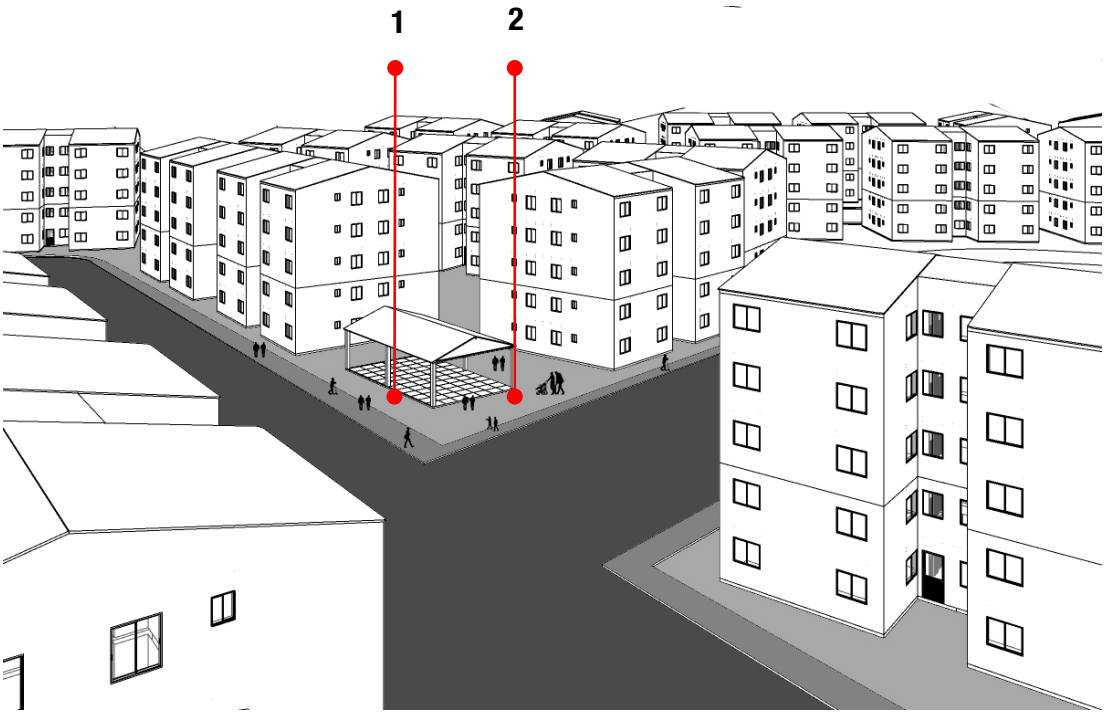


Figura 22- Ilustração que mostra os entraves espaciais do salão do condomínio Zé Keti
Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

4.4.3.
Parques infantis

De todos os espaços programados para o lazer, esse é o que efetivamente seria programado para o público infantil. Observamos, porém, que, dadas as características do local de implantação e toda a ausência de estratégias próprias de um projeto para parque infantil, é possível considerar que se encontra num espaço residual da implantação dos blocos privativos. Fica evidente quando observamos que o espaço originalmente recebeu apenas dois equipamentos para o lazer infantil, dispostos aleatoriamente.

Atualmente, o espaço não possui equipamentos e definição de usos, porém, as crianças naturalmente fazem uso do local devido suas características que fornecem maior segurança em relação ao tráfego de veículos. Através das entrevistas de Amoedo (2019), em especial a etnografia e o mapa comportamental produzido por Trotta (2019), foi possível identificar o apreço que as crianças possuem com o local, mesmo na ausência de equipamentos destinados ao lazer e contemplação. Através destas pesquisas, foi possível extrair que o síndico e alguns moradores acusam as crianças mais velhas e adolescentes de supostamente terem vandalizado o espaço. É observado que os equipamentos utilizados não possuem um nível superior de qualidade e resistência. Tal afirmação encontra embasamento na avaliação de Muller (2015), conforme descrito anteriormente no capítulo três, os equipamentos de lazer infantil utilizados no condomínio Residencial Parque Campo grande tiveram o mesmo fim, restando a ausência na qualidade dos materiais utilizados.

De outra forma, os espaços infantis como os demais espaços de lazer são considerados propriedade dos condôminos, de acordo com a convenção do empreendimento. É assegurado o direito de uso de todas as áreas comuns por todos os moradores, porém também é dever deles mantê-los e conservá-los. Amoedo (2019) e Trotta (2019) demostram que entre os moradores de ambos os condomínios não existe o senso de comunidade, um espaço em que se tornem responsáveis por manter, conservar e realizar melhorias no espaço.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

1. Localização

A sua **localização** e *proximidade* das unidades privativas, assim como os outros espaços, permanece desigual, visto que é acessado prioritariamente pelos moradores dos blocos 1 – 6. As demais áreas livres e intermediárias de mesmas características não possuem qualquer indicativo de uso para o lazer infantil, permanecendo, assim, desigual para todos os moradores do condomínio Zé Keti. A situação se agrava quando nos voltamos para o condomínio Ismael Silva, ele não possui um espaço programado, muito menos rastros de que um dia houve mobiliário ou parque infantil. Através do depoimento do síndico do condomínio, descobrimos que na época da entrega existiam equipamentos de lazer infantil, porém foram deteriorados pela baixa resistência. De outra forma, o síndico aponta novamente o vandalismo como possível causa, porém não é confirmada por provas.

A *vigilância natural* se dá através dos blocos de apartamentos que circundam o espaço, havendo a possibilidade de que as crianças sejam vigiadas a partir das unidades privativas, considerando que esse aspecto se refere apenas as famílias que residem entre os blocos 1 e 6. Não há que se falar sobre *centralidade* quando nos referimos a esse espaço, visto que ele não se encontra nas proximidades das demais unidades fora as que o circunda. Portanto, o acesso ao parque infantil é facilitado para as crianças dessa localidade, não havendo outro espaço similar no condomínio Zé Kéti e muito menos no condomínio Ismael Silva. O espaço não é delimitado por qualquer elemento físico, seu acesso é completamente desimpedido.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA



Figura 23 – Vista área da área do extinto parque infantil.
Fonte: Googlemaps acessado em 07/07/2021.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Localização	Proximidade (Fica próximo das residências?)	Parcialmente. Próximo de alguns blocos e muito distante de outros.
	Vigilância natural (Existem aberturas, circulação de pessoas?)	Sim, existem diversas aberturas, a circulação de pessoas é habitual devido ao posicionamento entre os blocos de apartamentos.
	Centralidade (É localizado numa região central do residencial?)	Não, é localizado de forma periférica no terreno, preenchendo espaço residual da implantação dos edifícios.
	Facilidade de acesso (É de fácil acesso?)	Sim, de fácil acesso devido ser completamente aberto, porém não está de acordo com as regras de acessibilidade da NBR 9050.

Quadro 22 – Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).



Figura 24- Vista superior do extinto parque infantil do condomínio Zé Keti.
Fonte: Google Maps acessado em 07/07/2021.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

2. Configuração

A avaliação da **configuração** do parque infantil nos revela que o espaço classificado como *parque infantil* nada mais é que um grande gramado resultante das áreas edificantes, ou seja, as áreas residuais. Não há, portanto, o que se falar sobre a *complexidade visual* pois não há qualquer indício de que o espaço em algum momento recebeu algum elemento que fomentasse a criatividade e estimulasse os jogos e brincadeiras a partir de sua materialidade. Logo, os *materiais e texturas variadas* que estão *presentes* apenas nos elementos naturais ali vistos, como a grama e o chão de terra exposto com o passar do tempo. Existe grande *espaço para*

correr, brincar e para recreação livre. Contudo, esse espaço nasceu a partir da intuição da espacialização e apropriação infantil. A partir disso, o *acesso ao jogo* pode ser visto a partir das atividades que as crianças desenvolvem no espaço, dado sua forma que o torna com um bom nível de proteção do que os demais.

Configuração	Complexidade visual (Possui complexidade visual?)	Não, foi entregue como um espaço adaptado no gramado residual da implantação.
	Materiais, texturas variadas (Tem materiais e texturas variadas?)	
	Espaço para correr, brincar e para recreação livre (Possui espaço para recreação livre/correr?	Sim, possui espaço suficiente para a realização de atividades de lazer no espaço.
	Acesso ao jogo (Existe espaço para jogos?)	Sim, seu propósito é este.

Quadro 23 - Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

3. Equipamentos

Os **equipamentos** de lazer infantil, eram os únicos objetos físicos que determinavam a existência de uma área de lazer dedicada especificamente para os *jogos e brincadeiras* infantis. Os equipamentos repetem o mesmo padrão de durabilidade material observado por Muller (2015), de forma similar não perduraram ao longo do tempo, entregues em 2014 e em 2019. Amoedo (2019) demostrou, em sua etnografia, que existiam apenas fragmentos dos equipamentos entregues; o espaço foi completamente desativado em atenção as suas funções. Devido a inexistência de estratégias de projeto, o espaço baseava-se exclusivamente nos equipamentos de lazer, não houve qualquer intervenção ou criação de recursos materiais duráveis. Sabemos ser possível a criação de espaços de lazer utilizando poucos elementos, sem apoiar-se em mobiliário específico, deixando a imaginação infantil complementar as atividades a serem desempenhadas nos espaços.

Em sua obra *Mente Absorvente,* Montesori (1961) aborda como os espaços onde as crianças desenvolverão atividades especializadas devem guardar certas qualidades especiais. É imperiosa a interpretação e a autora não se direciona apenas às questões físicas do espaço, mas refere-se também ao mobiliário utilizado. O projeto pedagógico de Montesori (1961) é amplamente explorado e aplicado devido sua atenção a escala da criança, trazendo o mundo físico aos olhos da criança.



Figura 25 - Arranjo de imagens que mostram os equipamentos utilizados no parque infantil do condomínio Zé Keti.
Fonte: Biblioteca da Presidência da República (2014).

Equipamentos	Elementos móveis, fixos e/ ou interativos (Existem elementos móveis e interativos?)	Não, foi entregue como um espaço adaptado no gramado residual da implantação
	Aparelhos de formas, tamanhos e usos diversos. (Existem brinquedos variados?)	
	Segurança dos brinquedos (Os brinquedos existentes são seguros?)	

Quadro 24 - Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

4. Ambientais

Os **elementos ambientais** não fazem parte da espacialidade local, como observamos nos demais espaços de lazer avaliados. As *zonas de sol* estão presentes em todo o perímetro do parque infantil. As *zonas de sombra* são provocadas pelos próprios blocos privativos. Não há qualquer elemento de sombreamento planejado no espaço. A *iluminação artificial* não foi pensada exclusivamente e direcionada para o espaço, mas sim para a iluminação geral das vias de circulação das pessoas. conforme observado na figura 26. Após o pôr do sol, observamos a penumbra que permeia a área. O *contato com a vegetação* se dá através dos espaços que possuem espécies arbustivas, conservados pelos moradores. O contato direto é feito através da grama ainda existente.

Ambientais	Zonas de sol e sombra (Existem zona de sol e sombra?)	O espaço está disposto de forma que recebe sombra/sol em determinados períodos do dia.
	Iluminação artificial (Existe iluminação artificial?)	Sim, destinada a iluminação geral.
	Contato com vegetação (Possibilita contato com vegetação?)	Contato com a grama e terra.

Quadro 25 – Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

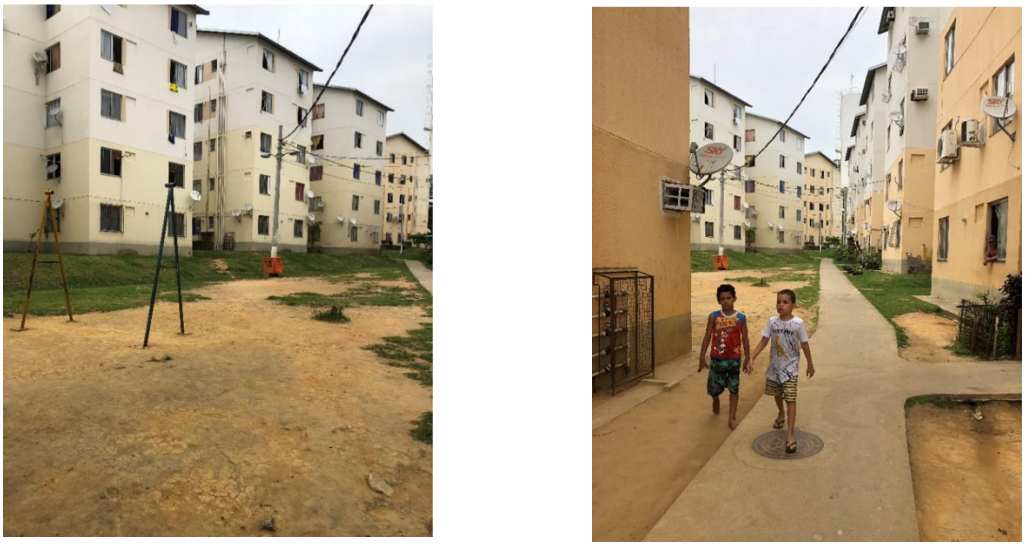


Figura 26 – Arranjo de fotos que mostra o parque infantil do condomínio Zé Keti.
Fonte: Amoedo (2019).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

5. Principais entraves espaciais

Entraves espaciais	1 - Diferenças de níveis	O acesso e todo o espaço apresentam desníveis.
	2 - Ausência de materialidade Estimulante e sinalização espacial	Não há qualquer materialidade utilizada.
	3 - Ausência de iluminação dedicada	A iluminação é geral, voltada para as demais áreas de circulação.

Quadro 26 – Questões que compõem a avaliação da localização dos espaços de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado a partir de Müller (2015).

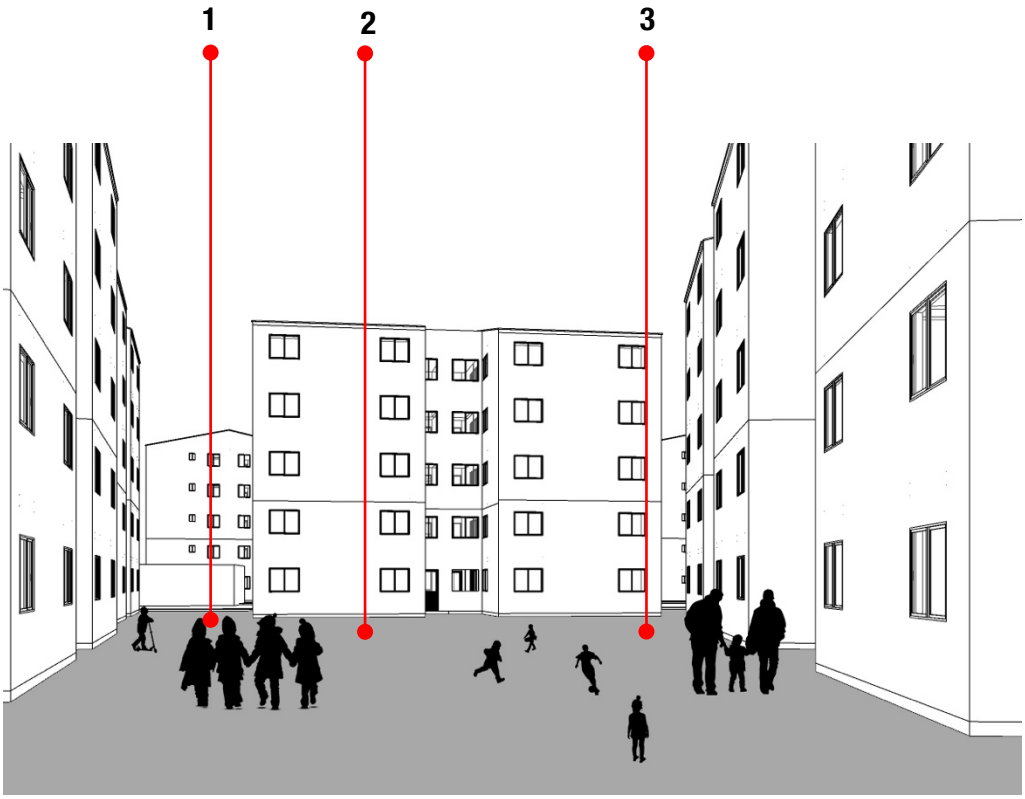


Figura 27 – Ilustração que mostra os entraves especiais do parque infantil do condomínio Zé Keti.
Fonte: Elaboração do próprio autor.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

4.5.
ALTERNATIVAS PARA A PRÁTICA DO LAZER INFANTIL NO EMPREENDIMENTO ISMAEL SILVA E ZÉ KETI

As alternativas encontradas pelo público infantil para a realização de seus *jogos e brincadeiras* no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti se assemelham nos dois condomínios. Tal afirmação é embasada no mapa comportamental representado pela figura 33. Conforme descrito acima, a única diferença pode ser encontrada no condomínio Zé Keti. A recreação é constantemente realizada na área de recuo entre os blocos 1 a 6, onde anteriormente se localizavam os equipamentos do parque infantil[19]. De maneira geral, ao analisarmos os registros documentais dessa pesquisa, complementados pelos mapas comportamentais concebidos por Trotta (2019), é possível identificar que as crianças fazem uso de quatro alternativas que de certa forma são encontradas nas demais regiões da cidade do Rio de janeiro. São elas - a praça central entre os condomínios, as ruas internas, os espaços residuais ou intermediários e os ambientes privativos do lar. As áreas apresentadas podem ser interpretadas como os espaços que compõem o contexto das relações pessoa – ambiente, ou seja, as áreas onde a vida infantil se desenvolve. Se considerarmos a interpretação que Moser (2018) faz da teoria ecológica de Bronfenbrenner, estaremos diante de três escalas ambientais disponíveis para a realização dos jogos e brincadeiras infantis: a área do microambiente que engloba as relações indivíduo, família, espaços privativos e semipúblicos; a área do ambiente de proximidade que engloba a vizinhança, suas relações sociais e espaços públicos de proximidade e a área do ambiente público que engloba os agregados de indivíduos, as relações em sociedade e os espaços públicos.

I. Ruas internas

As ruas internas são espaços que são intensamente apropriados pelas crianças residentes nos dois condomínios, dado sua ligação de proximidade com os blocos privativos e as demais áreas constantemente utilizadas. Sua acessibilidade

[19] Conforme registros fotográficos do condomínio Zé Keti, a área designada parque infantil era composta apenas por dois equipamentos de lazer infantil, um balanço e um gira-gira.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

mostra-se universal, uma vez que pode ser vista e acessada por todos. Apesar da existência de trânsito de veículos automotores, as ruas de ambos os condomínios possuem características que se assemelham aos subúrbios norte americanos, anteriormente identificados pelo uso do *cul de sac*. Sua formação favorece a criação de áreas suplementares mais seguras que favorecem a prática dos *jogos e brincadeiras*. O seu nível de periculosidade pode ser identificado a partir da escala utilizada pela associação norte americana *National Association of City Transportation Officials* – NACTO. Ela identifica que as vias internas possuem nível de periculosidade médio devido a existência da circulação controlada de veículos e as suas áreas de manobra. As áreas contíguas como as calçadas e interligações complementam esses conjuntos. A partir de entrevistas realizadas por Trotta (2019), foi possível compreender que as crianças possuem forte ligação com as ruas internas, onde ressaltam que o trânsito de veículos é o grande vilão de seus jogos e brincadeiras.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA



Figura 28 – Vista das vias internas do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Fonte: Trotta (2019).

II. Espaços residuais ou intermediários

O lazer infantil realizado no empreendimento Ismael Silva – Zé Keti continua a se espalhar pelas áreas livres disponíveis e passa a dividir espaço com as demais funções adotadas às áreas localizadas no seu perímetro, não se limitando

apenas ao seu uso ou atribuição designada pelos moradores. Os espaços residuais ou intermediários são conhecidos pelo grande apreço nutrido por alguns moradores, são áreas que reforçam a identidade local. Essas áreas são transformadas em áreas de paisagismo, como no caso dos jardins cultivados nos blocos privativos, ou são adotadas como espaços de convivência, contemplação e ócio. De uma maneira geral, os moradores identificam as crianças como agentes predatórios desses espaços, de forma que a presença infantil não é desejada ou incentivada nessas áreas. Porém, é uma atividade natural que de qualquer forma acaba sendo realizada. Esse fato é confirmado através das entrevistas estruturadas de Amoedo (2019), em que os moradores ressaltam o poder destrutivo das crianças.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA



Figura 29 – Arranjo de imagens que ilustram as áreas intermediárias e jardins.
Fonte: Amoedo (2019).

III. Ambientes privativos do lar

Os ambientes privativos do lar são constantemente utilizados pelas crianças como espaços de maior controle familiar para a práticas de seus *jogos e brincadeiras*. Moser (2018) descreve este espaço como o primeiro núcleo de socialização infantil, expande-se até a vizinhança e vai progredindo nas escalas urbanas presentes em nossas cidades. Estes ambientes surgem em muitos dos casos como a alternativa mais segura física e moralmente a ser adotada pelos responsáveis afetivos.

A casa reconhecidamente possui espaços dedicados a várias funções que envolvem a vida humana, possuindo ambientes que não se encaixam no escopo das atividades lúdicas do lazer infantil. A cozinha, banheiro e área de serviço são extremamente hostis para qualquer tipo de prática que fuja das suas funções. Foi possível analisar, nas etnografias de Amoedo (2019) e Trotta (2019), que o público infantil faz uso constante dos espaços privativos do lar para seu lazer, principalmente devido a ausência de áreas mais seguras para as atividades de lazer coletivo. Dentre as entrevistas estruturadas de Amoedo (2019), foi possível identificar que a maioria dos responsáveis afetivos evitam autorizar que as crianças façam uso dos espaços externos devido a alta periculosidade dos espaços livres disponíveis. Muitos deles referem-se a essa ausência de segurança física e moral como reflexo comportamental das demais crianças.



Figura 30 – Arranjo de imagens que ilustram as áreas privativas e crianças brincando.
Fonte: Amoedo (2019).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA



Figura 31 – Recorte com a planta baixa de uma unidade privativa do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Fonte: Amoedo (2019).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

IV. Praça central

A praça central localizada entre os condomínios do empreendimento Ismael Silva – Zé Keti se tornou conhecida pelo seu uso coletivo intenso, sendo ainda mais frequente nas noites de fins de semana. Este espaço possui um nível de periculosidade médio devido a circulação de veículos em baixa velocidade e o constante acompanhamento parental. Apesar da praça não possuir qualquer mobiliário urbano voltado para o público infantil, ela é constantemente vista como palco de seus *jogos e brincadeira*, em regra fazendo uso dos brinquedos temporários alugados pelos comerciantes ou buscando novas formas de alimentação nas barracas de lanches. Compõe um dos espaços de maior troca social com o público localizado no entorno do empreendimento Ismael Silva – Zé Keti, mostrando-se como um ponto de integração com o bairro do Estácio. Este processo é intensificado pela presença da clínica da família vizinha ao espaço, atraindo não somente os residentes do caso de estudo, mas de todo. Ela demostra ter grande

potencial para receber eventos temporários, desde eventos sociais até as práticas de urbanismo tático.



Figura 32 – Praça central que serve de eixo de integração entre o bairro do Estácio e o empreendimento Ismael Silva e Zé Keti.
Fonte: Trotta (2019).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

ALTERNATIVAS AOS EQUIPAMENTOS DE LAZER ENTREGUES PELO PMCMV

Espaço	Uso	Atividades	Periculosidade
Ruas internas	Espaço de recreação.	Jogos e brincadeiras, bicicleta, patins.	Média
Praça central	Espaço de recreação, socialização e alimentação.	Jogos e brincadeiras, bicicleta, patins. Lazer em família e refeições.	Média
Espaços residuais ou intermediários	Espaço de recreação.	Jogos e brincadeiras, bicicleta, patins.	Baixa
Ambientes privativos do lar	Espaço de recreação, socialização e alimentação.	Repouso, ócio, estudos, alimentação e socialização.	Baixa

Quadro 27 – Quadro com as alternativas equipamentos de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado pelo autor.



Figura 33 – Mapa comportamental com as alternativas aos equipamentos de lazer infantil entregues pelo PMCMV no empreendimento Ismael Silva e Zé Keti
Fonte: Elaborado pelo autor utilizando como referência TROTTA (2019).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

5
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento desta dissertação, muito se falou sobre a qualidade objetiva dos espaços de lazer infantil encontrados nos empreendimentos do PMCMV. Em razão disto, o último capítulo busca elaborar uma síntese dos resultados e conclusões considerando o caminho delineado no desenvolvimento de todos os capítulos.

Neste caminho, foi possível observar o surgimento de *quatros questões* que permearam a investigação. A *primeira* diz respeito a ausência no controle de qualidade durante o processo de aprovação dos empreendimentos produzidos pelo PMCMV. Apesar da existência de duas instâncias de poder que primavam pela atenção aos requisitos mínimos de projeto, elas não foram capazes de assegurar a qualidade intrínseca da concepção de projetos voltados para a habitação popular. O empreendimento Ismael Silva Zé Kéti, assim como diversos exemplares espalhados pelo país, apresentou os mesmos problemas resultantes da estruturação dessa política pública. A *segunda* questão pode ser observada como continuidade da primeira, visto que restou claro a inexistência de concepção de projeto de arquitetura para as áreas de lazer infantil inseridas nesses empreendimentos. Os espaços infantis ou parques infantis contam apenas com a disposição aleatória de mobiliário de lazer infantil. A *terceira* questão pode ser conhecida pela pertinência da experiência urbana infantil que, guiada pela ludicidade de seus jogos e brincadeiras, naturalmente se apropria dos espaços onde a coletividade se faz presente, fortalecendo os laços da sociabilidade. A *quarta* e última questão diz respeito ao modelo de infância decorrente da vivência em espaços de lazer com baixa qualidade objetiva, sejam os espaços programados e não programados localizados, nos empreendimentos do PMCMV. A partir destas questões, desenvolvemos algumas considerações a seguir.

O PMCMV foi reconhecidamente visto como uma política pública social de grandes dimensões que visava democratizar o acesso a habitação às faixas menos favorecidas. Contudo, durante esse percurso, tivemos uma melhor amplitude dos seus objetivos, conhecendo as motivações iniciais que o sustentaram ao longo dos anos. Através disto foi possível conhecê-lo como uma política pública econômica que visava recolocar o Brasil num ponto de destaque e inatingível à crise econômica

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

mundial existente a época. O PMCMV foi essencial na distribuição da habitação digna ao povo brasileiro, porém, apesar de ter atendido a demanda delineada pelos governantes, o Brasil manteve o crescimento do déficit habitacional ao longo da década.

Foi possível compreender que o PMCMV trouxe uma série de instrumentos legais que asseguraram a estruturação mínima quando falamos sobre espaços de lazer infantil. A existência de portarias regulatórias do extinto Ministério das cidades garantiu que as crianças pudessem ter espaços de convivência e troca social, porém não foi assegurado a sua qualidade espacial e de projeto. Não houve qualquer menção a uma melhor conexão com os espaços de sociabilidade da cidade. A portaria Nº. 465/2011, vigente na época da concepção do projeto de arquitetura do estudo de caso, fomentou um modelo de lazer infantil reducionista, apoiando-se nos espaços infantis programados sem projeto de arquitetura específico, resultando em ilhas de lazer padronizadas, não abordando as diversas possibilidades existentes na integração do lazer infantil e as áreas residenciais. A vivência infantil demostra e confirma as lições de grandes mestres como Jacobs (2011), Gehl (2013) e Mello, Vogel e Mollica (2017). As crianças mantêm um padrão de espacialização que vai além dos limites estabelecidos nos empreendimentos. A praça, as ruas, as calçadas, os espaços residuais e intermediários surgem como suporte ao lazer cotidiano.

Acompanhamos a forma como o espaço edificado pode afetar o comportamento infantil, como as crianças exploram a espacialidade em que estão inseridas e o fato de serem receptivas tanto aos espaços concebidos com foco no estímulo a capacidade sensorial humana, como aos espaços de lazer que surgem da experiência das ruas. Dessa maneira, comprovou-se que a arquitetura, quando voltada ao público infantil, atua como um instrumento de fomento ao desenvolvimento e regulação comportamental. Esse ponto pode ser observado nas características desejadas para os espaços recreativos infantis espalhados pela cidade. Pode-se identificar uma série de características importantes através das diretrizes de Borges (2008), Western e David, (1995), Gehl (2013) e Mello, Vogel e Mollica (2017). Por outro lado, observamos que estas características estão presentes em outras escalas a partir dos espaços de sociabilidade da cidade, compreendendo que o lazer infantil não se resume apenas aos espaços programados, mas também se espalha pelas ruas, desde que mantido a segurança e integridade física infantil.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

Logo, a infância vivida nos empreendimentos do PMCMV é permeada por contrastes e pontos de contato com o modelo de infância vivenciada nos demais condomínios fechados com a estruturação de ilhas de lazer. Araújo (2007) revela a multiplicidade da construção social da infância que possibilita a existência de vários modelos de infância, gerando, assim, a infância da criança moradora de um empreendimento do PMCMV, a infância de uma criança moradora de um condomínio fechado e a infância de uma criança moradora de rua. Tais afirmações tornam possível concluir que a espacialidade dos empreendimentos do PMCMV proporciona uma vivência que se assemelha à espacialização da infância concedida nos condomínios fechados, porém com grande diferencial relacionado a baixa oferta de equipamentos de lazer - sejam eles privados ou públicos. O que, com efeito contrário, faz surgir novas maneiras para explorar o espaço edificado, pela natureza lúdica dos jogos e brincadeiras e seu impulso imaginativo. Observou-se que as crianças buscam alternativas que coincidem com os preceitos abordados por Jacobs (2011), Gehl (2013) e Mello, Vogel e Mollica (2017), reconhecendo que os espaços coletivos sempre serão a fonte da sociabilidade infantil.

De forma geral, foi possível coletar os dados que respondem aos *objetivos gerais* e específicos estabelecidos por esta pesquisa. O objetivo geral pretendia investigar se efetivamente foram projetados espaços dedicados para o lazer infantil através do PMCMV. A sua existência foi comprovada e condicionada pela portaria Nº. 465/2011, estabelecida à época pelo extinto Ministério das Cidades. A portaria garantiu a existência dos espaços, porém não houve mecanismo de controle a qualidade física e espacial destes espaços.

Dentre *os objetivos específicos*, foi possível analisar a hipótese que questionava se o formato proposto para os espaços de lazer infantil nos empreendimentos do PMCMV é bem implantado, possui atributos estimulantes, de qualidade e de resistência para se adequar aos seus usuários. O formato proposto atende parcialmente aos critérios de localização. e no estudo de caso mostrou-se demarcados de forma periférica, de forma a tirar proveito das áreas residuais no processo de implantação dos blocos privativos. Não possuem uma estrutura física estimulante, visto que fazem uso apenas do concreto e equipamentos simplórios e de materialidade de baixa resistência que se deterioraram com o tempo.

Investigamos se a portaria Nº. 465/2011, estabelecida à época pelo extinto Ministério das Cidades, assegurou um conjunto de ferramentas suficientes para a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

prática do lazer infantil. A presente portaria garantiu mesmo que momentaneamente a existência de espaços programados para o lazer infantil, porém os espaços entregues não possuíam qualidade física e de projeto, ou seja, não houve elaboração de projeto específico para os espaços infantis, muito menos a utilização de mobiliário com características estimulantes. A presente portaria foi atualizada em 2015 e em 2016, na fase 3 do PMCMV, alterando alguns elementos obrigatórios aos espaços infantis. A última versão da portaria classificou os espaços infantis como um elemento do conjunto paisagístico dos empreendimentos, sendo mantido como um item obrigatório para aprovação de projetos. A portaria não foi capaz de garantir a qualidade dos espaços, muito menos especificou a qualidade mínima esperada para o mobiliário infantil. As exceções existentes na portaria possibilitaram que os espaços infantis fossem suprimidos em alguns casos.

Finalizamos investigando se o layout padronizado dos espaços coletivos de lazer e o formato condominial podem ser considerados elementos de influência ao comportamento, ao desenvolvimento e a construção do papel social infantil. Através da revisão bibliográfica e documental, foi possível averiguar que o PMCMV entrega um formato espacial que favorece uma forma de controle estatal. A espacialidade oferecida pelo PMCMV muito se assemelha aos conceitos trazidos por Caldeira (1997), ao apresentar o conceito dos *enclaves fortificados*, porém, diferente do que é apresentado pela autora, estamos lidando com uma porção desfavorecida da população. De fato, o formato espacial dos condomínios residenciais aplicados nas grandes cidades volta-se para o conceito de maior segurança ao fechar-se à heterogeneidade social. Todavia, no âmbito do PMCMV, esse formato toma outro sentido. O conceito que o envolve está ligado a consolidação de um padrão social em que o poder governamental concede a limpeza moral e a chance de desvincular-se dos padrões sociais vividos nas comunidades brasileiras (RIBEIRO, 2016). Propaga-se um modelo de infância que deriva desses parâmetros estabelecidos, ligado aos preceitos da espacialidade limitada dos condomínios fechados, o que resulta num universo tolhido que direciona o lúdico aos espaços programados pelo planejador.

Este estudo iniciou-se eivado pelas limitações sociais e novas formas de interação espacial decorrentes da pandemia de covid-19. De forma que a sua análise inicial, conceituação e interpretação foram influenciadas por uma leitura focada na necessidade de adequação física e existência de espaços de lazer programados nas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

cidades, ressaltando a importância desses espaços como suporte da saúde mental infantil. De forma similar, no decorrer do processo de pesquisa, pensou-se que o lazer infantil poderia ser qualificado e que a qualidade espacial dos espaços programados de lazer poderia influenciar positivamente a qualidade do lazer infantil. O aprofundamento dessas questões tornaram possível a compreensão das estruturas lúdicas dos jogos e brincadeiras infantis, de modo que se percebeu que o lazer infantil não pode ser qualificado, muito menos melhorado. Continuamente, o espaço edificado passou a ser interpretado como elemento potencializador do lazer, atuando como suporte, mas não elemento de qualificação da prática.

A metodologia de pesquisa foi, ao longo de todo processo, sendo adaptada à realidade pandêmica. Assim, o percurso metodológico foi marcado por um mergulho imaginativo nas dimensões espaciais descritas pelas etnografias de Trotta (2019) e Amoedo (2019), utilizando um processo inteiramente digital, com auxílio suplementar das ferramentas do *GoogleMaps, GoogleStreetview* e *GoogleEarthStudio*. A análise do caso de estudo foi reforçada pela movimentação social e digital do estudo de caso. Observou-se, através das redes sociais como o *Facebook,* a dinâmica de atividades de lazer e como os beneficiários buscavam suprir suas necessidades espaciais.

Este estudo deixa como legado futuros desdobramentos em seu objeto de análise. Parte desses pontos surgem das descobertas e das impossibilidades dadas pelas condições pandêmicas que permearam a produção desta pesquisa, como também as limitações dadas pelo escopo deste trabalho. O ponto central pode ser conhecido por uma problematização mais aprofundada na forma com que os programas de habitação brasileiros abordaram o conceito do lazer infantil na conceituação de seus projetos habitacionais, formando um panorama comparativo das políticas públicas, identificando e comparando os períodos em que o público infantil foi alvo de maior preocupação governamental. O outro desdobramento pode ser visto na análise mais aprofundada de possíveis ações e soluções governamentais com poder de atrelar a necessidade de projeto de arquitetura para a concepção de espaços infantis no escopo dos conjuntos habitacionais. Ao observarmos a possibilidade de maior aprofundamento no entendimento das diversas infâncias produzidas pelas nas cidades, finalizamos observando a relação entre todas as dimensões e espaços ligados ao habitar.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

QUADRO SÍNTESE

OBJETIVOS GERAIS	CONCLUSÃO
Investigar se foram projetados espaços dedicados para o lazer infantil, através do PMCMV.	Foi garantida a existência de espaços para o lazer infantil, porém a sua existência está condicionada a portaria Nº. 465/2011, estabelecida à época pelo extinto Ministério das cidades, o que não garantiu a qualidade espacial dos espaços.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONCLUSÃO
Analisar se o formato proposto para os espaços de lazer infantil nos empreendimentos do PMCMV é bem implantado, possui atributos estimulantes, de qualidade e de resistência, para se adequar aos seus usuários.	O formato proposto atende parcialmente aos critérios de localização. No estudo de caso, mostraram-se demarcados de forma periférica. Tratados de forma a tirar proveito das áreas residuais do processo de implantação dos blocos residenciais. Não possuem uma estrutura projetual estimulante, visto que faz uso apenas do concreto cru e os equipamentos escolhidos para compor os parques infantis que se deterioraram com o tempo e/ou foram vandalizados.
Investigar se a portaria Nº. 465/2011, estabelecida à época pelo extinto Ministério das cidades, assegurou um conjunto de ferramentas suficientes para o lazer infantil.	A presente portaria garantiu, mesmo que momentaneamente, a existência de espaços para o lazer infantil, porém os espaços entregues não possuíam qualidade física e projetual, ou seja, não houve projeto específico para os espaços infantis, muito menos a utilização de mobiliário com características estimulantes. A presente portaria foi atualizada em 2015 e 2016, na fase 3 do PMCMV, alterando alguns elementos obrigatórios aos espaços infantis. A última versão da portaria classificou os espaços infantis como parte do conjunto paisagístico dos empreendimentos, sendo atrelado a este como mais um elemento de obrigatoriedade para aprovação de projetos. A portaria não foi capaz de garantir a qualidade dos espaços, muito menos especificou a qualidade mínima esperada para o mobiliário infantil. Com as exceções existentes na portaria, foi possível que os espaços infantis fossem suprimidos em alguns casos.
Investigar se o layout padronizado dos espaços coletivos de lazer e o formato condominial podem ser considerados como elementos de influência no comportamento, no desenvolvimento e na construção do papel social infantil.	Através da revisão bibliográfica e documental, foi possível averiguar que o formato entregue aos beneficiários corresponde a uma forma de controle estatal.

Quadro 28 – Quadro com os resultados obtidos pela pesquisa.
Fonte: Elaborado pelo autor.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

6.
BIBLIOGRAFIA

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. (Esta Errata 1 de 30.12.2005 corrige a ABNT NBR 9050:2004) Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 14350 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. (Esta Errata 1 de 30.12.2005 corrige a ABNT NBR 9050:2004) Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). NBR 16071 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. (Esta Errata 1 de 30.12.2005 corrige a ABNT NBR 9050:2004) Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

AGÊNCIA ESTADO. O Estado de São Paulo. Presídio do Complexo Frei Caneca é demolido. In: Presídio do Complexo Frei Caneca é demolido. São Paulo - SP, 3 jun. 2003. Disponível em: https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,presidio-do-complexo-frei-caneca-e-demolido-no-rio,20030603p7658. Acesso em: 22 jul. 2021

AMOEDO, MARIANA NASSER. O Espaço Apropriado: um estudo acerca do Conjunto Ismael Silva e Zé Keti na cidade do Rio Janeiro. [s. l.], 2019. Disponível em: http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsrca&AN=rcaap.10216.124257&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site. Acesso em: 11 ago. 2021.

AMORE, Caio Santo. Minha Casa Minha Vida para iniciantes. In: AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia; RUFINO, Maria (org.). Minha Casa e a Cidade: Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros. Rio de janeiro: Letra Capital, 2015. cap. 1, p. 11-28. ISBN 9788577853779.

ARAÚJO, Ana. Infância e cidade: Reflexões sobre espaço e lugar da criança. Aprender: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, Vitória da conquista - BA, v. X, ed. 16, p. 107 - 127, 2016.

ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BACHELARD, G. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec. 1997

BENETTI, P.; PECLY, M. L.; ANDREOLI, M. C. Qualidade da habitação de interesse social em três escalas: análise do Programa Minha Casa Minha Vida no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rio Book's; UFRJ; PROURB, 2017.

BITTENCOURT, Maria Inês. O espaco e os outros: aspectos da experiência da vida urbana retratada por crianças de diferentes classes sociais. Revista Mal-estaR e subjetividade, Fortaleza, v. X, ed. 4, p. 1301-1323, 2010.

BORGES, Monna Michelle Faleiros da Cunha. Diretrizes para Projetos de Parques Infantis Públicos 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

BOVO, Cassiana. Aplicação da análise ambiental (SWOT) no planejamento de um projeto de construção civil: Um estudo de caso. Humanidades e inovação, Tocantins, v. III, ed. 3, p. 259-268, 2016.

BRASIL, Ministério das Cidades/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida/editado por Fernando Garcia de Freitas e Érica Negreiros de Camargo – Brasília, DF: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014 120 p., 27 cm

_____. Portaria 168, de 12 de abril de 2013. Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em: 14 jun. 2021.

_____. Portaria 465, de 03 de outubro de 2011. Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Secretaria de governo). Brasil. Discurso da cerimônia de entrega do empreendimento Ismael Silva e Zé Keti. Intérprete: Dilma Rousseff. Rio de janeiro - RJ: [s. n.], 2014. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-entrega-de-998-unidades-habitacionais-dos-residenciais-ze-keti-e-ismael-silva-do-programa-minha-casa-minha-vida-rio-de-janeiro-rj. Acesso em: 14 jun. 2021.

BROUGÈRE, Gilles. O Espaço, a Cultura e o Lúdico. Palestra proferida no Seminário Internacional: Criança e cultura: O espaço lúdico. São Paulo, Sesc, 14 – 16 set. 1994.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo; tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

_____. Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. Novos Estudos Cebrap, n. 47, 1997.

CARDOSO, Bianca. Por onde andam as crianças? da estrutura sócio-espacial às práticas cotidianas em Porto Alegre. Orientador: Marzulo, Eber Pires. 2012. Dissertação (Mestrado em arquitetura) - UFRGS, Porto Alegre - RS, 2012.

CARDOSO, Adauto; MELLO, Irene; JAENISCH, Samuel. A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. In: AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia; RUFINO, Maria. Minha Casa e a Cidade: Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros. Rio de janeiro: Letra Capital, 2015. cap. 4, p. 73-104. ISBN 9788577853779.

CARVALHO, C.; PATRÍCIO, N.; SCHUETT, N. A importância das áreas de uso comum em projetos de habitação social: o caso Programa Minha Casa Minha Vida. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 24-35, 2014.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

CARVALHO, Mara; CAVALCANTE, Sylvia; NÓBREGA, Lana. Ambiente. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleici. Temas Básicos em Psicologia Ambiental. Petrópolis - RJ: Vozes, 2017. cap. 2, p. 22-34. ISBN 978-85-326-5551-6. Ebook.

CONCEIÇÃO, W. S. CONDOMÍNIOS E CONDOMÍNIOS POPULARES: SOBRE SEUS USOS E REPRESENTAÇÕES POR PARTE DO ESTADO. In: CONCEIÇÃO, W. S. Minha casa, suas regras, meus projetos: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e PMCMV no Rio de Janeiro. Orientador: Márcia Leite. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de janeiro, 2016. p. 282.

_____. "Sossega, Moleque, Agora Você Mora em Condomínio" Segregação, Gestão e Resistências nas Novas Políticas de Moradia Popular no Rio de Janeiro. Curitiba: Appris, 2018.

DUARTE, Maurizete. O governo Vargas e as primeiras tentativas do Estado na provisão de habitação popular. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Natal - RN, 2013.

FARIA, Eliete. Lugares da infância: mobilidade e práticas cotidianas das crianças nos espaços sociais de interação. Orientador: Manuel José Jacinto Sarmento Pereira. 2014. 337 p. Tese (Doutorado em estudos da criança) - Universidade do Minho, Braga, Minho - Portugal, 2014.

FERREIRA NETO, C. A. Motricidade e o jogo na infância. Rio de Janeiro: Sprint, 1995. Farinon (2020),

FROST, Joe. Play and playscapes. Albany - NY: Delman Publishers, 1993. 357 p. ISBN 0-8273-4699-9.

GEHL, J. Cidades para Pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, Jan; GHEL INSTITUTE; THE BERNARD VAN LEER FOUNDATION. Spaces to grow: Ten principles that support happy, healthy families in a playful, friendly city. New York - NY: [s. n.], 2018. 12 p.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisas. 3. ed. São Paulo - SP: Atlas, 1991. 200 p. ISBN 85·224-3169-8.

HALL, Edward. A dimensão oculta. Tradução: Sônia Coutinho. 2. ed. Rio de janeiro - RJ: Livraria Francisco Alves, 1977. 200 p.

HERTZBERGER, Herman. Lições de Arquitetura. Trad. Carlos Eduardo Lima Machado. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HUIZINGA, Johan. Homo ludens: O jogo como elemento da cultura. São Paulo - SP: Perspectiva, 1993. ISBN 9788527311571.
FIANS, Guilherme. Entre crianças, personagens e monstros: Uma etnografia de brincadeiras infantis. Rio de janeiro - RJ: Ponteio, 2015. 184 p. ISBN 978-85-64116-86-3.

JACOBS, Jane. "Morte e Vida nas Grandes Cidades". Ed. WMF Martins Fontes Ltda, São Paulo, 2011

Kopper, Moisés"Minha Casa, Minha Vida": experts, sentidos de classe e a invenção do "mercado" da casa própria no Brasil contemporâneo. Horizontes Antropológicos [online].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

2016, v. 22, n. 45 [Acessado 4 Março 2022] , pp. 185-215. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832016000100008>. ISSN 1806-9983.

LAY, Maria Cristina Dias. Responsive Site Design, User Environmental Perception and Behavior. Tese de Doutorado, School of Architecture, Oxford Brookes University, 1992.

LAY, Maria Cristina Dias; REIS, Antônio Tarcísio. Habitação Social: diferenças no papel de espaços abertos comunais segundo tipos habitacionais. In: Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR. Salvador: UBA, 2005.

LIMA, Márcia; LAY, Maria. Efeitos da implantação de conjuntos habitacionais na interação social. Anais do 2o. Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído, Rio de janeiro - RJ, 2011.

LIMA, Mayumi Souza. A cidade e a criança. (Coleção cidade aberta). São Paulo/SP, Editora Nobel, 1989.

LOPES, Jader; VASCONCELLOS, Tânia. Geografia da infância: Territorialidades Infantis. Currículo sem Fronteiras, Niterói - RJ, v. 6, ed. 1, p. 103-127, 2006.

LOPES, J. J. M.; FICHTNER, B. O espaço de vida da criança: contribuições dos estudos de Marta Muchow às crianças e suas espacialidades. Revista de Educação Pública, [S. l.], v. 26, n. 63, p. 755-774, 2017.

LOPES, J. J. M.; FERNANDES, M. L. B. A criança e a cidade: contribuições da Geografia da Infância. Educação, v. 41, n. 2, p. 202-211, 17 set. 2018.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e educação. São Paulo: Papirus, 1995a.

_____. Lazer e humanização. São Paulo: Papirus, 1995b.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados [online]. 2003, v. 17, n. 48 [Acessado 4 Março 2022] , pp. 151-166. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>. Epub 17 Fev 2004. ISSN 1806-9592.

MASSA, Monica. Ludicidade: Da Etimologia da Palavra à Complexidade do Conceito. Aprender: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, Vitória da conquista - BA, ano IX, n. 15, p. 111-130, 2015.

MELLO, M. A. D. S.; VOGEL, A. Apêndice: Lições da rua: O que um racionalista pode aprender no Catumbi. In: FREIRE, L. D. L. Pensando o Rio - políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar. Niterói: Intertexto, 2015. p. 289-315.

MELLO, M.; VOGEL, A.; MOLLICA, O. Quando a rua vira casa. 4a. ed. Niterói: EDUFF, 2017.

MONTANER, Josep Maria. Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação. São Paulo, SP, Gustavo Gili, 2017.

MONTESSORI, M. Mente absorvente. Rio de Janeiro, Portugália Editora (Brasil), s.d. 1961

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

MOREIRA, V. S. Avaliação dos Resultados do Programa Minha Casa, Minha Vida em Minas Gerais. 2016. 165 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016.

MOREIRA, Vinícius; SILVEIRA, Suely; EUCLYDES, Fillipe. Minha casa, Minha vida em números: quais conclusões podemos extrair? IV Encontro Brasileiro de Administração Pública: A construção da administração pública do século XXI, João Pessoa - PB, p. 594 - 613, 2017.

MOSER, Gabriel. Introdução à Psicologia Ambiental: pessoa e ambiente. Campinas: Alínea, 2018.

MUCHOW, Hans Heinrich. Der Lebensraum des Groβtadtkindes. Doutschland: Beltz Juventa, 2012. 212 p.

MÜLLER, Shirley Coelho. O ESPAÇO PARA A CRIANÇA E A CRIANÇA NOS ESPAÇOS DOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM. Belém/PARÁ: [s.n.], 2015. 143 p.

NEUFERT, Ernst. Arte de projetar em Arquitetura. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.
Nicholson, S. (1971). How not to cheat children: The theory of loose parts. Landscape Architecture 62:30-34.

PALLASMAA, Juhani. Habitar Trad. Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

_____ Os olhos da Pele, a arquitetura e os sentidos. Bookman, Porto Alegre; 1a edição, 2011.

_____ Space, Place, and Atmosphere: Peripheral Perception in Existential Experience. In C. Borch (Ed.), Architectural Atmospheres: On the Experience and Politics of Architecture (pp. 18-41). Berlin, Boston: Birkhäuser. 2014. https://doi.org/10.1515/9783038211785.18

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano.
Porto Alegre: Artmed, 2013.

PIAGET, J. Seis estudos de psicologia. Trad. Maria A.M. D'Amorim; Paulo S.L. Silva. Rio de Janeiro: Forense, 1967. 146p.

_____ A representação do mundo na criança. Rio de Janeiro: Ideia e letras, 2008. 328p.

RABINOVICH, Elaine. Barra funda, São Paulo: As transformações na vida das crianças e na cidade - um estudo de caso. In: GÜNTHER, Hartmut; PINHEIRO, José; GUZZO, Raquel. Psicologia ambiental: Entendendo as relações do homem com seu ambiente. 4. ed. Campinas - SP: Alínea, 2019. cap. 3, p. 58-112.

RAPOPORT, Amos. The Meaning of the Built Environment: A Nonverbal Communication Approach. Tucson, Arizona, EUA: University of Arizona Press, 1990. 253 p.

RIBEIRO, R. L. C. Na periferia do centro; intervenções públicas, vida condominial e o mercado de "doação" em dois conjuntos habitacionais do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Niterói: PPGS-UFF, 2016.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo. Relatório de evolução da ocupação e uso do solo, 2014, 2015 e 2016. Rio de Janeiro: PCRJ /SMU /CGPU /GIU, 2016.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo, Editora Hucitec, 1988.

_____ A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 3 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Patrícia; SILVA, Antonio. A cidade dos adultos ocupada pelas crianças: a ressignificação infantil dos espaços urbanos a partir de catingueira – Paraíba. Revista de Ciências Sociais, [s. l.], ed. 43, p. 167-184, 2015.

SENNETT, Richard. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SPECK, Jeff. Cidade caminhável. Tradução: Anita Di Marco, Anita Natividade. São Paulo - SP: Editora Perspectiva, 2016. 272 p. ISBN 9788527310888.

SPENCER, Christopher; BLADES, Mark. Children and their Environments: Learning, Using and Designing Spaces. Cambridge, England, United Kingdom: Cambridge University Press, 2005. 293 p. ISBN 9780511521232.

SERPA, A. Apropriação do espaço urbano pela criança: A importância do jogo lúdico. São Paulo In Paisagem Ambiente Ensaios São Paulo n. 8 p. 177 - 210 dez. 1995

_____ Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°33, pp. 168- 185, 2013.

TCU. Tribunal de Contas da União. Relatório do TCU aponta falhas no Programa Minha Casa Minha Vida. Disponível em: < http://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/relatorio-do-tcu-aponta-falhas-no-programa- minha-casa-minha-vida.htm >. Acesso em: 26 nov. 2016.

TROTTA, Carolina de Carvalho Gambôa. Machado-Martins, Maíra. Habitar para além da habitação: Práticas cotidianas nas áreas de uso comum no conjunto Ismael Silva – Zé Keti do Programa Minha Casa Minha Vida. Rio de Janeiro, 2018. 129p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

TUAN, Yi-fu; O espaço e o lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL; 1974

VOGEL, Arno et al. Como as crianças veem a cidade. Rio de Janeiro: FLACSO, 1995. 16 p.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1993.

_____. A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais. Junho, 2008, pp 23-36

VYGOTSKY, L.S. A aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV,A.N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 12º edição. São Paulo: Editora Ícone, 2012 pp.103-117.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA

YIN, Robert K. Estudo de caso – planejamento e métodos. (2Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.

WEINSTEIN, Carol; DAVID, Thomas. Spaces for Children: The Built Environment and Child Development. New York - NY: Plenum Press, 1987. 322 p. ISBN 13: 978-1-4684-5229-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011627/CA